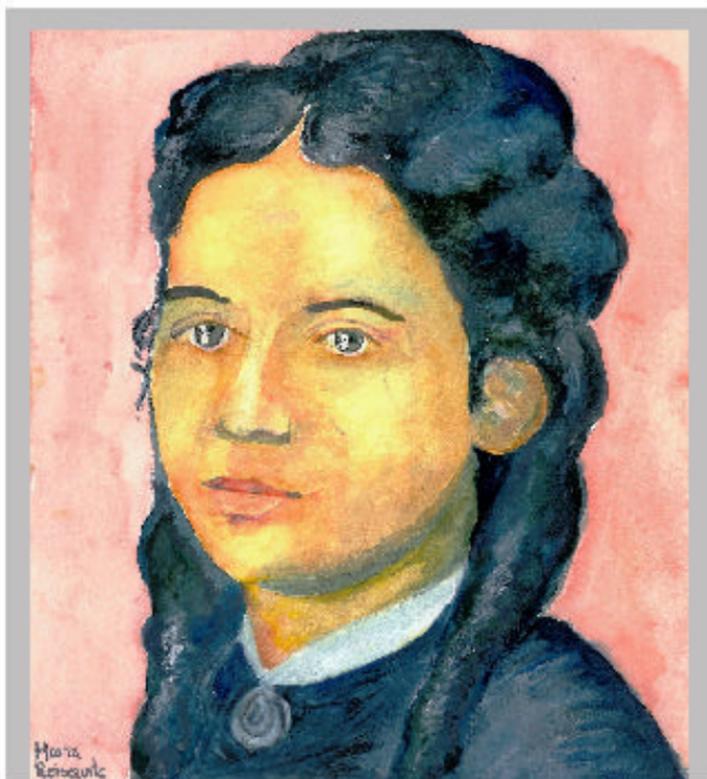


MOURAO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital • Ano 3 • Nº4 • Janeiro de 2011

Carta de Jenny a Marx • Karl Marx por Eleanor Marx
Educação Militante • La Isla Educa sus Hijos • A Educação Infantil
A Ordem do Regresso • As Relações Entre o Irã e o Ocidente
Reforma Agrária e Subdesenvolvimento • Notas sobre a Origem das FARC-EP
Quando as Mulheres Invadiram as Oficinas Tipográficas • Acumulação do Capital
Crítica: O caso da vara • O Desafio de ter a Liberdade de Pensar as Coisas em si
Poema: Mulher Feita



MOURAO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital



IDEO
graphos

MOURO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital

ISSN 2175-4519

www.mouro.com.br

contato@mouro.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Lincoln Secco, Agnaldo dos Santos, José Rodrigues Mão Júnior,
Luiz Eduardo Simões de Souza, Marisa Midori Deaecto,
Heitor Sândalo, Paul Singer, Eduardo Bellandi,
Marianne Reizewitz, Maria Reizewitz, Ana Lúcia Sanches,
Luís Fernando Franco, Francisco de Souza, Carlos César Felix,
Francisco del Moral, Walcir Previtalo Bruno, Yuri Martins Fontes

COMITÊ EDITORIAL

Marisa Yamashiro, Lígia Yamasato, Ciro Yoshiyasse

ILUSTRAÇÕES

Maria Reizewitz (aquarelas: capa, p. 130, 162), Suzana da Costa
Borges Longo (lápiz - quarta capa, aquarela e nankin p. 92)
Luma (aquarela p. 10), Rosinha (photoshop p. 122),
Marianne Reizewitz (aquarela p. 34, 82, 104),
Lígia Yamasato (aquarela p. 65), Luciana (aquarela p. 146)

PROJETO GRÁFICO

Labor Design Editorial

DIAGRAMAÇÃO

Lígia Yamasato

Janeiro de 2011

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
------------------------	---

MARXISMO

Carta de Jenny a Marx.....	7
<i>Jenny von Westphalen</i>	

Karl Marx por Eleanor Marx.....	11
<i>Eleanor Marx</i>	

SOCIALISMO E EDUCAÇÃO

Educação Militante.....	21
<i>Zillah Murgel Branco</i>	

La Isla educa sus hijos: Educação infantil por vias não-formais em Cuba.....	35
<i>Valéria Aroeira Garcia</i>	

A educação infantil: Suas modalidades em Cuba.....	55
<i>Olga Franco García</i>	

POLÍTICA

A ordem do regresso: sexo, profissão e política.....67
Lidiane Soares Rodrigues

As Relações entre o Irã e o “Ocidente”83
Arlene Elizabeth Clemesha

Reforma Agrária e subdesenvolvimento:
a experiência revolucionária de Cuba.....93
Joana Salém Vasconcelos

Notas sobre a origem das FARC-EP.....105
Ana Carolina Ramos e Silva

Quando as mulheres invadiram as
oficinas tipográficas.....123
Marisa Midori Deaecto

RESENHA

Acumulação do Capital: militarismo e colapso.....131
Rosa Rosa Souza Rosa Gomes

FICÇÃO E CRÍTICA

Crítica literária: “O caso da vara”147
Marisa Yamashiro

O desafio de ter a “liberdade de pensar as coisas em si”..155
Maria Viana

POEMA

Mulher Feita.....163
Ana Lúcia Reboledo Sanches

Editorial

Nunca antes neste país uma revista marxista foi produzida inteiramente por mulheres. As mulheres não aparecem aqui como tema ou objeto de estudo, mas como produtoras da revista.

Nota bene: não se trata de um número sobre mulheres, mas feito por mulheres. A começar pelas ilustrações (a maioria produzida por meninas adolescentes e já tão talentosas). Dessa forma, a revista mantém uma de suas peculiaridades: ela é totalmente ilustrada por obras inéditas realizadas por pessoas que, voluntariamente, colaboram com o nosso esforço de difundir os ideais socialistas.

Apesar da inovação formal, este número é também rico no seu conteúdo. Entre tantas autoras competentes, algumas iniciantes, outras reconhecidas em seus campos de pesquisa, cabe destacar a primeira seção, na qual se publicam dois textos inéditos de Jenny von Westphalen (depois, Jenny Marx) e de sua filha Eleanor (traduzidos por Ligia Yamasato).

Nossa homenageada é Zillah Murgel Branco. Lutadora, mãe, socióloga, revolucionária, marxista e muito mais. Ela nasceu em 1936 na cidade de São Paulo e cursou Ciências Sociais na velha Rua Maria Antônia, na USP; trabalhou desde os 19 anos no Brasil, Chile, Portugal e em Cabo Verde; participou do Processo Revolucionário em Curso em Portugal, após a Revolução de 25 de abril de 1974. Mouro publica um inédito artigo autobiográfico desta lutadora de toda uma vida.

Coerentemente, este número de Mouro não terá o velho Marx na capa, mas a Jenny .



Jenny von Westphalen

Carta de Jenny von Westphalen a Karl Marx em Bonn

Tradução: Ligia Kimie Yamasato

Trier, 10 de agosto de 1841

Meu pequeno negro selvagem,

Estou tão feliz por você estar feliz e por saber que minha carta te alegra, que está torcendo por mim, que está morando em quartos de papel de parede, que bebeu champanhe em Colônia, que existem sociedades de Hegel aí, que você vem sonhando e que, resumindo, você é meu, meu amor, meu querido negro selvagem. Mas apesar de tudo isso, de uma coisa eu senti falta: você poderia ter elogiado um pouco o meu grego e dedicado um pequeno artigo louvando a minha erudição. Mas vocês são assim mesmo, vocês, cavalheiros hegelianos, não reconhecem coisa alguma, é o cúmulo da superioridade, tudo tem de ser exatamente como vocês pensam, e por isso mesmo eu devo ser modesta e descansar sobre meus próprios louros. Sim, querido, eu ainda tenho de repousar, infelizmente, e na verdade em uma cama com travesseiros de plumas, e até mesmo esta pequena carta será enviada ao mundo da minha pequena cama.

No domingo, aventurei-me em uma audaciosa excursão nos quartos da frente, mas isso não me fez bem e agora tenho de fazer nova penitência por isso. Schleicher disse-me há pouco que vem se correspondendo com um jovem revolucionário, mas o jovem está muito enganado a respeito de seus compatriotas. Ele não acredita que possa conseguir um quinhão ou qualquer outra coisa. Ah, querido, meu querido amor, você agora também está envolvido com política. Realmente essa é a atividade mais arriscada de todas. Querido Karl, lembre-se sempre que aqui você tem uma namorada que o espera e

está sofrendo, e depende totalmente do seu destino. Querido, meu querido amor, como eu desejaria poder ver-te novamente.

Infelizmente, não devo e ainda não posso marcar um dia. Antes de me sentir bem novamente, não vou pedir permissão para viajar. Mas estou me restabelecendo esta semana. E por outro lado, nosso querido sinopsista poderá finalmente partir e não devo mais ver este estimado senhor. Esta manhã, bem cedo, li no jornal de Augsburg três artigos hegelianos e o anúncio do livro do Bruno!

Francamente falando, meu querido, eu deveria agora dizer adeus, pois você só me pediu um par de linhas e já preenchi quase a página inteira. Mas hoje eu não quero seguir tudo ao pé da letra e pretendo esticar as linhas que você pediu para muitas páginas. E é verdade, não é mesmo, meu querido, que você não vai ficar zangado com sua pequena Jenny por causa disso e pelo conteúdo em si? Você deve saber que só um criado oferece mais do que ele tem. Hoje o meu zumbido, sussurrando em minha pequena cabeça, está se esvaindo e já não percebo quase nada, apenas rodas, sinos e moínhos. Os pensamentos se foram, mas, por outro lado, meu pequeno coração está tão cheio, transbordando de amor e de saudades e desejo ardente por ti, meu infinito amor.

A propósito, você recebeu uma carta escrita a lápis enviada por Vauban? Talvez um intermediário já não seja tão bom, e no futuro devo endereçar as correspondências diretamente ao meu amo e senhor.

O Comodoro Napier acabou de passar com seu manto branco. Os pobres sentidos falham. Eles me atacam como se fosse o desfiladeiro de lobos no Freischuz, quando de repente surgem o exército selvagem e todas as formas fantásticas e curiosas. Somente sobre o pequeno palco do nosso teatro alguém sempre vê as armadilhas nas quais águias, corujas e crocodilos são capturados – só que neste caso, o mecanismo é um pouco diferente.

Amanhã, pela primeira vez, o pai poderá sair de sua posição constrangedora e poderá se sentar à cadeira. Ele anda um pouco desanimado com o progresso lento de sua recuperação, mas ele continua dando suas ordens sem parar, e em breve ele receberá a Grã-Cruz da Ordem dos Comandantes.

Se eu não estivesse aqui tão miseravelmente deitada, logo estaria arrumando minhas malas. Está tudo pronto. Vestidos, colares

e tiaras estão em ordem, só mesmo sua dona não está em plenas condições. Oh, meu querido, fico pensando em você e no seu amor durante minhas noites sem sono, quantas vezes orei, abençoei e pedi bênçãos a você, e como é bom sonhar tantas vezes com toda a felicidade que foi e que será. - Esta noite Haizinger estará atuando em Bonn. Você irá vê-la? Eu a vi como Donna Diana.

Meu mais amado Karl, eu gostaria de dizer muito mais, tudo o que resta a ser dito - mas minha mãe não vai tolerar por muito mais tempo - ela vai arrancar a caneta de minhas mãos e eu não poderei sequer expressar as minhas saudações mais ardentes e carinhosas. Apenas um beijo em cada dedo e, depois, a distância. Voem, voem para o meu Karl, e apertem seus lábios tão calorosamente como se fossem quentes e carinhosos quando forem de encontro a eles e, então, não sejam mais os tolos mensageiros de amor e sussurrem todas as minúsculas, doces e secretas expressões do amor, o amor que lhe darei - contem-lhe tudo - mas, nem tudo, deixem um pouco para a sua amada.

Adeus, meu primeiro e único amor. Eu não posso escrever mais, ou minha cabeça vai virar um turbilhão [...] você sabe, e *quadrupedante putrem sonitu*, etc. etc. - Adeus, meu querido senhor das ferrovias. Adeus, meu querido pequeno homem - É certo, não é, que me casarei com você?

Adeus, adeus, meu querido.

Jenny



Eleanor Marx

Karl Marx por Eleanor Marx

Tradução: Ligia Kimie Yamasato

Não se passou muito tempo, talvez muito pouco, para escrever a biografia de um grande homem quase que imediatamente após sua morte, e a tarefa é duplamente difícil quando recai sobre uma pessoa que o conhecia e o amava. Para mim, neste momento, só é possível apresentar um breve resumo da vida do meu pai. Vou me limitar a uma simples demonstração de fatos, e não vou sequer tentar fazer uma exposição de suas grandes teorias e descobertas; teorias que são a base do Socialismo Moderno – descobertas que estão revolucionando toda a ciência da Economia Política. Espero, contudo, poder fazer futuramente uma análise para a *Progress* da grande obra do meu pai, “O Capital”, e das verdades nela contidas.

Karl Marx nasceu em Trier, em maio de 1818, de pais judeus. Seu pai – um homem de grande talento – era advogado, muito influenciado pelas ideias francesas do século XVIII sobre religião, ciência e arte; sua mãe era descendente de judeus húngaros que no século XVII se estabeleceram na Holanda. Entre seus amigos de infância mais antigos estavam Jenny – que mais tarde tornou-se sua esposa – e Edgar von Westphalen. Com o pai deles, o Barão von Westphalen – meio escocês – Marx aprendeu a gostar da “Escola Romântica” e, enquanto seu pai lia Voltaire e Racine, Westphalen lia Homero e Shakespeare, que se tornaram seus escritores preferidos.

Muito amado e, ao mesmo tempo, temido por seus colegas de escola – amado por suas travessuras e temido por sua aptidão para escrever versos sarcásticos e difamar seus inimigos – Karl Marx teve uma rotina escolar normal, e depois seguiu para as Universidades de Bonn e Berlim, onde, para agradar seu pai, cursou Direito por algum tempo, e para satisfazer a si mesmo foi estudar História e Filosofia. Em 1842, Marx estava prestes a habilitar-se como “Livre Docente” em Bonn, mas o movimento político que surgia na Alemanha desde a morte de Frederick William III em 1840 levou-o para outra carreira. Os líderes da burguesia liberal renana – Kamphausen e Hansemann – haviam fundado a Gazeta Renana em Colônia, com a colaboração de Marx, cuja crítica brilhante e ousada do parlamento provinciano causou tanta comoção que, embora tivesse apenas vinte e quatro anos de idade, lhe foi oferecido o cargo de redator-chefe do jornal. Ele aceitou, e com isso começou sua longa luta contra todas as tiranias e, particularmente, contra a tirania prussiana. Obviamente o jornal estava sob a supervisão de um censor – mas o pobre censor se via impotente. A Gazeta invariavelmente publicava todos os artigos importantes, e o censor nada podia fazer. Então um segundo censor, um “especial”, foi enviado de Berlim, mas mesmo esta dupla censura não teve êxito e, finalmente, em 1843 o governo simplesmente proibiu todo o jornal. No mesmo ano, em 1843, Marx casou-se com sua velha amiga de infância, com quem havia sido noivo por sete anos, Jenny von Westphalen, e com sua jovem esposa mudou-se para Paris. Lá, junto com Arnold Ruge, publicou os Anais Franco-Alemães, iniciando sua longa série de artigos socialistas. Sua primeira contribuição foi uma crítica sobre a “filosofia do direito” de Hegel; a segunda, um ensaio sobre a “Questão Judaica”. Quando os Anais deixaram de existir, Marx contribuiu para o periódico *Vorwärts*, do qual ele era tido como editor. De fato, o cargo de editor deste jornal, que também contou com a colaboração de Heine, Everbeck, Engels etc., era um tanto irregular, e um editor realmente responsável nunca existiu. A próxima publicação de Marx foi “A Sagrada Família” escrita com Engels, uma crítica sarcástica dirigida contra Bruno Bauer e sua escola de idealistas hegelianos.

Apesar de, naquela época, dedicar a maior parte de seu tempo para o estudo de Economia Política e Revolução Francesa, Karl Marx continuou a travar uma guerra raivosa contra o governo da Prússia e, por essa razão, este governo exigiu de M. Guizot – conforme relato da agência de Alexander von Humboldt em Paris – a expulsão de

Marx da França. E a essa exigência Guizot atendeu com firmeza, e Marx teve de deixar Paris, mudando-se para Bruxelas, e lá, em 1846, publicou em francês o “Discurso sobre o livre comércio”. Proudhon havia publicado “Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria” e escreveu a Marx, dizendo que aguardava sua “fêrula crítica”. Ele não teve de esperar muito tempo, pois, em 1847, Marx publicou “Miséria da Filosofia, resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon” e a “fêrula” foi aplicada com uma austeridade que Proudhon provavelmente não esperava. Neste mesmo ano, Marx fundou uma Associação dos Operários Alemães em Bruxelas e, o mais importante, participou, junto com seus amigos políticos, da “Liga dos Comunistas”. Toda a organização da Liga foi modificada por ele; de uma conspiração secreta passou a ser uma organização para a propaganda dos princípios comunistas, e só era secreta porque as circunstâncias existentes na época faziam do sigilo uma necessidade. Onde houvesse uma associação de operários alemães, a Liga também existia, e este foi o primeiro movimento socialista de caráter internacional, que tinha como membros ingleses, belgas, húngaros, poloneses, escandinavos. Esta foi a primeira organização do Partido Social Democrata. Em 1847, foi realizado um Congresso da Liga em Londres, onde Marx e Engels assistiram como delegados; e eles foram convocados para escrever o célebre “Manifesto do Partido Comunista” – publicado pela primeira vez imediatamente antes da Revolução de 1848, e posteriormente traduzido em quase todas as línguas europeias.

O manifesto começa com uma análise das condições existentes da sociedade. E passa a mostrar como pouco a pouco a velha divisão de classes feudal desapareceu, e como a sociedade moderna foi dividida em apenas duas classes – a dos capitalistas, ou classe burguesa, e a dos proletários; dos expropriadores e dos expropriados; da classe burguesa em posse da riqueza e do poder sem nada produzir e da classe trabalhadora que produz riqueza, mas não possui nada. A burguesia, após usar o proletariado para lutar em suas batalhas políticas contra o feudalismo, usou o poder então adquirido para escravizar o proletariado.

Para a acusação de que o Comunismo visa “abolir a propriedade”, o Manifesto respondeu que os Comunistas visam apenas abolir o sistema burguês de propriedade, porque para nove décimos da Comunidade a propriedade já está abolida; para a acusação de que os Comunistas visam “abolir o casamento e a família”, o Manifesto respondeu perguntando que tipo de “família” e “casamento” eram

possíveis para os operários, já que para eles o verdadeiro significado dessas palavras nunca existiu. Quanto a “abolir a pátria e a nacionalidade”, essas estão abolidas para o proletariado e, graças ao desenvolvimento da indústria, para a burguesia também. A burguesia tem feito grandes revoluções na história; ela revolucionou todo o sistema de produção. Sob suas mãos, foram desenvolvidos a máquina a vapor, o tear mecânico, o martelo-pilão a vapor, as ferrovias e navios a vapor de nossos dias. Mas a sua produção mais revolucionária foi a produção do proletariado, de uma classe cujas próprias condições de existência obrigam-na a destruir toda a sociedade real. O Manifesto termina com as palavras:

“Os comunistas recusam-se a esconder seus propósitos e suas opiniões. Declaram abertamente que os seus objetivos só poderão ser alcançados através da derrubada violenta de todas as condições sociais existentes. Deixem que as classes dominantes estremeçam diante de uma revolução comunista. Nela, os proletários nada têm a perder a não ser suas próprias correntes. Eles têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!”

Entretanto, Marx continuou no jornal *Brüsseler Zeitung* seu ataque contra o governo da Prússia e, novamente, o governo prussiano exigiu sua expulsão – mas, em vão, a Revolução de Fevereiro organizou um movimento entre os operários belgas, quando Marx, sem recusa alguma, foi expulso pelo governo da Bélgica. Entretanto, o governo provisório da França, através de Flocon, convidou-o a retornar a Paris, e este convite foi aceito. Em Paris ele permaneceu durante algum tempo, até depois da Revolução de Março, em 1848, quando retornou para Colônia, e lá fundou a Nova Gazeta Renana – o único jornal que representava a classe trabalhadora e tinha ousadia para defender os rebeldes de Junho de Paris. Em vão, vários jornais revolucionários e liberais denunciaram a Gazeta por sua audácia em atacar tudo aquilo que é sagrado e que desafia toda a autoridade – e que se encontra em uma fortaleza prussiana! Em vão, as autoridades, em virtude do Estado de Sítio, suspenderam o jornal por seis semanas. Este apareceu novamente sob os olhos da polícia. Sua reputação e circulação crescia à medida que os ataques lhe eram feitos. Após o Golpe de Estado de Novembro da Prússia, a Gazeta, nas manchetes de cada número, convocava as pessoas a recusarem os impostos e encontrarem a força pela força. Por isso, e por conta de certos artigos, o jornal foi duas vezes processado – e absolvido. Finalmente, após a revolta de maio (1849) em Dresden, Províncias

Renanas e Alemanha do Sul, a Gazeta foi violentamente proibida. O último número – impresso em vermelho – foi publicado em 19 de maio de 1849.

Marx retornou a Paris, mas algumas semanas após a manifestação de 13 de junho de 1849, o governo francês deu a ele a opção de se retirar para a Grã-Bretanha ou deixar a França. Ele preferiu a última alternativa, e foi para Londres – onde viveu por trinta anos. Foi feita uma tentativa de publicar a Nova Gazeta Renana na forma de uma análise, publicada em Hamburgo, mas esta não foi bem sucedida. Imediatamente após o golpe de estado de Napoleão, Marx escreveu seu “18 Brumário de Luis Bonaparte” e, em 1853, “Revelações sobre o Processo dos Comunistas de Colônia” – onde revelou as tramas infames do governo e da polícia da Prússia.

Após a condenação dos membros da Liga Comunista em Colônia, Marx afastou-se da vida política ativa durante algum tempo, dedicando-se aos seus estudos econômicos no Museu Britânico, contribuindo com editoriais e correspondências à Tribuna de Nova Iorque, e escrevendo panfletos e prospectos atacando o regime de Palmerston, amplamente divulgados por David Urquhart.

Os primeiros frutos de seus longos e dedicados estudos sobre a Economia Política surgiram em 1859 na “Crítica à Economia Política” – uma obra que apresenta a primeira exposição de sua Teoria de Valor.

Durante a Guerra Italiana, Marx, no jornal alemão “O Povo”, publicado em Londres, denunciou o Bonapartismo, que se escondia sob a aparência da aprovação liberal para as nacionalidades oprimidas, e a política prussiana que, sob o disfarce de neutralidade, pretendia pescar em águas agitadas. Naquela ocasião, foi preciso atacar Carl Vogt que, a serviço do “assassino da meia-noite”, estava incentivando a neutralidade alemã. Deliberadamente caluniado por Carl Vogt, Marx respondeu a ele e a outros cavalheiros de sua laia em “*Herr Vogt*”, em 1860, acusando Vogt de estar a serviço de Napoleão. Só dez anos mais tarde, em 1870, comprovou-se que esta acusação era verdadeira. A Defesa Nacional do governo francês publicou uma lista de mercenários bonapartistas e abaixo da letra V apareceu: Vogt, recebeu, em agosto de 1859, 10.000:francos”. Em 1867, Marx publicou em Hamburgo sua principal obra: “O Capital”, uma reflexão que retomarei no próximo número da *Progress*.

Entretanto, o movimento operário havia avançado tanto que Karl Marx poderia pensar em executar um plano há muito tempo almejado – a fundação de uma Associação Internacional dos Trabalhadores em todos os países mais avançados da Europa e América. Em abril de 1864, foi realizado um encontro público para expressar solidariedade com a Polônia. Esse encontro trouxe operários de várias nacionalidades e, então, decidiu-se fundar a Internacional. E, em 28 de setembro de 1864, foi realizado um encontro, presidido pelo Professor Beesley no *St. James' Hall*. Foi eleito um conselho geral provisório, e Marx redigiu o Discurso Inaugural e as Medidas Provisórias. Neste discurso, após um terrível quadro de miséria das classes trabalhadoras, mesmo nos anos da chamada prosperidade comercial, ele evoca os operários de todos os países para se associarem, e, quase vinte anos antes no Manifesto Comunista, ele concluiu com as palavras: “Proletários de todos os países, uni-vos!” As “Medidas” afirmam as razões para a fundação da Internacional:

“Considerando,

Que a emancipação das classes trabalhadoras deve ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras; que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras significa não uma luta por privilégios e monopólio de classe, mas por direitos e deveres iguais, e a abolição de todo regime de classe;

Que a submissão econômica do operário ao monopolizador dos meios de trabalho, ou seja, as fontes de vida, está na base da servidão em todas as suas formas de miséria social, degradação mental e dependência política;

Que a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o grande objetivo para o qual todo movimento político deve estar subordinado como um meio;

Que todos os esforços que visam o grande final fracassaram até agora por falta de solidariedade entre as várias divisões de trabalho em cada país e pela ausência de laço de união fraternal entre as classes trabalhadoras de diferentes países;

Que a emancipação do trabalho não é um problema local nem nacional, mas um problema social que engloba todos os países onde existe a sociedade moderna, e que depende da sua solução sobre a concorrência, prática e teórica, dos países mais avançados;

Que a renovação das classes trabalhadoras nos países mais industrializados da Europa, ao despertar uma nova esperança, adverte solenemente contra uma recaída nos antigos erros e clama pela associação imediata dos movimentos ainda desunidos.

Por essas razões

Foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores.”

Para dimensionar a importância de Marx na Internacional seria preciso escrever uma história da própria Associação – pois, além de ser secretário correspondente da Alemanha e Rússia, ele foi o espírito de liderança de todos os conselhos gerais. Os Discursos, com raríssimas exceções – desde o Inaugural ao último – sobre a Guerra Civil na França”, todos foram escritos por ele. Neste último discurso, Marx explicou o real significado da Comuna – “essa esfinge que tanto atormenta o espírito burguês”. E com palavras tão fortes quanto belas, ele qualificou o governo corrupto de “deserção nacional que abandonou a França nas mãos da Prússia”, denunciou o governo de homens como o falsário Jules Favre, o agiota Perry e o três vezes infame Thiers, esse gnomo monstruoso. Após contrastar os horrores perpetrados pelos Versaillistas e a devoção heróica dos operários parisienses, que morreram pela preservação da república da qual M. Perry agora é o Primeiro-Ministro, Marx conclui:

“A Paris dos operários com sua Comuna será para sempre celebrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Seus mártires são consagrados no grande coração da classe trabalhadora. A história de seus exterminadores já está pregada naquele pelourinho eterno do qual nem todas as orações de seus padres vão resgatá-los”.

A queda da Comuna colocou a Internacional em uma posição impossível. Era preciso mudar o Conselho Geral de Londres para Nova Iorque, e essa decisão, por sugestão de Marx, foi tomada pelo Congresso de Haia em 1873. Desde então, o movimento tomou outra forma; a relação contínua entre os proletários de todos os países – um dos milhares frutos da Associação Internacional – mostrou que já não há mais necessidade de uma organização formal. Mas de qualquer forma, o trabalho continua e deve continuar enquanto existir as atuais condições da sociedade.

Até 1873, Marx havia se dedicado quase que totalmente ao seu trabalho, embora este tivesse sido postergado por alguns anos por problemas de saúde. O segundo volume d'O Capital, sua principal

obra, será editado pelo seu mais velho, mais verdadeiro e mais querido amigo, Frederick Engels. Há outros volumes d'O Capital que também poderão ser publicados.

Limitei-me nos detalhes estritamente históricos e biográficos do HOMEM. De sua personalidade marcante, sua imensa erudição, seu espírito, humor, gentileza e compaixão não dá para falar. Para somar todos

“os elementos

tão misturados nele que a Natureza poderia se levantar,

E dizer a todo o mundo, Este era um Homem!”

Eleanor Marx.

Retorno a

Gramsci

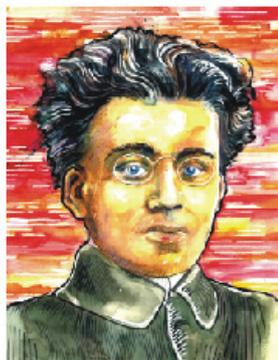
Série Economia
de Bolso

Lincoln Secco

Lincoln Secco

Série Economia de Bolso

Retorno a Gramsci



LCTE Editora

Antonio Gramsci (1891-1937) foi o mais importante pensador italiano do século XX. Muito difundida no Brasil, a sua obra trata de política, pedagogia, economia, história, filosofia etc. Neste livro, o leitor conhecerá outras facetas do pensamento gramsciano: sua leitura de Dante; sua relação com as bibliotecas e os livros; sua releitura do marxismo; e a atualidade dos seus conceitos no Brasil de hoje.

Autor: Lincoln Secco nasceu em São Paulo em 1969. Em 1987 ingressou na Universidade de São Paulo (USP), onde fez o bacharelado, licenciatura, mestrado, doutorado e livre docência em História. Desde 2003 é professor de História Contemporânea na USP.

LCTE Editora



Zillah Branco

Educação militante

Zillah Murgel Branco
Bacharel em Ciências Sociais pela USP

É difícil saber a origem da formação do militante de esquerda. Os estudos teóricos quase sempre vêm depois de uma formação cultural pontuada por princípios éticos e conceitos filosóficos adquiridos ainda na infância por meio de exemplos familiares ou referências históricas que marcaram os sentimentos de solidariedade humana e respeito pela vida, cultivados familiarmente.

Tive a ventura de nascer em uma época em que todos os fatos políticos promoviam o despertar dos povos para a necessidade de defender a dignidade humana, a independência nacional e a solidariedade internacional. A geração anterior à minha vivera os efeitos da 1ª Grande Guerra, conhecera os movimentos operários que da Europa irradiaram para os Estados Unidos e América Latina, a Revolução Russa e a criação da União Soviética, as lutas pelo sufrágio universal, pela redução do horário de trabalho, pelos direitos das mulheres e das crianças. Também conheceram as origens do fascismo e nazismo que no seu início confundiram-se com aspectos nacionalistas e de social-democracia para, no curso dos confrontos políticos, ir definindo a identidade ideológica com as elites exploradoras que dirigiam o mundo.

Minha família, de classe média na sua juventude, dividia-se em duas tendências: a do enriquecimento pessoal e mudança de status social; e, outra, a da formação profissional e cultural voltada

para a participação no desenvolvimento da sociedade. Grosso modo, um lado à direita, sob orientação católica, de outro à esquerda sob influência do positivismo francês e dos conceitos libertários que germinaram na sociedade brasileira a partir das lutas contra a escravidão, contra o domínio estrangeiro, o dogmatismo religioso, a supremacia oligárquica, os privilégios de classe. No primeiro quartel do século XX esta diferença marcou dois tipos diferentes e conflitantes de consciência de classe: o da alta burguesia com todos os seus preconceitos e privilégios, e o da baixa classe média voltada para a realidade em que sobrevivia o proletariado e se misturavam às diferentes origens imigrantes. Meus avós tiveram o mérito de manter a unidade de toda a família que se reunia nas festas tradicionais quando, por acordo tácito, não se tocava em temas divergentes. Este esforço permitiu que as amizades se mantivessem sob a imagem desvanecida humanista unificadora e de uma moral cívica traduzida em honestidade, generosidade e compreensão individual. De fato foram os profundos laços afetivos iniciados quando todos jovens viviam a mesma realidade social, que cimentou as amizades apesar das divergências ideológicas que os conduziram por caminhos diferentes na vida.

Quando um de meus tios foi candidato a deputado comunista à Assembleia Estadual de São Paulo em 1947, minha avó católica, que tinha filhos conservadores e até militantes integralistas, pediu licença ao seu confessor para votar pela eleição do genro comunista.¹ Com o passar dos tempos, apesar da família manter sempre relações de amizade, em 1964 com o advento da ditadura militar, verificou-se um acirramento nas posições dessa ala de direita com a produção de vários membros do CCC que usavam armas ostensivas na presença de parentes comunistas. A clandestinidade foi necessária e o distanciamento inevitável.

Formação marxista

Disse Samora Machel (primeiro Presidente da República Popular de Moçambique) a um jornalista português que lhe perguntou “quando estudou pela primeira vez o pensamento de Marx?”. Respondeu sem delongas: “quando estudei já foi na segunda vez”.

A minha formação científica, assim como a da maioria dos militantes que conheci, veio depois de estar imbuída pela prática militante marxista e leninista junto a membros do PCB. As emoções

deram início da dedicação a um ideal para depois, enfrentadas as questões práticas da realidade, serem buscadas as explicações científicas que a história oferecia ou a fundamentação dos princípios nas crenças religiosas.

Desde os 11 anos de idade, quando aprendi a fazer cola de farinha para pregar os cartazes dos candidatos comunistas nos postes e paredes pelas ruas, acompanhei várias atividades militantes através das quais ia conhecendo a realidade social e política. Durou pouco mais de um ano a fase de legalidade do PCB. Depois a militância tornou-se mais arriscada, mas nunca cessou, envolvida pelos graves problemas sociais que não podiam deixar de ser manifestados por organizações de massas e cidadãos conscientes. Era uma escola permanente.

Esta formação empírica, a partir das condições culturais e da vivência direta dos problemas humanos na sociedade mais pobre, propicia a conjugação das emoções com a razão que vai amadurecer com as leituras e debates ao longo da vida. Se, por um lado, introduz juízos ideais de valor que só serão objetivados com a reflexão teórica, resiste às pressões sectárias e dogmáticas sem fundamento racional e à tendência que a condição elitista de formação conduz ao paternalismo que mascara a solidariedade e transforma-a em instrumento de exploração.

A realidade dos povos clarifica a ideologia

Depois do final da Segunda Guerra, a ação imperialista expandiu o anticomunismo por todo o mundo. Isto pesou culturalmente nas populações que temiam ou odiavam os comunistas demonizados pelos meios de comunicação social, igrejas, escolas e todos os que se submetiam à propaganda das elites obedientes ao que o Império Norte-Americano determinava. As campanhas foram levadas ao extremo como veículo de combate à URSS que se tornava uma potência mundial e apoiava todos os movimentos e organizações revolucionárias.

Graças à emigração de trabalhadores italianos e espanhóis com experiência em lutas políticas e sindicais nos seus países, o anarco-sindicalismo foi um fator importante na formação ideológica da sociedade brasileira contribuindo para a formação do Partido Comunista e movimentos de ideias de esquerda. Foi o embasamento do pensamento de esquerda no Brasil. Também dos Estados Unidos

chegava uma literatura sobre a história social que refletia o idealismo dos autores herdeiros dos princípios de independência e de formação de instituições para um Estado democrático, que ao longo do século XIX e início do XX enfrentaram dificuldades impostas pela Inglaterra e França que ainda disputavam o domínio do território norte-americano e impunham a sua estratégia de colonização econômica e política pela via do poder econômico europeu e da força militar e do transporte marítimo.

Desde que as crises do sistema capitalista começaram a alterar os passos da sociedade independente norte-americana, acentuavam-se as lutas internas, reveladas por importante literatura e textos jurídicos que abriam espaço para a ideologia socialista que crescia na Europa com Marx e Engels, e todos os intelectuais com projetos diferentes para uma Revolução que, em 1917, eclodiu na Rússia sob a liderança de Lênin e os bolcheviques. Ao mesmo tempo se desenvolveu naquela sociedade industrializada dos Estados Unidos, em núcleos de poder favorecidos pelos países ricos da Europa, as sementes do imperialismo que substituiu o sistema colonialista centralizando o poder militar, de transportes e financeiro mundial.

No Brasil, ao mesmo tempo em que tomávamos conhecimento do combate ideológico que os livros norte-americanos (e bons grandes filmes) revelavam, sentíamos a pressão do imperialismo tentando manter a nossa economia subdesenvolvida. As denúncias contra a ocultação feita por empresas e técnicos vindos dos EU e do Canadá das potencialidades de desenvolvimento brasileiro da produção de petróleo e construção de hidroelétricas deram origem à literatura nacionalista no Brasil e à campanha do “Petróleo é Nosso” que representou importante dinamização de movimentos de massas de esquerda.

Quando fiz o curso de Ciências Sociais na USP, pretendia aprofundar o conhecimento da realidade social. Retardei a formatura por problemas familiares a partir do segundo ano de Faculdade. Ao conseguir obter o diploma, a minha turma escolheu para nosso paraninfo Celso Furtado que havia se destacado no governo de João Goulart. A festa e a própria vida brasileira foi frustrada pelo golpe militar de 1964. As tarefas do “socorro vermelho” ganharam prioridade à frente da construção de uma carreira profissional e pessoal para quem já tinha a formação militante.

Experiência chilena

Depois de cinco anos militando clandestinamente e arriscando os empregos que conseguia ter, tornou-se aconselhável sair do Brasil com meus filhos. Fui para o Chile onde havia um governo democrata-cristão que permitia alguma liberdade a vários brasileiros exilados. Seis meses depois de chegar, fomos premiados com a eleição de Allende. A sensação de liberdade abriu-nos a vida, e a militância tornou-se possível mesmo para uma estrangeira pelo engajamento com a Unidade Popular.

Foi no trabalho organizado pela FAO, de apoio à reforma agrária na empresa governamental ICIRA, em Santiago, que encontrei o meu verdadeiro amadurecimento no conhecimento da realidade social. Distanciei-me da vida acadêmica e mergulhei na vida campesina chilena com toda a complexidade que integrava a história dos índios *mapuches* como fundamento cultural. Na organização promovida pela FAO, com os conceitos cooperativos adequados ao sistema capitalista e ao pensamento democrata-cristão implantado pelo governo Frei, fora orientado o projeto de reforma agrária. Junto aos companheiros da UP encontrei estudiosos do marxismo com quem podia dialogar e procurar fundamentação teórica para os temas que dinamizavam o processo de transformação social e política.

Eu falava mal o castelhano, o que me aproximava dos indígenas que misturavam o seu idioma ao que era usado no Chile. Algumas vezes os camponeses indígenas me pediam para “traduzir” o que os técnicos chilenos diziam. Quando começou a haver dificuldades entre os técnicos chilenos representantes do governo e os indígenas, que preferiam a orientação radical do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária), por várias vezes fui chamada pelos indígenas para servir de mediadora. Senti-me adotada pelos *mapuches* que sempre me trataram com respeito e amizade deixando perceber que eu, apesar de branca (*huinca* como os colonizadores) não tinha qualquer responsabilidade pelos séculos de colonização agressiva. Aprendi muito no convívio com uma cultura desconhecida para mim, onde os laços de identidade se davam no contexto de luta pelos direitos de cidadania e de trabalho. A militância social brasileira era o melhor passaporte para o aprendizado daquela realidade em que eu era estrangeira, tal como os indígenas também eram tratados no seu país.

Frequentando as aldeias *mapuches* percebi a clareza do seu raciocínio político. Os indígenas recomendavam, quanto à linguagem utilizada pelos técnicos, que não se usasse o termo “*expropriação das terras do latifúndio*”, mas sim “*apropriação do que fora roubado aos mapuches*”. Faziam perguntas sobre a orientação do governo e procuravam entender comparando com as lutas tradicionais centenárias dos índios. Guardavam nas suas “*rucas*” uma documentação antiga sobre as terras indígenas que lhes garantia a propriedade, roubada nos trezentos anos de colonização.

Trabalhando pelo projeto da FAO em contacto direto com os camponeses pobres do Chile fui percebendo as contradições subtis entre a mensagem acadêmica que continha uma visão elitista e paternalista em contraste com o raciocínio claro dos trabalhadores quando respeitadas as condições sociais e culturais em que foram formados e viviam. Eu tinha sempre a preocupação de “*traduzir*” a linguagem acadêmica para a que era habitual entre eles, inclusive criando recursos pedagógicos mais adequados que as abstrações intelectuais.

Assim foi quando fui dar um curso de história para camponeses de uma localidade no interior de Temuco com a proposta de formar os “*Consejos Comunales*” onde estariam os trabalhadores sem terra ao lado dos camponeses. Li bastante e me muni de mapas regionais e gráficos com dados estatísticos. Ao iniciar a exposição sobre a história “deles” abri o mapa para situar a história naquela região e me dei conta de que eu estava “falando grego” e mostrando um quadro de rabiscos ininteligíveis para expor o que eles não sabiam que sentiam mais do que eu. Interrompi para tomarmos um chá por causa do frio, conversamos descontraidamente e comecei novamente com o mapa virado de costas para que eles desenhassem os pontos principais da região e passei a perguntar como era a história dos latifúndios, dos trabalhadores, dos pequenos agricultores, quem distribuía a água etc. Discutiam, entre si, traçando caminhos, fontes de água, obstáculos naturais, terras boas e más, casas grandes, casinhas e “*rucas*” *mapuches*. Com entusiasmo foram contando a história das relações sociais, os sofrimentos, as formas de exploração, o uso da força com a ajuda da igreja e da repressão policial. Abri um gráfico de barras para indicar a população dividida em classes e as terras de cada. Ficaram quietos e desinteressados. Redesenhei os gráficos em forma de “queijos” e eles indicaram o tamanho das fatias que, elas sim, indicavam a dimensão social e do poder.

Além da possibilidade de exercer a militância junto ao trabalho profissional, a sociedade chilena estimula a participação social de toda a população. É um povo sofrido devido aos muitos terremotos e vulcões ocasionando catástrofes que promovem a solidariedade entre todos, e a dura realidade de exploração imposta às camadas mais pobres da população e ao empobrecimento da classe média apesar do acesso a um sistema de ensino bem organizado.

A volta ao país fechado

O golpe militar no Chile foi o segundo que senti contra o “*meu*” povo, agora chileno e *mapuche*. O retorno ao Brasil, ainda sob a ditadura, depois de quatro anos, deu-me a sensação de exílio, principalmente pelas mudanças de comportamento político ocorrido entre parentes e antigos amigos. A vivência de uma realidade em processo revolucionário alterara também a minha capacidade de adaptação a uma camada social que se mantinha alienada para poder conviver com a pressão política e policial, o que a conduzia insensivelmente a uma posição conservadora e preconceituosa – sobretudo expressamente anticomunista.

Ao ouvirmos pela rádio a notícia da Revolução dos Cravos na manhã do dia 25 de Abril de 1974, meus filhos pediram que fossemos para Portugal. A formação militante deles havia sido iniciada no Chile de Allende onde a participação social ocorria promovida pela escola pública, os Centros de Madres e as associações de moradores. Eles também se sentiam exilados em um meio que lhes parecia “terrivelmente agressivo pelas ameaças policiais e, também, pela exibição de riquezas individuais”.

Nova experiência de viver em liberdade

Em Lisboa percebi a profunda diferença cultural existente entre latino-americanos e europeus, com histórias opostas em muitos aspectos, preconceitos subtis e uma estrutura social rígida. Ingressei no Partido Comunista Português, onde a formação ideológica dos militantes era uma ponte para a necessária identidade pessoal e familiar que vencia a condição de estrangeiros que isola. Ali conheci militantes exemplares que combinavam uma profunda formação teórica marxista com uma preocupação humanista permanente originada na vida clandestina junto às camadas mais pobres da população portuguesa ao longo de dezenas de anos.

Mergulhei nos trabalhos de apoio à reforma agrária que, organizados pelos comunistas portugueses que atuaram clandestinamente nas regiões do Alentejo e Ribatejo durante 40 anos de ditadura de Salazar, não sofria as contradições do projeto FAO. A questão rural fora profundamente estudada por Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP e pelo engenheiro agrônomo Júlio Martins, nos tempos em que ficaram presos e estavam já editados os livros que serviam de orientação em 1974. Foram formadas as UCPs – Unidades Coletivas de Produção – que permaneciam como propriedade nacional gerida por uma assembleia de trabalhadores eleita ao contrário das cooperativas que atribuíam a propriedade aos trabalhadores. Foi criada uma organização de apoio voluntário – CRARA (Comissão revolucionária de apoio à reforma agrária) – que reunia recursos de financiamento, apoio profissional e de organização e promovia visitas regulares de trabalhadores voluntários, de grupos médicos e de alfabetizadores para assegurar os recursos necessários até que as UCPs constituídas pudessem ser apoiadas técnica e profissionalmente pelo Estado. A CRARA dinamizava através de meios de comunicação voluntários a informação nacional e europeia no meio urbano sobre a situação da reforma agrária, que do Alentejo expandiu-se como força política nacional ligando-se aos pequenos agricultores de todo o país em apoio à CNA (Confederação Nacional de Agricultura) e ao MARN (Movimento de agricultores e rebanhos do Norte) defendendo leis que assegurassem o desenvolvimento daquelas formas de produção agrícola nas zonas de minifúndio.

Os trabalhos de militância em prol da reforma agrária eram realizados em várias frentes: nos Ministérios, com a preparação de legislação específica e promoção de encontros entre os trabalhadores e organismos governamentais; com a redação de artigos para ampla divulgação dos programas de trabalho e captação de investimentos e formas de apoio voluntário para a sua realização; em contatos internacionais com universidades e associações solidárias (França, Bélgica, Holanda, países socialistas); no apoio a produção de filmes e documentários nacionais e internacionais (por exemplo da Thames Television de Londres) e trabalhos universitários na Holanda; junto ao movimento sindical para integração dos sindicatos agrícolas a nível nacional e internacional; com a promoção de estudos jurídicos referentes à produção e comercialização agrícolas e à organização social do setor rural.

A reforma agrária, pelo seu êxito na produção (UCPs receberam prêmios de produção e produtividade e a OCDE destacou

a sua importância na Europa) e por constituir um exemplo da luta revolucionária dos trabalhadores que atraia a solidariedade de vários setores urbanos da sociedade portuguesa e de outros países, despertou o antagonismo dos social-democratas monitorados pelo imperialismo (Kissinger, Secretário de Estado dos E.U. e o embaixador Carlucci, alto funcionário da CIA) e pela Internacional Socialista.

O PS, liderado por Mario Soares, trabalhou pela derrubada do Coronel Vasco Gonçalves que ocupou o cargo de Primeiro Ministro nos primeiros meses da Revolução dos Cravos, dando início a um vasto programa de nacionalizações e intervenções para impedir a reação terrorista dos opositores à transformação democrática de Portugal. Eleito Mário Soares, os dirigentes socialistas se somaram aos defensores do sistema capitalista e latifundiário, levantando obstáculos a todos os caminhos para o prosseguimento da reforma agrária e das nacionalizações. Começou por propor que fossem criadas cooperativas de propriedade dos trabalhadores, sem definir as responsabilidades e direitos do Estado. Assim introduziu a ambição individual pela apropriação da terra minando a unidade em torno do trabalho e da produção e do próprio Estado. As UCPs foram destruídas, as terras devolvidas aos antigos agrários, houve conflitos policiais, prisões e mortes.

Restaram na sociedade portuguesa os efeitos políticos e sociais que levaram para as pequenas cidades das regiões agrícolas as iniciativas de transformação da vida rural através das Câmaras Municipais. A militância prosseguiu no apoio ao Poder Local que foi dinamizado para a construção de infra-estruturas econômicas e sociais que desenvolveram as áreas urbanas do Alentejo e Ribatejo.

O PCP promoveu debates abertos sobre cada setor de atividade econômica e social, durante o período em que a Revolução dos Cravos manteve a sua dinâmica. Eram momentos de balanço e reflexão marxista sobre a realidade do país. Os militantes tinham oportunidade de aprofundar o seu conhecimento empírico confrontado com os textos teóricos e a opinião de destacados profissionais de várias tendências políticas.

O registro da evolução do processo revolucionário em cada área consta da documentação partidária, das conclusões de reuniões específicas para balanço da situação, de textos divulgados em artigos e palestras. Dificilmente eram produzidos livros com análises históricas no momento em que ocorriam as lutas sociais, devido à necessidade

de serem preservadas algumas decisões políticas em curso. O relato histórico em cada caso só seria possível com distanciamento em relação a dinâmica do processo. Esta carência de documentação organizada para divulgação permitiu que predominassem as opiniões sociais-democratas ou de direita que escreveram com a visão que lhes era possível, sem a integração profunda com a realidade vivida pelo povo que foi o verdadeiro autor do processo revolucionário.

O domínio social-democrata na Europa

A Revolução dos Cravos existiu na sua plena pujança durante o Governo dirigido pelo Cel. Vasco Gonçalves. O povo participante conseguiu manter as UCPs produtivas, e uma intensa defesa das que foram sendo devolvidas aos antigos proprietários, por mais sete anos. As intervenções de trabalhadores nas empresas em processo de nacionalização foram repelidas pelo Governo PS que se aliou aos “senhores de antigamente”, como se dizia. Todo o processo revolucionário foi minado de dentro para fora e, apesar da forte organização popular liderada pelo PCP e a Intersindical Nacional, ao longo de vários anos tornou-se dominante uma cultura de medo alimentada pelas ficções terroristas que a mídia passou a divulgar sobre o “perigo comunista”.

Fui a Cabo Verde com um projeto de formação de agentes de participação popular a ser coordenado pelo PAIGC – partido africano pela independência da Guiné e Cabo Verde – que estava no Governo.

Ali trabalhei durante dois anos com total apoio dos camaradas cabo-verdianos, dando aulas a funcionários públicos, elementos de várias associações de solidariedade, sindicalistas, representantes das Forças Armadas e dirigentes partidários. Vivia-se no país o rescaldo da luta revolucionária dirigida por Amílcar Cabral que fora vitoriosa contra o colonialismo português no território da Guiné Bissau. À luz da independência conquistada o Governo de Cabo Verde reconstruía a administração nacional através de um trabalho militante aprofundado que unia as características de associação popular tradicionais, de origem tribal, às formas de organização administrativa moderna. Destacavam-se as Comissões de Moradores, os Tribunais Populares, a Milícia Popular.

Cada módulo do curso suscitava o esclarecimento sobre a realidade nacional apresentado pelos alunos. Desse conhecimento foram produzidos artigos publicados pela imprensa local, que serviam

de incentivo aos debates nas reuniões partidárias algumas vezes conduzidas por ministros e quadros superiores da administração governamental. No segundo ano de trabalho começou-se a sentir a presença da social-democracia que se infiltrava através de quadros técnicos ligados à cooperação internacional. Vivíamos o final da década de 1980 quando era patente a implosão da URSS com todas as consequências articuladas pelo imperialismo norte-americano agora estreitamente ligado à CEE – Comissão de Estados Europeus – que deu origem à União Europeia.

As dificuldades cresciam para que os agentes de participação pudessem realizar os trabalhos finais que haviam sido definidos por eles no projeto. Sem condições para terminar o trabalho reuni o que foi realizado na zona urbana de Santiago e tive a surpresa comovedora de receber da zona rural – justamente onde os agentes não falavam o português, mas sim o crioulo e muitos eram analfabetos - um quadro síntese de todo o levantamento das condições de vida nas aldeias apontando as necessidades de infra-estrutura, escolas, postos de saúde, recursos para lazer. O responsável do PAIGC explicou que enquanto a população aplicava o questionário elaborado em conjunto no curso, sempre com a ajuda dos adolescentes que já eram alfabetizados, cresceu o número de participantes das reuniões partidárias onde as questões passaram a ser tratadas com maior atenção a fim de ser estabelecida uma escala de prioridade para iniciar as construções ligando o apoio do Governo com a prática de “*djuntamon*” (mutirão) tribal.

Fim do socialismo na Europa, abalo mundial

Foi um tempo depressivo, de forte sentimento de orfandade política. Em Portugal foram os velhos militantes do PCP que alertaram os mais jovens de que a história tem altos e baixos, mas recupera o rumo. Era necessário estudar novos métodos de trabalho, corrigir erros e dependências de uma situação favorável de luta, agora abalada.

Voltei ao Brasil e tentei reencontrar as minhas origens para reconstruir a vida. Os velhos camaradas e amigos haviam desaparecido com idade avançada. Os mais jovens haviam seguido, na sua maioria, caminhos divergentes do que havíamos iniciado juntos. Um antigo professor, amigo e ex-camarada comunista, fora eleito Presidente do Brasil. O seu governo liderava o neo-liberalismo que afogava as lutas contra a ditadura militar e o imperialismo. A sociedade brasileira encontrava-se dominada por pensamentos místicos e por uma

linguagem metafísica que impedia qualquer conversa sobre a realidade que eu conhecera há 25 anos nos países em que vivi. Fiz uma reciclagem para atualizar a capacidade de comunicação que já me faltava.

A eleição de Lula em 2002 foi uma entrada de oxigênio na masmorra. A esquerda brasileira emergiu das cinzas onde ficaram muitas brasas durante os anos negros da ditadura e os dúbios do neoliberalismo fortemente aliado à social-democracia europeia, em especial a de Portugal. Mantive o alento militante escrevendo para o “Avante”, jornal do PCP, e no Portal Vermelho do PCdoB.

Levei à discussão as propostas de desenvolvimento nacional que o Governo Lula defendia e que, a meu ver, permitia uma importante, ainda que lenta caminhada revolucionária. Acenderam-se os debates com alguns camaradas portugueses que condenavam o “*reformismo burguês*” e não vêm as perigosas alianças que fazemos como acidentes de percurso. Foi uma grande escola este debate que eu continuei a defender conhecendo a realidade dos trabalhos incansáveis da sociedade brasileira que consegue vencer o neoliberalismo e manter na América Latina o exemplo da dignidade nacional e da solidariedade com todos os povos em luta.

Sou otimista e a esperança de que o Estado se torne democrático há de me animar sempre. Acredito no valor do ser humano desde que não lhe seja imposto um sistema de vida e de pensamento oportunista, cruel e egoísta.

Encontrei condições para engajar a militância que faz parte essencial da minha vida. E, aos poucos, fui podendo reconstruir a existência com novos amigos e camaradas de outros partidos que representam hoje a extensão da minha verdadeira família.

E a luta continua!

Notas

1. Trata-se do engenheiro Catullo Branco que, por um ano, foi deputado constituinte e Secretário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Nota dos Editores).

Juventude Metalúrgica e Sindicato ABC Paulista 1999-2001

Agnaldo dos Santos

Juventude Metalúrgica e Sindicato

ABC Paulista, 1999-2001



Agnaldo dos Santos

O sindicalismo contemporâneo vive transformações em sua base social de sustentação, decorrência das mudanças em curso no mundo do trabalho. A marca dessas transformações é a heterogeneidade, ou seja, o antigo mundo fabril composto majoritariamente por homens adultos, provedores do lar, dá espaço às mulheres e aos jovens, com aspirações e visões de mundo distintas daquelas tradicionalmente trabalhadas pelo sindicalismo. Os jovens metalúrgicos de hoje, mais educados, usufruindo as conquistas trabalhistas do passado, não se sentem mais como os seus pais ou avós, vencedores por terem aprendidoumaprofissão,orgulhosos

por serem trabalhadores qualificados: a atual geração "ponto com" deseja abandonar a condição de metalúrgico, percebe seu trabalho como passageiro, transitório, o que acaba gerando uma incongruência entre as estratégias universalistas do movimento sindical e os anseios desses metalúrgicos outsiders. Isso fica claro na própria composição do sindicato hoje, composto em sua maioria por a maioria de trabalhadores acima dos 30 anos de idade e com mais de cinco anos de empresa.

Vendas pelo site:

http://www.agbook.com.br/book/26361--Juventude_Metalurgica_e_Sindicato



Educa a sus hijos

La Isla educa a sus hijos: Educação infantil por vias não-formais em Cuba¹

Valéria Aroeira Garcia

Doutora em educação pela Faculdade
de Educação da Unicamp, Supervisora
Educativa da Secretaria Municipal de
Educação de Campinas - SP

A educação cubana se destaca por ação prioritária do governo desde a Revolução Cubana, tendo inclusive, reconhecimento internacional.² Um dos aspectos desta evidência, são as vias não-formais na educação infantil. Neste artigo, abordamos o Programa *Educa a tu hijo*, que acontece em Cuba, e foi idealizado para atender crianças que não frequentam o sistema formal de educação infantil, além de fazermos uma interface com a história da educação não-formal, em especial no Brasil. Partimos da caracterização do histórico da educação não-formal no Brasil considerando as pesquisas de Garcia (2009) que dialogam com a construção conceitual na filosofia de Deleuze e de recente artigo de Franco García (2010), membro do Ministério de Educação de Cuba, sobre a educação infantil neste país, contanto com uma bibliografia bastante recente.

Faria (2007), pontuando a educação para as crianças pequenas na atualidade, ao destacar a “política plural para crianças de 0 a 6 anos”,³ aborda tanto a legalidade dessa modalidade da educação como a opção da família em escolher ou não a educação infantil:

Não é obrigatória para as crianças, sendo uma opção das famílias garantida pela Constituição Nacional de 1988, que entende a criança como portadora de história, capaz de estabelecer múltiplas relações, construtora de cultura, enfim, sujeito de direitos. Outras formas de educação das crianças

desta faixa etária que não se enquadrem no sistema formal de educação e ensino do país, assim não se caracterizando como primeira etapa da educação básica, podendo ser governamentais ou não governamentais, farão parte da construção de uma política plural de atenção e educação da criança pequena e, assim, são chamadas de educação infantil por vias não-formais. Cuba, já na sua primeira fase de implantação do socialismo, criou o Programa “*Educa Tu Hijo*”, hoje referência mundial de via governamental não-formal de educação infantil, garantindo sempre a todas as crianças de 0 a 6 anos e suas famílias alguma forma de educação na esfera pública, fora da esfera privada da família. No norte da Itália, reconhecido como parte do mundo capitalista de primeiro mundo, experiências governamentais como Tempo Per Le Famiglie, de Milão, Spazio Insieme, de Parma e Roma, Centro Integrativo de Bolonha, CIAF, de Pistóia, entre outras, também se caracterizam como vias não-formais de educação e cuidado das crianças e suas famílias, de todas as camadas sociais (como é também a educação elementar pública estatal obrigatória italiana). Lançada pela primeira vez na França, criada por Françoise Dolto, foi a Maison Vert. Portanto seja formal ou não-formal, governamental ou não-governamental, em país socialista ou capitalista, para crianças pobres e ricas, a educação infantil não é escolar, devendo estar centrada na produção das culturas infantis e não no ensino, nem na antecipação, nem na preparação para a escola obrigatória. [...] As vias não-formais existem, ao contrário, para garantir a política plural que caracteriza este segmento da educação básica não obrigatória em creches e pré-escolas que, procuram implementar a Constituição brasileira respondendo tanto pelos direitos trabalhistas de adultos e adultas, pais e mães, como também e, ao mesmo tempo, respondendo ao direito à educação de seus filhos e filhas e aos de todas as crianças de 0 a 6 anos, independentemente da situação trabalhista do pai e da mãe, mas tendo-os como atores sociais constitutivos da educação infantil ao lado do protagonismo das professoras e tendo a criança como enfoque principal (grifo nosso, p. 291, 292).

Em entrevista realizada com a professora Olga Franco García do Ministerio de Educación de Cuba,⁴ ela nos revelou que o Programa *Educa a tu hijo*, iniciado em 1983,⁵ começou primeiro em algumas cidades e, atualmente, existe em todo o país, sendo compreendido como um programa educacional e social junto às famílias.

O Programa, desde o início tinha como pano de fundo, a proposta política cubana de oferecer educação infantil para todas⁶

as crianças, como não havia condições de oferecer educação infantil nos moldes formais⁷ para toda a população infantil,⁸ o país criou o Programa *Educa a tu hijo*, enfatizando sua opção em garantir educação infantil de caráter público para todas e todos.

É essencial destacar a importância dessa ação política, uma vez que ainda nos dias de hoje, os países não conseguem oferecer educação infantil para todas as crianças, e Cuba ao fazer esta opção, escolheu fazê-lo garantindo que esta educação fosse pública. A lei cubana que estabeleceu a primeira Reforma Integral do Ensino determina que a educação seja: gratuita, estatal, laica e única para toda a população.

Como inspiração para o Programa *Educa a tu hijo*, Cuba considerou outros programas de educação não-formal na América Latina, como o Proyecto Wawa Wasi (Casa de Niños) do Perú; o Programa Social “Hogares Comunitarios de Bienestar”, promovido pelo Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, e o Programa “Hogares de Cuidado Diario” e “Multihogares” promovidos pelo Ministerio de la Familia, la Fundación del Niño e outras instituições governamentais e não-governamentais da Venezuela. Mas já neste momento Cuba fez a crítica de que estes programas eram para poucos, atendendo no máximo 15% da população infantil em cada país.⁹

Atualmente algumas opções adotadas pelas gestões públicas, o fazem realizando “parcerias” com instituições não-governamentais, e aí apesar da gestão ser pública, a ação educacional é realizada por instituições que não são estritamente do poder público. Como exemplo, citamos as Naves-Mãe do município de Campinas-SP, onde a Prefeitura Municipal estabelece um contrato com a instituição parceira e através de um convênio repassa verba para a ONG fazer a gestão desta unidade de educação infantil, sendo responsável inclusive pela contratação e pagamento de funcionários, além do desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional.

Inicialmente o Programa *Educa a tu hijo* atendia apenas as crianças de 4 e 5 anos, atualmente inicia-se com a educação e atividades para as mulheres grávidas, inclusive com visitas domiciliares. Atualmente as ações dessa proposta educacional incluem encontros periódicos com os adultos e crianças que fazem parte do Programa, visitas nas casas, principalmente das mulheres grávidas e de recém-nascidos e formação para os adultos responsáveis pelas crianças, em

especial aqueles que cuidam cotidianamente das crianças, incluindo as famílias na ação pela educação infantil das crianças de 0 a 6 anos, e potencialidades para a concretização da educação infantil. Essa formação inclui tanto palestras, encontros e atendimentos, como uma série de cadernos que detalham em uma linguagem acessível a todos, as fases de vida das crianças com sugestões de atividades adequadas para cada fase específica de desenvolvimento.

Para sucesso do Programa houve a necessidade de envolver outros profissionais, como os médicos de família, enfermeiras, além de setores da comunidade, como os Conselhos Populares. Atualmente há uma coordenação nacional, depois uma provincial, municipal e finalmente acompanhamentos pelos bairros. O Programa tem uma forte marca comunitária e intersetorial, sendo a coordenação do Ministério da Educação e tendo como participantes os Ministérios de Saúde Pública, de Cultura e de Esportes; a Federação de Mulheres Cubanas (FMC); os Comitês de Defesa da Revolução (CDR); a Associação Nacional de Pequenos Agricultores; as Associações Estudantis; os Sindicatos e os meios de difusão. O envolvimento de várias representações do governo marca o caráter estatal do Programa *Educa a tu hijo*, que apesar de utilizar a via não-institucional, demonstra a ação e a responsabilidade do Estado através de seu apoio e por ser organizado dirigido, assessorado e controlado pela “Dirección de Educación Preescolar del Ministerio de Educación de Cuba”.

Inicialmente os educadores envolvidos no programa eram oriundos da educação infantil formal, mas desde algum tempo as universidades já preparam os profissionais para atuarem no Programa *Educa a tu Hijo*. Existe formação universitária tanto nos cursos de educação, como também nos cursos de medicina e enfermagem. A formação universitária nos cursos de educação visa tanto a educação formal como a não-formal, consideradas como duas modalidades, o currículo e os princípios são os mesmos, sendo que o que muda é a forma de organizar, segundo a prof Olga: “hay un solo currículo para los dos programas”, e todos os estudantes passam pelas “duas” formações. Não há oposição entre os dois programas, tanto na concepção teórica como na atuação prática, a promotora (denominação dada as coordenadoras do *Educa a tu hijo*) tem a mesma valorização que as professoras, e as executoras (que são as educadoras que atuam diretamente com as crianças e famílias) são extremamente respeitadas pela comunidade.

Outro destaque que fazemos à iniciativa cubana em relação à educação infantil é que o Programa *Educa a tu hijo* teve início em 1992, época em que militantes da educação infantil de muitos países ainda lutavam por leis e infraestrutura que garantissem o acesso à educação infantil para todas as crianças.¹⁰

A trajetória histórica da educação não-formal nos países da América do Sul, por exemplo, passa, não por uma abordagem e concepção em que ambas as possibilidades educacionais (formal e não-formal) têm a sua importância e são respeitadas em sua lógica de acontecimento, mas percebemos que desde sua concepção, ela foi pensada como alternativa barata para solucionar problemas advindos de parques e/ou inadequados investimentos na educação formal. Desta forma a educação não-formal, em geral, é analisada tendo como eixo comparativo a educação formal. As primeiras pesquisas norte-americanas¹¹ demonstram que, economicamente, a educação não-formal foi planejada e pensada para favorecer o desenvolvimento mais rápido e mais barato de países que naquele momento histórico eram considerados pelos Estados Unidos como países em vias de desenvolvimento. Assim, é muito comum, observarmos nas pesquisas sobre educação não-formal referências aos problemas da educação formal. A educação não-formal começou a aparecer no cenário teórico como uma opção possível para solução aos problemas que a escola não havia resolvido. É essencial chamar a atenção para o fato de que, apesar de em alguns momentos a educação não-formal ser compreendida como outro campo educacional diferente do formal, a sua oposição a esse campo foi construída teoricamente considerando a possibilidade desta ser mais econômica e mostrar resultados mais rápidos.

Acreditamos que resida nos primeiros artigos produzidos sobre a educação não-formal a perceptível oposição, contraponto, rivalidade, ou seja, a compreensão da educação não-formal como coadjuvante e/ou complemento da educação formal.

Um desdobramento dessa relação se dá no sentido de perceber de que maneira essa nova especificidade vem influenciando o que é próprio da educação formal. Ou seja, de que forma a educação formal vem percebendo e como se apropria do que é apontado e descoberto pela educação não-formal.¹² Essa relação ainda é centrada na comparação, como se educação formal e não-formal estivessem o tempo todo disputando uma mesma demanda, sendo necessário demonstrar em quais aspectos um campo é mais relevante, mais barato, mais flexível, mais isso ou menos aquilo do que o outro.

Coombs¹³ (1986) também identifica certa disputa por recursos financeiros, o que observamos ainda nos dias atuais. As dificuldades aparecem por conta da educação formal temer dividir recursos com a não-formal para atuarem juntas, caso essa não contribua com recursos adicionais. Há ainda uma certa disputa de áreas de conhecimento e atuação profissional e há também uma disputa entre secretarias por maiores recursos para manterem esses programas:

Mas a própria educação divide-se na competição pelos recursos – podem existir rivalidades entre a escola primária e a secundária, entre a secundária e a superior; entre a formação de professores e a construção de salas de aula; e, o (que) é muito importante, entre a educação formal e a não-formal (Coombs, op. cit., p. 75).

Pode-se supor que essa rivalidade não é “natural” e não parte nem das práticas que caracterizam a educação não-formal e nem da história da educação formal, mas que ela é incitada por uma série de estudos e publicações sobre a educação não-formal.

No verbete *Nonformal Education: Policy in developing countries*, escrito por J. C. Bock e C. M. Bock, na *The International Encyclopedia of Education* (1985), fica evidente o teor econômico e desenvolvimentista atribuído, principalmente pelas pesquisas norte-americanas, à educação não-formal. Aparecendo como uma alternativa mais barata e mais rápida à reconstrução nacional após a segunda guerra mundial, a educação não-formal é tida como um apelo poderoso para o desenvolvimento de países, compreendidos por eles como subdesenvolvidos; como uma ferramenta para melhorar e promover a qualidade de vida dos cidadãos e como meio e condição para o desenvolvimento nacional. A partir da constatação de que a educação formal teria dificuldades para dar conta de promover o nacional desenvolvimentismo e a modernização da mão-de-obra necessária para colocar os países em desenvolvimento em condições de negociar internacionalmente, a educação não-formal passa a ser vista como alternativa para suprir, com mais rapidez e menor investimento, essas necessidades econômicas.

A rivalidade entre essas duas modalidades educacionais é provocada e “incentivada”, pelo fato de pesquisadores e planejadores norte-americanos apresentarem a educação não-formal como possuidora de características para sanar problemas não educacionais,

tendo os meios para resolver problemas de desenvolvimento social e nacional. Ainda no verbete citado, podemos perceber que um dos fatores que provocaram essa rivalidade é a percepção difundida da educação formal como responsável pela educação das elites e sem condições de formar a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento esperado para os países considerados subdesenvolvidos.

Havia, portanto, uma suposição de que a educação não-formal poderia, em algumas situações, ocupar o lugar da formal, principalmente no que se refere aos países considerados pobres.

Cuba vem se destacando em relação ao Programa *Educa a tu hijo*, pois desde a concepção de formação dos educadores e demais envolvidos no Programa, seja ela acadêmica ou não, a educação formal e não-formal já abrange uma complementariedade, não no sentido de que uma existe para completar a outra, realizando aquilo que falta, ou “tampando os buracos” do que faltou fazer, mas concebendo ambos campos educacionais como independentes, operando em lógicas distintas, apesar de existirem pontes, de se conversarem e se complementarem eventualmente.

Referendando-nos na filosofia deleuziana consideramos que as propostas educacionais formal e não-formal operam em lógicas distintas podendo ter concepções que se colocam, inclusive em oposição, se questionando e produzindo outros conhecimentos. Lembramos aqui a concepção de amigo dos gregos, trazida por Deleuze e Guattari (1992), na qual o amigo é aquele que tem, em potência, o seu objeto de desejo e pelo seu envolvimento com esse objeto ele se mistura com ele. “*Amigo designa uma certa intimidade competente, uma espécie de gosto material e uma potencialidade...*” (op. cit. p. 11).

O amigo grego traz em si tanto o pretendente ao objeto do desejo como o seu rival, ambos incorporados à sua compreensão de mundo, sendo este movimento que considera inclusive posições divergentes, que se configura como parte do processo de construção do pensamento. Este outro, que para o amigo é rival do seu pensamento inicial, é que permite e facilita as “idas e vindas”, as digressões e construções para o desenvolvimento do pensamento.

A amizade comportaria tanto desconfiança competitiva com relação ao rival, quanto tensão amorosa em direção do objeto do desejo (Deleuze e Guattari, 1992, p. 11).

Esse diálogo com o outro, com o que é diferente, com aquele que muitas vezes é encarado inicialmente como opositor, nos revela que na oposição existem questionamentos que nos permite, em muitas situações, refazer, reelaborar, construir e criar o novo.

Parece-nos que Cuba soube operar com esta lógica a seu favor, uma vez que a proposta *Educa a Tu Hijo* de educação não-formal foi criada considerando os problemas, as dificuldades o não pensado, não imaginado para lidar com as situações do cotidiano.

A maneira em que o Programa é organizado nos evidencia seu funcionamento e realização em uma lógica própria, que não rivaliza, nem disputa com as práticas da educação formal. No contexto educacional, é possível observar a presença de ações tanto do campo da educação formal, como no campo da não-formal e da informal, convivendo sem preocupações em relação à nomenclatura e definições utilizadas.

As propostas do *Educa a tu hijo* acontecem em vários espaços da cidade (praças, casas, galpões)¹⁴ e são direcionadas para toda a família, sendo a maioria dos envolvidos os avôs, avós e mães, que participam levando as crianças para as atividades, que ocorrem com regularidade, mas com uma organização diferente – os encontros são alternados, sazonais, mas com periodicidade. As crianças não são divididas por faixa etária e também há a participação de crianças com necessidades especiais.

Há uma constante retroalimentação entre as famílias e as/os coordenadora(es) do programa, e a cada dois anos há uma avaliação completa deste, com indicadores nacionais.

Atualmente, em Cuba, não estão utilizando mais a terminologia educação não-formal pelo fato da proposta se diferenciar dos demais programas de educação não-formal na América Latina, pois em Cuba, a proposta não se caracteriza em atender somente às camadas populares, sendo aberta para toda a sociedade cubana, não havendo separação para participantes de camadas sociais diferentes, tanto na educação formal como na não-formal.

Segundo Garcia Franco (2010),¹⁵ a opção pela não utilização da terminologia não-formal é recente e especificamente pelo fato da educação não-formal em Cuba não corresponder ao que vem sendo definido como educação não-formal em outros países, em especial no que diz respeito ao público ao qual essa proposta educacional

se destina. O atendimento focalizado para setores e grupos das camadas populares parece ser uma tendência de práticas da educação não-formal em diferentes países capitalistas, nos quais a educação não-formal acaba sendo utilizada, muitas vezes, como política compensatória para as classes populares e imigrantes. Em vários textos e documentos cubanos aparece a nomenclatura “modalidade no institucional”.

Portanto em Cuba, a concepção de educação não-formal se diferencia pelo viés político, ou seja, como para os cubanos a educação formal e não-formal não são compreendidas como opostas e a educação não-formal não é encarada como ação para questões sociais, evidencia-se a concepção e posição política de um país que compreende as ações educacionais (como também as sociais, econômicas etc) voltadas para toda a população.

A educação não-formal está integrada ao sistema educacional cubano, e continua tendo uma proposta pedagógica diferente da educação formal no que diz respeito ao tempo de atendimento, periodicidade, locais para as práticas, educadores e educandos (pois esses são tanto as crianças como seus familiares), além das educadoras(es) e coordenadoras(es) possuírem papéis e denominações diferentes daquelas que atuam na educação formal.

Essa é outra característica que desejamos destacar do programa cubano, pois considerar, analisar, valorizar e propor políticas públicas a partir das necessidades da população, é dever dos gestores públicos. Desta forma é importante que o governo proponha diferentes opções para que a população possa se servir, identificando aquela que mais condiz com as diferentes necessidades que permeiam uma nação. Cuba, ao criar um programa de educação não-formal, com condições de atender parcela da população – crianças cujas mães que não trabalham, ou aquelas que ficam sob os cuidados das avós e/ou avôs, inova e avança não somente por adequar uma proposta educacional às necessidades de sua população, mas também por oferecer alternativas de qualidade, mas que funcionam com lógicas diferentes, para públicos que têm necessidades diferentes. O *Educa a tu hijo* tem recebido diversos prêmios internacionais.

O programa é educacional, governamental, considerado uma outra modalidade de educação, porém diferente da educação formal, embora entrelaçado à ela. Enquanto nos países de orientação capitalista a educação não-formal vem sendo utilizada com

bastante ênfase em programas para as camadas populares e/ou para imigrantes, em Cuba, em função de sua opção política - socialista, a educação não-formal também é para todos, garantindo para todos sem hierarquia, possibilidades de experimentar diferentes opções.

Da forma como os países capitalistas vêm propondo e lidando com as várias possibilidades que a educação não-formal oferece, os programas acabam por correr o risco de disponibilizar propostas educacionais endereçadas a grupos específicos: as crianças e jovens das classes alta e média acabam tendo nas atividades de educação não-formal que realizam uma opção a mais, como se essa outra educação fosse um adicional em sua formação, atuando como um diferencial. Já em relação as crianças e jovens das classes populares, a educação não-formal é vista como aquela que vai oferecer o que falta, aquilo que as crianças e jovens não tiveram condições de receber em sua formação, seja escolar ou familiar. Em uma situação é uma educação que amplia, que aumenta. Em outra, no máximo iguala, ou tenta igualar. Essa é uma tendência inclusive assumida por várias instituições de educação não-formal, que muitas vezes, sem se darem conta, reproduzem esse projeto político em seus discursos. Essa problemática é bastante complicada, uma vez que a educação não-formal é compreendida como uma formação a mais para crianças, jovens e adultos das classes dominantes e como uma educação compensatória, como complementar para as crianças, jovens e adultos das classes populares. Nos países capitalistas, essa diferença também é observada na educação formal, que é diferente para classes sociais diversas, visando a formação de lideranças nas classes economicamente favorecidas e a formação de trabalhadores nas classes populares.

Outras maneiras de conceber a educação não-formal nos países capitalistas compreendem outros tipos de organizações, que não concebem um tipo específico de educação para camadas pobres da população, como exemplo citamos as políticas plurais de educação infantil, realizadas na Itália. Na Suécia, Dinamarca e Noruega a educação infantil é compreendida como integrante da rede de serviços do Estado de Bem-Estar Social, na qual o cuidar e o educar de maneira conjunta fazem parte da concepção de educação para essa faixa etária. Não há distinção entre os profissionais que atuam na educação infantil, e toda a rede é coordenada pelo Ministério/Secretaria de Bem-Estar Social (tanto em nível federal como municipal). O período de oferecimento é,

em geral, integral. A concepção de educação infantil é não-escolar. A infância é compreendida até os nove anos e há um olhar especial para essa fase:

Os programas de atendimento infantil, compreendendo todos os tipos de serviços ao pré-escolar e os centros recreativos para crianças em idade escolar estão sob a jurisdição do Ministério do Bem-Estar Social, enquanto as escolas estão vinculadas ao Ministério da Educação. O sistema de ensino conserva a tradição de denominar as crianças de alunos, agrupá-las em classes da mesma idade, ter um professor que ensina a focalizar a ação educativa no processo de ensino-aprendizagem. Já o sistema de atendimento infantil apresenta uma estrutura diferenciada em que as crianças são chamadas de crianças, são distribuídas em idades heterogêneas, o profissional tem o status de pedagogo, o foco está no desenvolvimento e o que acontece diariamente é chamado de vida diária, ou simplesmente de convivência (Hammershøj apud HADDAD, Lenira. p. 47, 1996).

Outro viés que a educação não-formal vem assumindo no Brasil atualmente é a interferência da educação não-formal no campo da educação formal. As práticas vivenciadas no cotidiano da educação não-formal, assim como a lógica do não-formal, acabam por interferir e fazer com que a educação formal se repense.

Existem propostas que fazem o que parece ser o caminho inverso, partindo do não-formal para o formal. Em Campinas – SP, o Programa Qualidade na Educação, que se originou na FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas), se transformou no plano de metas “Todos pela Educação”,¹⁶ encampado pelo governo federal e apoiado por uma série de empresas representantes da iniciativa privada. Outro exemplo, em Salvador – Bahia, é o Projeto Axé que, após avaliar que as crianças e jovens atendidos por eles tinham muitas dificuldades em frequentar e permanecer nas escolas públicas, conseguiu que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura inaugurasse uma escola pública que atua em parceria com o Projeto Axé, direcionada aos seus participantes.¹⁷ De acordo com La Rocca, no livro sobre a pedagogia do Projeto Axé, organizado por Ana Bianchi Reis (2000):

A dimensão do “prazer no aprender” é fortíssima em todas as atividades pedagógicas do Axé. Porém, as crianças continuavam achando chata e insuportável a escola formal. A ideia de uma escola privada do Axé é imediatamente rejeitada como

politicamente incorreta. Levamos quatro anos em buscas, elaborações, consultas e negociações antes de poder levar a efeito uma ousada parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Salvador para a criação de uma escola em cogestão, com projeto pedagógico inovador, na qual as crianças encontram o caminho perdido do prazer em aprender. (p. 14)

Esses dois exemplos demonstram ações de grupos organizados da sociedade civil interferindo em determinações de políticas públicas, tanto municipais, como federais. O Projeto Axé tem repercussão nacional e internacional e a FEAC¹⁸ (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas), tem uma forte ação nas ONGs e instituições de Campinas, além de uma forte interlocução com prestigiadas empresas e grupos representantes do poder econômico e político do país. A interferência que essas instituições da sociedade civil obtiveram nas políticas públicas refletem também o poder que têm.

É necessário chamarmos a atenção ao fato de que esses dois exemplos demonstram estruturas e intervenções bastante distintas, a FEAC representa um grupo de ONGs do município, mas tem em seus conselhos e diretoria representantes de corporações que operam de acordo com a lógica capitalista do mercado. Assim, apesar de existirem muitas ONGs com projetos políticos com intenções transformadoras da ordem social vigente que estão associadas à FEAC, elas têm que dialogar com os interesses que as empresas ali representadas têm em relação às políticas sociais. O Projeto Axé surgiu de diferentes preocupações com a situação de crianças e jovens das classes populares de Salvador - BA, “*para os filhos e as filhas das camadas populares [...]*” (p. 11), de acordo com La Rocca (in Bianchi, 2000), o idealizador da ONG, que logo que saiu da UNICEF, recebeu apoio da ONG italiana Terra Nuova, que o convidava, em 1989 para coordenar um projeto para “meninos de rua” em Salvador - BA. O projeto teve inclusive o apoio político e institucional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.¹⁹

Uma análise mais detalhada dessas ações é necessária ao refletirmos sobre a condução de políticas públicas educacionais por diferentes grupos da sociedade civil. Independentemente das intenções políticas e pedagógicas da FEAC e do Projeto Axé cabe, a partir desses exemplos, questionarmos uma lógica em que instituições vinculadas a diferentes grupos, inclusive empresariais, ocupam lugares decisivos na elaboração, gestão e encaminhamento de políticas públicas.

Nosso questionamento evidencia que a mesma lógica de funcionamento pode fazer valer e implantar projetos com intenções inclusive divergentes. Do mesmo modo que uma iniciativa da FEAC, se transformou em um programa de governo e que uma parceria entre uma ONG educacional, o Projeto Axé, e uma Secretaria Municipal de Educação originou a co-gestão de uma escola pública, temos a possibilidade, de condizente com essa lógica, termos igrejas, grupos políticos, sindicatos e outras instituições implementando e gerindo políticas públicas.

Dessa forma, nossa crítica vem no sentido de demonstrar como em função de diferentes interesses, do poder econômico e político de determinados grupos, as políticas públicas podem ser engendradas e implantadas nem sempre considerando as necessidades e desejos dos grupos aos quais ela se destina. As políticas públicas deveriam ser implantadas tendo o Estado como gestor do público, direcionando seus investimentos no sentido de oferecer as melhores condições para a população em geral considerando, para isso, as diferentes necessidades.

Em relação às políticas “assistenciais” e sociais nas sociedades capitalistas sempre foi a elite no poder que influenciou, decidiu e propôs quais deveriam ser as políticas a serem adotadas, em geral sem ouvir quais eram os desejos e necessidades do povo. Atualmente, com algumas exceções, a elite continua elaborando as políticas sociais, pois muitas ONGs são compostas por representantes das classes média e alta e têm como dirigentes representantes membros participantes de grandes empresas, fundações etc. Ou seja, as políticas sociais são elaboradas por uma parcela da população, mas destinadas a outra parcela, quem precisa das ações a recebem, mas em geral não participam da elaboração das políticas sociais. Temos em fases históricas diferentes e com estratégias diferentes, as classes sociais mais abastadas administrando as políticas para as camadas populares, e atualmente, inclusive utilizando processos populares. A elite sempre influenciou as propostas populares. Outro aspecto em relação às ONGs, é que elas têm papéis muito pontuais só o estado pode garantir os direitos, sendo a forma política e democrática de garantir direitos, o diálogo entre Estado e sociedade, através de grupos representativos como os movimentos sociais e nessa relação cumprindo seu papel e garantindo direitos e políticas públicas para a população.

Dessa forma acreditamos e buscamos um outro Estado, que dialogando com a sociedade e a partir de suas necessidades e

desejos, propõe e assume políticas sociais que garantam e promovam direitos. Nesse sentido, têm acontecido práticas no Brasil, nas quais, movimentos sociais como, por exemplo, o MST (Movimento dos Sem Terra) e grupos Quilombolas têm sentado diretamente na mesa de negociação junto ao governo para elaborarem conjuntamente, sem intermediadores, ações e políticas sociais, contribuindo diretamente nas políticas.

Nessa lógica, as instituições representantes da sociedade civil são ouvidas, mas também o são as comunidades e as instituições públicas. Nossa crítica aponta para os riscos de que o Estado, quando desconsidera as necessidades de parcela da população, fique aquém de suas funções.

Cuba, ao oferecer na educação infantil, diferentes opções de educação de qualidade, considera as diferenças de necessidades de sua população, e ao conceber a educação não-formal e a formal com suas especificidades, cada uma com sua lógica de funcionamento, mas ambas integradas ao sistema estatal de formação, cria uma ação revolucionária – não por ser educação não-formal, mas por fazer parte de uma proposta de governo que pensa e faz a educação de uma maneira diferente, para todos: crianças, mães, comunidade, família.

Notas

1. Para a elaboração deste artigo agradeço a interlocução e as contribuições da professora Ana Lúcia Goulart de Faria.
2. Cuba recebeu reconhecimento internacional, sendo considerado um país de referência em educação infantil tanto por atender a sua população nesta faixa etária, como pela estratégia utilizada pelo Programa *Educa a tu hijo*.
3. Em 16 de maio de 2005 foi promulgada a lei no 11.114 que “Altera os arts. 6o., 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade”. E ainda em 06 de fevereiro de 2006 a lei no 11.274 que “Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade”.
Acesso ao site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/11274.htm acesso em 05/10/2007.
4. Entrevista realizada em 24/05/2005 em Campinas – SP.
5. Em 1961 foram criadas as primeiras instituições infantis cubanas para os filhos de mães trabalhadoras.

6. Cuba atende 100% da sua população de 0 a 6 anos na educação infantil, considerando as vias formais e não-formais. Dados retirados do Estudio de caso del *Programa social de atención educativa a niños y niñas de 0 a 6 años "Educa a tu hijo"* realizado para la Evaluación Regional de Educación para Todos, 2000.
7. A educação infantil cubana nos moldes da educação formal ou institucional é denominada de "Círculos infantiles" para crianças de 6 meses a 5 anos e "Aulas preescolares" para as crianças de 5 a 6 anos.
8. Cuba atende 17% da população infantil através da educação formal e o restante pelo programa *Educa a tu hijo*, sendo um dos poucos países a atender a totalidade das crianças em programas específicos e públicos para esta população.
9. Dados retirados do Estudio de caso del *Programa social de atención educativa a niños y niñas de 0 a 6 años "Educa a tu hijo"* realizado para la Evaluación Regional de Educación para Todos, 2000.
10. A educação infantil no Brasil inicia com os movimentos feministas e movimentos de esquerda, e se estabelece como uma etapa da educação formal na pós-ditadura, com a constituição em 1988, e depois se fortalece, ganhando o status de modalidade da educação básica com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Assim a educação infantil no Brasil passa a ser sujeito na constituição e é sistematizada pela LDB, adquirindo o status de educacional e estatal compondo uma das modalidades da educação básica, apesar de ter tido seu início no campo assistencial. No Brasil, as vias não-formais na educação infantil estão se caracterizando como outros direitos diferentes – concomitante à educação infantil formal. Lembramos que nós defendemos o direito de várias possibilidades de educação (formal, não-formal, integral, sazonal etc), e que elas sejam educação promovida pelo estado.
11. Em especial o verbete Nonformal Education: policy in developing countries, The International Encyclopedia of Education (1985 – p.3551 -3556).
12. PARK, M. B. (2005) analisa a relação entre educação formal e não-formal, e como uma pode contribuir para as realizações da outra. Para maiores detalhes ver o artigo: Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação. Também Afonso (2001), faz uma interessante análise considerando a relação entre educação formal e não-formal, mostrando o perigo de que a educação não-formal sirva de argumento para a desvalorização e desmanche da escola pública. Para maiores detalhes ver o artigo: Os lugares da educação.
13. A utilização das obras *A crise mundial da educação* de P.H.Coombs (publicada pela 1ª vez em 1968) e da *The International Encyclopedia of Education* (1985) como bibliografia de referência para as pesquisas sobre educação não-formal se justificam por serem textos em que tanto a compreensão de educação não-formal, cunhada por Coombs, como sua definição, são apresentados ao público, e são importantes para compreendermos a concepção atual em que essa terminologia vem sendo utilizada.
14. Em muitas situações, os espaços utilizados para os encontros do Programa *Educa a tu hijo*, são os mesmos usados pelo Movimento Pioneiros da

Educação. Em geral as crianças ingressam nestas organizações no início da escola primária e continuam nelas até a adolescência, momento em que podem se filiar à juventude do Partido político. O principal distintivo dos pioneiros, cuja filiação é voluntária e tem como insígnia um lençinho azul ou vermelho, para o ensino primário e um distintivo para o secundário. Os pioneiros cubanos celebram seu congresso cada 5 anos, nos quais debatem temas relativos à qualidade da educação, o sistema de estudo, sua organização e outros aspectos da vida da nação.

15. Olga Garcia Franco em entrevista realizada em 24/05/2005 em Campinas – SP.
16. É interessante analisarmos um movimento que se inicia em uma fundação de entidades assistenciais que toma rumos nacionais, orientando e interferindo nas políticas educacionais. O programa é patrocinado pelo Banco Real, DPaschoal, Fundação Bradesco, Itaú Social – Fundação Itaú, Gerdau, Instituto Camargo Correa, Oderbrecht e Suzano. Tem como objetivo atingir 5 metas da educação até 2022, ano do bicentenário da independência no país: 1- toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2- toda criança plenamente alfabetizada aos 8 anos; 3- todo aluno com aprendizado adequado à sua série; 4- todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos; 5- investimento em educação ampliado e bem gerido. Como texto introdutório e de apresentação, o programa se apresenta da seguinte forma: “O Brasil só será verdadeiramente independente quando todos seus cidadãos tiverem acesso a uma educação de qualidade. Partindo dessa ideia, representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, organizações sociais, educadores e gestores públicos de Educação se uniram no movimento Todos pela Educação: uma aliança que tem como objetivo garantir Educação Básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022, bicentenário da Independência do país”.
A partir de abril de 2007, esse movimento se tornou também uma meta do governo federal, através do Decreto no 6094 que, seguindo 28 pontos, chama a parceria entre escolas públicas e sociedade civil para melhoria da educação básica: “Decreto no 6094, de 24 de abril de 2007: Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade de educação básica”. Para maiores detalhes, ver: www.todospelaeducacao.org.br e www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/Decreto/D6094.htm, acesso em 20/10/2008.
17. “A ideia de fazer uma escola para crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Axé, vinha sendo discutida há 5 anos. Nasceu de uma forte demanda dos educadores em função da observação e constatação das dificuldades pelas quais grande parte dessas crianças e adolescentes passou nas escolas públicas que frequentava. Esta população costuma chegar no Projeto com uma história de evasão e repetência escolar, história esta, semelhante à de muitas crianças e jovens das comunidades pobres de Salvador. A frequência na escola sempre foi uma condição para participar das atividades do Projeto Axé, mas, com raras exceções, os educandos ultrapassavam a 2ª série do ensino fundamental e na sua maioria permaneciam fora da escola.
Esses dados, com base no relatório anual do Projeto Axé (1998), revelava que grande parte desses alunos com defasagem idade/série passou por múltiplos fracassos na escola e apresentava sérios bloqueios provocados por essa situação.

Geralmente tinham a auto-estima muito baixa e não acreditavam na sua capacidade de aprender.

Em função disso, realizou-se uma parceria entre o Projeto Axé e a SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) com o objetivo de oferecer educação formal de 1ª à 4ª séries com qualidade, às crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto e da comunidade na qual a escola estaria inserida. Em abril de 1999 - início do ano letivo, a escola funcionou em uma casa alugada pelo Projeto Axé [...], foram atendidas 9 classes,

[...]. Em 2000 foi ampliada a capacidade de atendimento para 29 turmas de 1ª à 4ª séries [...], uma matrícula próxima a 800 alunos. [...]. Situada no bairro de São Cristóvão, a Escola Municipal Barbosa Romeo funciona num prédio bastante amplo, com instalações modernas e bem equipado. Conta com 10 salas de aula, 2 salas informatizadas, biblioteca, sala de vídeo, sala de professores, sala de coordenação, sala da direção, sala para atendimento de alunos, refeitório, quadra e parque infantil. A rotina semanal dos alunos, inclui, além das disciplinas obrigatórias, aulas de Artes, Informática e Educação Física. Em 2001, a matrícula foi mais uma vez ampliada, chegando a 1.035 alunos”. Para maiores detalhes sobre o Projeto Axé: REIS, A. M. B. dos (org). *Plantando Axé: uma proposta pedagógica*, 2000.

18. Para maiores detalhes sobre a história e atuação da FEAC, ver: ROSSETTO, J. Políticas de assistência e educação para crianças: um estudo de caso sobre a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”.
19. “O movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua (MNMMR) é um movimento social, fundado em 1985, a partir das experiências inovadoras do Projeto Alternativo de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua. Surgiu do desejo dos educadores: ‘criar espaços de articulação dos programas de atendimentos e dos próprios meninos e meninas de rua’. Composto por uma rede de educadores e colaboradores voluntários, mais de 800 pessoas, o ‘Movimento’ atua na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes das camadas populares do Brasil, nos diversos níveis do sistema de garantias do país, assegurando a aplicação das políticas públicas e fiscalizando os gastos públicos e a sua gestão. Seu princípio fundamental de atuação é considerar crianças e adolescentes como seres humanos em condição especial de desenvolvimento. Trabalha para que esses meninos e meninas sejam cidadãos sujeitos de direitos legítimos e protagonistas em decisões sobre sua própria vida, sua comunidade e da sociedade em geral”. Informações retiradas do site: www.ajudabrasil.org/dadosentidade.asp?identidade=142 - acesso em 27/12/2008.

Bibliografia

AFONSO, Almerindo J. Os lugares da educação in: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (orgs). *Educação não-formal: cenários da criação*. - Campinas, SP: Editora da Unicamp e Centro de Memória, 2001, p. 29 –38.

COOMBS, Philip H. *A Crise Mundial da Educação*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*; Tradução Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Política plural para crianças de 0 a 6 anos. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro e CARNICEL, Amarildo (orgs). Palavras-chave em educação não-formal. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: Unicamp; CMU, 2007, p. 231 - 232.

GARCÍA, Olga Franco. La educación infantil: importancia para El desarrollo de los niños y las niñas desde el nacimiento hasta los seis años. Sus modalidades em Cuba. Cuba, 2010 (mimeo).

GARCIA, Valéria Aroeira. A educação não-formal como acontecimento. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2009.

HADDAD, Lenira. Políticas integradas de cuidado e educação infantil: o exemplo da Escandinávia. In: Revista Pro-Posições vol. 7, no 03 [21], p. 36 – 50, novembro, 1996.

HADDAD, Lenira & JOHANSSON, Jan-Erik. A pré-escola sueca: a história de um sistema integrado de cuidado e educação. In: Cadernos Cedes – grandes políticas para os pequenos, educação infantil. no 37, p. 45 – 61, 1995.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. Educa a tu hijo. Programa para la familia dirigido al desarrollo integral del niño. Editorial Pueblo y Educación, La Habana, Cuba, 1992 (9 fascículos).

PARK, Margareth Brandini. Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação, in PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (orgs). Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP: UNICAMP/CMU; HOLAMBRA, SP: Editora setembro, 2005, p. 67 - 90.

REIS, Ana Maria Bianchi dos (org). Plantando Axé: uma proposta pedagógica. São Paulo: Cortez, 2000.

ROSSETTO, Jessica. Políticas de assistência e educação para crianças: um estudo de caso sobre a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação – Unicamp, Campinas, 2006.

The International Encyclopedia of Education. Research and studies. Vol. 6; M – O, p. 3536 - 3558. Editors-in-chief: Torsten Husen – University of Stockholm, Sweden; T. Neville Postlethwaite – University of Hamburg, FRG. Oxford, New York, Toronto, Sydney, Paris, Frankfurt: Ed. Pergamon Press Ltd, 1985.

Videografia

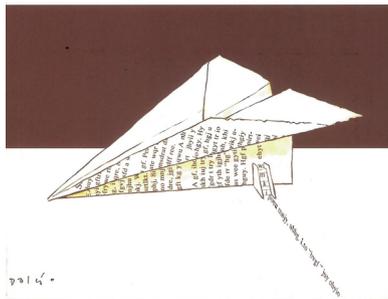
Cinematografia educativa. EDUCA A TU HIJO, un programa para a família. La Habana: CINED, s. d., color, 13 min.

Palavras-chave em EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Organizadores
Margareth Brandini Park
Renata Sieiro Fernandes
Amarildo Carnicel



Palavras-chave em
EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL



Setembro

Finalmente, chega ao leitor a possibilidade de manusear um livro de palavras-chave em educação não formal, primeiro e inédito no país. Trabalho meticulosamente elaborado, envolvendo pesquisadores de renome nacional, bem como educadores que atuam neste campo. Contém um conjunto de verbetes de fácil compreensão que será de grande utilidade para todos aqueles interessados em enveredar pelos meandros de um campo da educação tão vivenciado e pouco conhecido.

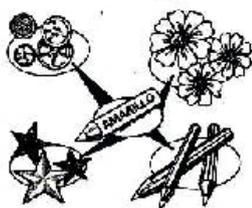
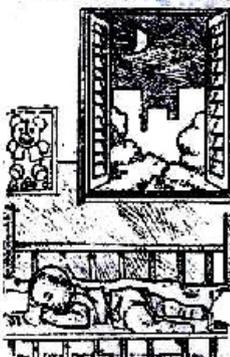
Esta obra original esclarece conceitos, oferece noções/visões e problematiza ações

e práticas com o intuito de impulsionar reflexões críticas e conscientes, condizentes com as perspectivas de inclusão social e política e de democratização dos saberes e da cultura.

Leitura obrigatória para todos os que trabalham com a educação, seja ela em espaços escolares ou paraescolares de interconexão, enriquecimento mútuo e de construção de novas práticas e políticas educacionais.

Profa. Dra. Silvia Maria Manfredi
Consultora da OIT/ Brasil e
Presidente do instituto Paulo
Freire itália.

Editora Setembro



Educa a tu hijo



A Educação Infantil:

A importância para o desenvolvimento dos meninos e meninas desde o nascimento até os seis anos. Suas modalidades em Cuba

Olga Franco García
Professora, Educadora
Ministério da Educação de Cuba

Tradução: Fernando Sarti Ferreira

Breves reflexões sobre uma concepção de desenvolvimento infantil

A etapa que compreende os seis primeiros anos de vida é fundamental no processo de desenvolvimento e formação da personalidade. Esta é uma asseveração aceita e compartilhada por psicólogos e pedagogos, independentemente das tendências, teoria e escolas as quais estão vinculados. Isso está fundamentado essencialmente pela grande plasticidade do cérebro infantil nas primeiras etapas do desenvolvimento, que oferece amplíssimas possibilidades para o estabelecimento de conexões que podem servir de base para o registro e consolidação dos mais variados estímulos.

Os dados científicos obtidos em inumeráveis estudos e pesquisas evidenciaram que nesta etapa se encontram as bases essenciais para todo o posterior desenvolvimento e que existem consideráveis reservas e possibilidades para a formação das mais diversas capacidades e qualidades pessoais.

Daí que resulta de grande interesse conhecer as características deste período da vida em toda sua profundidade para, a partir deste conhecimento, poder organizar e estruturar as forças educativas, dirigidas com o intuito de conseguir o desenvolvimento máximo possível de cada criança. O exposto fundamenta a necessidade de conhecer as particularidades de tão importante momento do desenvolvimento infantil e de preparar, capacitar as pessoas, família e educadores, encarregados de sua educação.

Para compreender os fatores que influem no desenvolvimento infantil, as forças motrizes, as condições em que se realizam, é preciso considerar que o desenvolvimento, em uma determinada etapa da formação da personalidade, tem de inserir-se numa teoria ou concepção geral.

As posições que consideram a experiência genética, hereditariamente fixada e transmitida como determinante do desenvolvimento, tratam de explicá-lo como um simples transcorrer e desenvolvimento essencialmente hereditário com o qual o sujeito foi dotado desde seu nascimento, como uma semente, onde se encontra o gérmen de tudo o que uma planta chegará a ser.

O avanço científico psicológico tornou cada vez mais evidente a necessidade de considerar o fator meio ambiente na explicação sobre do desenvolvimento humano, surgindo assim as teorias, que em uma ou outra medida, tiveram em conta o meio em que o sujeito vive e atua, a experiência individual de interação do sujeito com seu meio específico o que deu lugar a diferentes explicações, algumas nas quais prevaleciam fundamentalmente o fator genético, hereditário, e para as quais o meio constituía somente o campo no qual teria lugar o desenvolvimento e cuja simples função era o favorecer ou não. Até as mais progressistas dessas explicações que considerava a convergência de ambos fatores, mesmo que em geral, sempre deram mais peso ao primeiro. Nestas teorias gerais nunca se encontrou uma verdadeira resposta explicativa à pergunta sobre quais são as forças que movem esse desenvolvimento; mais do que explicações, elas se limitaram somente a descrever o que ocorria e qual era o resultado em cada momento.

As próprias investigações realizadas, inclusive dentro destas mesmas concepções, puseram de manifesto muitas de suas inconsistências e em meio a estas lutas biologistas e ambientalistas surge uma teoria mais acabada e abarcadora: a teoria do desenvolvimento

histórico – cultural. Nesta teoria, exposta essencialmente por L.Vigotsky, se mostra a especificidade do desenvolvimento humano e nela se integram de forma peculiar o biológico, o ambiental e o especificamente sócio-cultural da personalidade em geral e em cada um dos diferentes períodos.

Cada sujeito nasce com determinadas estruturas biológicas que podem ser consideradas como condições necessárias para seu desenvolvimento, porém, se constituem precisamente como isso: condições; é preciso nascer com um cérebro humano para chegar a ser homem. Determinadas condições destas estruturas podem favorecer ou não o desenvolvimento e formação de capacidades no ser humano e devem, portanto, ser levadas em conta na explicação desse desenvolvimento.

O homem é um ser bio-psico-social e, portanto seria absurdo desconhecer suas particularidades biológicas, porém estas não determinam o que um sujeito pode chegar a ser ou não. Tudo isso já foi cientificamente demonstrado. Se a criança se desenvolve no processo de apropriação da cultura material e espiritual que foi legado pelas gerações precedentes, essas condições educacionais e de vida resultam fundamentais, pelas quais este processo transcorre, e que estão histórico, social e culturalmente condicionadas. A criança nasce em uma etapa histórica determinada e, portanto, em um mundo de objetos materiais e espirituais culturalmente determinados; quer dizer, seu meio mais específico pela cultura de seu entorno mais próximo, pelas condições de vida e educação nas quais vive. Não se trata de um meio abstrato e metafísico. O meio social não é simplesmente uma condição externa do desenvolvimento humano, senão uma verdadeira fonte para o desenvolvimento da criança, pois é nele que estão contidos todos os valores e capacidades materiais e espirituais do gênero humano que a criança tem de se apropriar no processo de desenvolvimento.

O processo de apropriação desta cultura como fator essencial em seu desenvolvimento, tem de ser concebido não como um processo em que a criança é um simples receptor, senão como um processo ativo no qual essa participação do sujeito resulta indispensável; neste processo, a criança não só interage com os objetos materiais e culturais, mas também esta imersa em um processo de interação ativa como os sujeitos que a rodeiam, adultos e co-etários. Assim, são tão importantes as atividades que a criança

realiza quanto as interações e a comunicação que estabelece com os outros, na apropriação, na assimilação ativa, como meio essencial para sua formação.

Por outro lado, o papel do adulto se torna essencial: como portador, mediador, das formas de ação que a criança tem de realizar, até o ponto em que não podemos pensar a apropriação pela criança da cultura por si só, mesmo com a existência de objetos culturais, materiais e espirituais, nos quais tal cultura se concentra, sem o adulto e sua presença e ação orientadoras. Assim, mesmo quando existam os mais modernos equipamentos de computação, a criança não poderia utilizá-los sozinhos, resulta indispensável a mediação de outro, portador dessas ações que organize e estruture o processo ativo de apropriação pela criança deste logro da cultura, da ciência e da técnica. A mais valiosa informação pode estar ao alcance da criança nos livros mais belos e preciosos. Esta conquista cultural permaneceria alheia à criança se nele não se abarca o processo de leitura como via de acesso a cultura. A ação conjunta com os adultos resulta indispensável pois dominam as ações de ler e neste processo se desenvolvem ao mesmo tempo as capacidades intelectuais.

No atual momento do desenvolvimento da ciência psicológica se destacam três posições diferentes. Uma primeira posição, na qual o desenvolvimento se considera como independente do ensino e da educação. Considera-se que o desenvolvimento se produz de maneira espontânea, seguindo suas próprias leis e a educação deve adaptar-se a ele; o desenvolvimento se antecipa e a educação se assenta sobre as bases do desenvolvimento já alcançado. Um exemplo desta concepção é a mundialmente conhecida e divulgada teoria de J. Piaget e seus seguidores.

Uma segunda posição distingue ambos processos como paralelos, que se produzem ao mesmo tempo. O desenvolvimento não é mais que o próprio resultado do exercício que se dá através do ensino. Esta concepção se encontra na essência das diferentes teorias “condutoras” e “neo-condutoras”. Para os “condutoristas” o desenvolvimento é o resultado dos efeitos acumulativos da aprendizagem. As distintas aprendizagens que a criança vai realizando ao longo de sua vida vai dando lugar a transformações mais gerais que seriam as que consideramos desenvolvimento.

Em uma terceira posição, o ensino e a educação adquirem o valor de promotores do desenvolvimento, o ensino conduz o

desenvolvimento e o impulsiona. Claro que para alcançar esta força que promove o desenvolvimento, este processo educativo tem de ter determinadas características, cumprir determinados requisitos e desde logo, basear-se no desenvolvimento já alcançado previamente pelos sujeitos para que, desde sua plataforma, impulsioná-lo a um nível superior, levando em conta as potencialidades de cada sujeito (zona de desenvolvimento próximo).

Desde esta última posição, o processo educativo adquire uma dimensão desenvolvedora e educativa e se corresponde com uma concepção de desenvolvimento pela apropriação da experiência histórico-cultural (L. Vigotsky e seguidores) em um momento determinado e nas condições concretas e particulares em que o processo de formação da personalidade se produz.

Para os educadores em condições de educação institucionalizada ou não, esta posição pode qualificar-se como otimista e responsável. Otimista, pois coloca o educador em posição de ser fator promotor do desenvolvimento infantil e, responsável, porque o produto visto no desenvolvimento de seus educandos não é algo que possa dever-se a natureza, as próprias crianças e suas condições hereditárias, que não deixam de ser levadas em consideração - somente como premissas necessárias, porém não suficientes. Responsável, porque o educador assim assume a responsabilidade de guiar o processo de educação que equivale a promover seu desenvolvimento até níveis superiores. Dessa maneira, o processo educativo se concebe como força que impulsiona o desenvolvimento na medida em que contribui não somente a vencer com êxito as contradições que surgem na vida do indivíduo, senão como também constitui uma fonte para o surgimento de novas contradições.

Nesta concepção de infância em que o processo educativo se insere em um lugar essencial como promotor do desenvolvimento, é necessário conceber o tipo de ensino e educação que lhe corresponde. O importante não reside em que a criança adquira conhecimentos, mas sim que consiga o maior desenvolvimento dos processos e funções psíquicas, sempre tendo em conta as particularidades da idade para os objetivos propostos.

Uma educação desta natureza deve necessariamente responder a uma série de princípios pedagógicos essenciais. Deve se destacar, em primeiro lugar, que é uma educação dirigida a obter o

maior desenvolvimento de cada criança e a formação mais integral possível, para a qual se torna indispensável conhecer não apenas as particularidades gerais desta etapa, como também o nível real e potencial de cada uma das crianças com os quais se vai trabalhar.

Deve ser um processo educativo em cujo centro esteja a criança como protagonista principal, o que não significa, como às vezes se interpreta, que se deve fazer sempre o que ela quer e decida, senão que deve se conceber as ações educativas em função de suas necessidades e interesses, para conseguir uma participação ativa e cooperadora, não como algo que o educador dá e a criança se limita a receber, mas como ações que ele deseja realizar e que lhe proporciona satisfação e alegria.

Os meninos e meninas têm de conviver em um grupo social, e desde pequenos devem acostumar-se a trabalhar de maneira conjunta, com a satisfação que lhes produz fazerem coisas juntos nas quais cada qual brinda e aporta algo.

A criança se educa para participar ativamente como criador na vida social, por isso seu processo educativo tem de estar intimamente relacionado com os problemas da realidade. A criança que educamos forma também parte de outro grupo social, a família, que exerce sua influência educativa com grande força sobre ela. Deve-se conseguir coerência entre essas duas influências, de tal forma que se conjuguem harmonicamente e uma reforça a outra. Para tanto é indispensável uma aproximação entre a instituição infantil e a família. Nesta tarefa, o educador deve desempenhar um papel fundamental, ao brindar todo o apoio a família e colaborar ambos em sua educação.

Em nossa concepção se resgata a ideia de que é o adulto, por sua posição e experiência como tal, e basicamente o educador, que recebeu uma preparação científico-pedagógica para exercer este trabalho, é que deve organizar, orientar e dirigir o processo educativo das crianças, do que deve ser estabelecido como objetivo e como pode alcançá-lo.

O processo educativo abarca toda a vida da criança tanto no lar, como na instituição infantil. Todo momento da vida tem que ser educativo; quando a criança aprende, quando realiza alguma tarefa simples em seu benefício, da educadora ou de outras crianças, quando se veste, quando se alimenta, mesmo quando dorme, tudo deve ser

organizado e concebido para contribuir para seu desenvolvimento e formação integrais.

A concepção de desenvolvimento infantil expressa constitui o sustento teórico-metodológico sobre o qual descansa em nosso país o sistema educativo da infância de 0 a 6 anos que responde a política educacional do Estado Cubano de Educação para Todos desde as menores idades.

Isso significa dar atenção educativa a todos os meninos e meninas desde seu nascimento até seu ingresso na escola, sem distinção de origem, raça, sexo, crenças ou outra forma de discriminação, o que, além disso, corresponde ao referendado na Conferência Mundial de Educação Para Todos celebrada em Jomtien, Tailândia, em 1990; na Cúpula de Chefes de Estado em Favor da Infância (1990); no Fórum Mundial de Educação de Dakar em abril de 2000; recentemente na II Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministras e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência e na X Cúpula Ibero-americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo no Panamá (2000).

A implementação de um Sistema Educativo com tais propósitos deve ser variada e flexível e, portanto, pode assumir em suas projeções diferentes modalidades organizativas de atenção educativa: institucional e não institucional, porém não como modalidades que competem entre si, mas sim concebidas em uma unidade, em um sistema que respondem aos princípios de concepção de desenvolvimento referida.

Desta maneira, rompe-se a dicotomia que usualmente se coloca para estabelecer diferenças entre ambas as vias. Não se trata de organizar a atenção educativa da primeira infância com diferentes expectativas e resultados que em alguns países se caracteriza como de “primeira e segunda ordem”, mas sim de se propor os mesmos objetivos para alcançar a formação integral, o que supõe a formação de premissas de desenvolvimento sócio-moral e afetivo, de condutas socialmente aceitáveis e de qualidades pessoais valiosas em correspondência com a etapa; o êxito de um desenvolvimento intelectual adequado; o domínio prático da língua materna e de habilidades e capacidades motrizes. Obviamente, tudo o que foi dito tem que sustentar-se em uma garantia para a sobrevivência que inclui condições de subsistência e perspectivas de vida.

A educação infantil de 0 a 6 anos em Cuba

O sistema de Educação Pré-escolar Cubano que abarca as crianças de 0 a 6 anos, quer dizer, desde seu nascimento até seu ingresso na escola primária, se organiza de duas formas distintas, de aplicação na prática: pelas modalidades, institucional e não institucional, com o fim de alcançar um ótimo desenvolvimento dos meninos e meninas destas idades, o que significa conseguir o máximo desenvolvimento possível de cada um. Isso se plasma em um currículo único, como dois programas fundamentados nos mesmos princípios teóricos e metodológicos e com orientações didáticas semelhantes para os que se encarregam da atenção educativa das crianças nesta idade.

As duas modalidades assinaladas se materializam da seguinte maneira:

A modalidade institucional, que se realiza nos chamados Círculos Infantís e em aulas de grau pré-escolar das escolas primárias.

Os círculos infantís são instituições educativas que atendem os meninos e meninas de mães trabalhadoras desde os seis meses até os seis anos de idade que ingressam na escola. Nestes círculos, são educados por educadoras graduadas em Universidades Pedagógicas apoiadas nesta tarefa por auxiliares pedagógicas que são verdadeiras colaboradoras no desenvolvimento do processo educativo e que recebem também uma preparação especial. Além disso, contam com serviços de atenção médico-estomatológica permanente e com um programa nutricional em correspondência com as necessidades destas idades. Nos 1118 Círculos Infantís se educa 18% da população cubana de 0 a 6 anos.

As aulas de grau pré-escolar, que atendem os meninos e meninas de 5 a 6 anos e se podem encontrar tanto nos círculos infantís como nas escolas primárias urbanas e rurais. Da educação destas crianças se ocupam as professoras pré-escolares formadas em Universidades de Ciências Pedagógicas que contam ainda com o apoio de auxiliares pedagógicas, também preparadas especialmente. A estas aulas assistem diariamente os meninos e meninas, em geral, das oito as quatro e meia da tarde, mesmo que existam algumas que funcionam com apenas uma sessão. A cobertura de atenção para a população infantil de 5 a 6 anos é de praticamente 100% no país.

A *modalidade não institucional* chamada Programa “Educa a tu Hijo”, esta dirigido a promover o desenvolvimento integral dos meninos e meninas que não frequentam as instituições infantis, desde antes de seu nascimento até seu ingresso na escola. Tem um caráter comunitário e eminentemente inter-setorial e toma como núcleo básico a família, que orientada por pessoal especializado, é quem realiza as ações educativas com seus filhos desde as primeiras idades no lar.

O modelo de educação institucional para meninos e meninas de 0 a 6 anos constitui um verdadeiro programa social de atenção educativa. Nele participam representantes de distintos organismos estatais e organizações sociais (Saúde, Cultura, Educação Física e recreação, Federação de Mulheres Cubanas, Associação Nacional de Pequenos Agricultores, entre outras), que operam na comunidade, integrados em um Grupo Coordenador ou Comitê Gestor que coordena a esfera de educação, quem concebe, desenha, organiza e aplica na prática o programa “Educa a tu Hijo”, conforme as particularidades e condições concretas de cada região.

Em sua execução prática, para a orientação da família, conta com pessoal profissional (educadoras e professoras pré-escolares, professoras de ensino primário, auxiliares pedagógicas, bibliotecárias, médicos e enfermeiras da família, técnicos de esportes, instrutores culturais, entre outros), e também com pessoal totalmente voluntário da comunidade (donas de casa, aposentados e outros), que realizam este trabalho sem receber remuneração alguma.

Este programa se organiza por duas modalidades fundamentais:

Atenção individual no lar, para meninos e meninas de 0 a 2 anos, realizada fundamentalmente por médicos e enfermeiras da família que fazem visitas uma ou duas vezes por semana e orientam e demonstram às famílias as ações educativas a realizar.

Atenção em grupo, que se realiza em um local da comunidade (parque, praça, jardim de um Círculo Infantil ou escola, casa de cultura, ginásio ou círculo desportivo, entre outros), onde frequentam uma ou duas vezes por semana as famílias com seus filhos e filhas para realizar atividades curriculares e receber orientações por um ou uma executora (orientadora) para dar continuidade nas condições de seu lar.

O Programa Social de Atenção Educativa conta como suporte material com uma coleção de nove folhetos (Educa a tu Hijo) que contêm orientações para a família sobre as características e necessidades dos meninos e meninas destas idades e sobre as atividades a realizar para estimular o desenvolvimento intelectual da linguagem, dos movimentos, da socialização, da formação de valores, assim como sobre os cuidados de saúde, nutrição e prevenção de acidentes nos distintos períodos etários. Além disso, o programa conta, para sua implementação, com materiais que apóiam a capacitação dos Grupos Coordenadores, dos promotores e executores em diferentes aspectos de seu trabalho: orientações sobre saúde, sobre as condições em que tem lugar o desenvolvimento infantil, sobre as características do trabalho comunitário e com a família, entre outros; igualmente, Cadernos de Trabalho para orientar as ações das famílias com seus filhos no lar.

A cobertura de atenção educativa que oferece o Programa de Atenção Social “Educa a tu Hijo” é de mais de 70% da população cubana de 0 a 5 anos. Ambas as vias – a institucional e a não institucional – se organizam em um sistema único de educação pré-escolar que em seu conjunto, no momento atual, alcança uma cobertura de 99,5% de toda a população cubana nessa faixa etária.

A monitoração realizada do Programa “Educa a tu Hijo” mostrou sua efetividade nos dois primeiros anos de sua aplicação, assim como na última avaliação realizada. A amostragem foi realizada em 1.000 comunidades (Conselhos Populares) correspondentes a 161 municípios dos 169 do país. Foi selecionada de maneira aleatória e se exigiu o requisito de ter como mínimo um ano de incorporação ao programa. 20,6% das comunidades pertenciam à população que reside na zona rural. Foram avaliados na primeira ocasião 16.031 meninos e meninas de 161 municípios das 14 províncias do país, e na segunda, 148.718 meninos e meninas e suas famílias, assim como 3786 pessoas da comunidade e membros dos grupos coordenadores.

O conhecimento que as famílias mostraram ter da concepção do Programa e sua participação nele ofereceu resultados positivos já que das famílias que responderam a pesquisa, 82% realizava em casa as atividades orientadas pelo Programa e 65% frequentava com seus filhos e filhas sistematicamente as reuniões com os executores. Não obstante, somente 50,8% das famílias participava no desenvolvimento

das atividades junto com a criança, elemento de importância para garantir a continuidade das ações educativas no lar.

A própria família reconheceu que a partir de sua incorporação ao Programa, além das mães, pais e avós, outros membros da família começaram a participar de forma mais ativa na educação das crianças. O efeito instrutivo do Programa na família ficou manifesto também no fato de que 85% reconhecia que sua participação no Programa provocou neles uma mudança de atitude e relação com as crianças. Neste sentido, 69,5% escutavam e atendiam mais quando perguntados; 63,8% brincavam mais e 87% não gritavam nem batiam mais nas crianças.

Por sua parte, os representantes dos grupos coordenadores pesquisados aludiram que haviam conseguido desenvolver a tarefa e implementar a educação não formal na comunidade com participação comunitária e de distintos agentes sociais, mas que ainda nem todos o faziam com a dedicação e sistematização necessária e que tinham que conseguir uma maior coesão inter-setorial na elaboração, execução e controle do plano de ação.

Como se pode observar, ambas avaliações mostraram as brechas que ainda existem, que se converteram e se convertem até o momento atual em foco de atenção permanente, desenhando-se estratégias especiais tanto para a faixa etária de 0 a 3 anos, como para os grupos coordenadores de bairro, município, da província e da nação, para dar solução aos problemas e alcançar níveis superiores de desenvolvimento.

“O importante não é somente atender a criança, mais importante é o resultado que se obtêm com o adulto que progressivamente é mais consciente em reconhecer que o patrimônio mais valioso de sua comunidade É A CRIANÇA”.

Gaby Fujimoto, Primeiro Encontro Estatal de Educação Inicial “La Calidad en La Educación Inicial”, Maio de 2001.



Cacto

A ordem do regresso: sexo, profissão e política

Lidiane Soares Rodrigues
Doutoranda do Departamento de História-USP

Para Bertha Dunkel,
mulher fora do lugar

“(...) quando da segunda metade do século XIX em diante [a mulher] começou a interessar-se pelas profissões, encontrou-se diante de um impasse. A carreira, privativa do homem e compreendida (...) em termos de austeridade do traje, obrigava-a a desinteressar-se do adorno e a renunciar ao comportamento narcísico, como as governantes já o tinham feito e como o vão fazer as sufragettes. Mas não se desiste impunemente de velhos hábitos que anos de vida bloqueada desenvolveram como uma segunda natureza. E lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se dilacerada entre dois pólos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens diversas de valores. Para viver dentro da profissão adaptou-se à mentalidade masculina da eficiência e do despojamento, copiando os hábitos do grupo dominante, a sua maneira de vestir, desgostando-se com tudo aquilo que, por ser característico de seu sexo, surgia como símbolo de inferioridade: o brilho dos vestidos, a graça dos movimentos, o ondulado do corpo. E, se na profissão era sempre olhada um pouco como um amador, dentro de seu grupo, onde os valores ainda se relacionavam com a arte de seduzir, representava um verdadeiro fracasso. Não é de se espantar que esse dilaceramento tenha levado a mulher ao estado de insegurança e dúvida que perdura até hoje. Pois perdeu seu elemento mais poderoso de afirmação e ainda não adquiriu aquela confiança em si que séculos de trabalho implantaram no homem.” (Gilda de Mello e Souza. O espírito das roupas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1950], grifos meus)

O sentimento de modernidade em meio a atraso – dialético ou dualista – tem sua base no tipo de modernização capitalista brasileiro e ganhou contornos nítidos na divisão sexual do trabalho e no uso de tecnologias avançadas, na campanha política de 2010 para a presidência da República. Eis o mote do presente artigo.

O observador que atente para o ponto nota que talvez este tenha sido o processo eleitoral em que dois fenômenos, em escala sem precedência, estiveram conjugados: mulheres em muita evidência e, simultaneamente, mídias do chamado mundo virtual desempenharam um papel de destaque. Ele talvez advogasse a modernidade em tela: espaço para as mulheres, superação da assimetria entre os sexos, uso da tecnologia para garantir a universalidade das informações. Ledo engano.

Possivelmente, a ausência de sedimentação dos valores modernos anti-utilitários entre nós responda pelo fato de que o alvissareiro das novidades desloque constantemente a atenção para os dilemas vividos por uma “sociedade que passou diretamente de iletrada e deseducada a massificada, sem percorrer a etapa intermediária de absorção da cultura moderna” (NOVAIS, F.; CARDOSO de MELLO J. M., 1998, p.640). Um punhado de episódios decisivos pode servir de matéria para nosso argumento.

No final de junho, por meio do *twitter*, a vereadora, de São Paulo, Mara Gabrieli fez a seguinte pergunta: “Você confiaria seus filhos para Dilma de babá?”. Soninha Francine, ex-apresentadora da MTV, coordenadora da campanha de José Serra pela *internet*, decerto tomou parte na disseminação da “questão do aborto”, como se sabe, entre os elementos que deslocaram votos da candidata Dilma Rousseff para Marina Silva e alavancaram o segundo turno entre a primeira e José Serra. Monica Serra, esposa do candidato, foi uma figura com pouca visibilidade na campanha do marido até que proclamasse “Dilma é a favor da morte de criancinhas”. Como parte das estratégias de campanha do candidato também se adotou o *telemarketing*, que consistiu em ligar para residências, procurando mudar os votos de eleitores que no primeiro turno não votaram em Serra, com o argumento de Dilma ser a favor do aborto. A maioria das pessoas envolvidas eram mulheres (Correio Braziliense, 16 de outubro de 2010). Quando este artigo estava em fase de conclusão, recebi um desses telefonemas, verificando que se tratava de uma gravação, com voz feminina.

O nexos central: modernidade das mídias/suportes (*telemarketing, internet, twitter*) e tarefas femininas na divisão sexual do trabalho merece atenção. Às mulheres coube *prioritariamente* o trabalho de “fofocar” (espalhando histórias por tais mídias/suportes), restabelecendo o espaço privado “naturalmente” feminino (filhos, residência, valores religiosos). Não se trata de papel insignificante. No interior dos valores vigentes, caso as investidas partissem de homens, logo o epíteto “machista” viria à tona e o caldo entornaria. Nesse sentido, e de modo menos óbvio do que pode parecer à primeira vista, vale a assertiva: *objetivamente o “discurso” machista não sustenta o lugar social da mulher, mas é sustentado pela organização sexual do trabalho, como parte da reprodução social e das estruturas de dominação, tanto mais eficazes quanto menos sejam (re)conhecidas enquanto tais*. Na divisão trabalho em tela, particularmente, não apenas a forma da dominação não é *(re)conhecida* como tal, mas troca as bolas, pois, no final das contas, ao precisar da participação feminina, confere visibilidade às mulheres. Ora, sem que se explicita o lugar da “fofoca”-feminino na hierarquia do trabalho de campanha – nada irrelevante do ponto de vista dos resultados, porém, subordinado, de “baixo nível”, evocando tendências regressivas, do ponto de vista da modernidade – a organização desse mesmo trabalho, como parte da reprodução da assimetria entre os sexos, permanece *(ir)reconhecível*.

Como já é sobejamente sabido, há nexos fundamentais entre classe, sexo e profissão à luz de processos de modernização e de mobilidade social, como, na escala que lhe cabe, tem-se visto no Brasil nas últimas décadas. Na hierarquia das ocupações profissionais no espaço das classes dirigentes – e, a seu modo, também em ocupações qualificadas ou não, das classes não-dirigentes – há uma reposição das relações de dominação entre os sexos, um dos elementos do fenômeno mais amplo da reprodução social. Tomemos, por exemplo, profissões *naturalizadas, histórica e socialmente*, como femininas (BOURDIEU, P., 1998): secretária, enfermeira, aeromoça. Elas se localizam no interior de uma escala de valorização que as subordina, respectivamente, ao chefe, ao médico, ao piloto – e seu trabalho consiste em servir ao superior e ornamentar o espaço. Não é preciso muita imaginação – de fato, é preciso ter nenhuma – para perceber o quanto as fantasias masculinas em torno das vestimentas dessas profissões se devem à liga feminino-servir-enfeitar, e tudo que isso implica em matéria de inação e passividade. Do mesmo modo, e com sinal trocado, mulheres que assumem posições de ação/atividade habitam as “male fantasies”

como se pusessem em risco as prerrogativas da virilidade, atributos exclusivos dos homens – não raro sendo representadas com falos, bigodes, ou são ridicularizadas ao serem masculinizadas.

Ainda que com pouco esforço seja possível identificar as hierarquias ligadas aos sexos no interior do mesmo campo profissional, nem sempre se extrai as implicações mais substantivas delas. Numa análise mais detida talvez fosse o caso de ponderar as dimensões classistas e etárias como condições de subversão da hierarquia dos sexos, à luz do setor profissional em questão – um homem formado em direito por uma universidade não renomada pode, decerto, ser secretário de uma jovem advogada, bem nascida e formada, quiçá, no exterior. Por outro lado, no interior do mesmo setor de ocupações, é notável a naturalização de posições femininas e masculinas ocupadas por mulheres e homens, respectivamente. Assim, no que se refira, por exemplo, a ensino e pesquisa, considerando as posições possíveis às disposições socialmente disponíveis, é “natural” a professora que ensine para as crianças os rudimentos da leitura e escrita, tarefa ligada à *re-produção*, próxima do “lar”, etc.; mas pouco usual que ocupe posições como de “chefe de laboratório”, catedrática, etc. – tomando parte no trabalho de produção. *Vale a ressalva, com relação a este setor, na contemporaneidade: não apenas é natural que as mulheres sejam professoras-tias primárias, como a isso se liga o próprio valor que assumiu socialmente a educação infantil se comparada a outros setores da produção, seja de mão de obra, seja de tecnologia.* De todo modo, os exemplos poderiam se repetir, porém já são suficientes para delimitar os termos do exame proposto.

É uma platitude afirmar que a dominação – entre as classes, entre os sexos – só é possível caso *os dominados compartilhem com os dominantes* os esquemas comuns de percepção, apreciação e conduta – e, decerto, dentro deles, tensões e resistência também podem se manifestar. Desse modo, os dominados são parte da ativa da dominação que os mantém dominados. É possível colher pelo menos dois indicadores desse ponto no quadro. *Primo*: em numerosas pesquisas de opinião foi detectado maior rechaço à candidatura de Dilma Rousseff entre as mulheres do que entre os homens, sendo constante a preferência dela entre estes. (*Folha de S. Paulo*, 29/10/2010). *Secundo*: é notável, a simetria das posições assumidas pela vereadora, pela coordenadora, pela esposa – entre elas, no baixo escalão – e a assimetria delas com relação a ele, no centro e no topo. Tais posições não parecem, aliás, impingidas por ele, diferentemente

de outros casos, a que me remeto abaixo, mas, simplesmente, adotadas “naturalmente” por elas.

O apelo aos afetos – à maternidade, à religiosidade, ao lar – azeitado pelo tópico que pautou as semanas mais “quentes” do confronto das campanhas – o aborto – evidentemente, *não foi decidido* por mulheres – seu trabalho não é decisório. Sem entrarmos na controvérsia das determinantes da pauta das campanhas em geral, é preciso reconhecer que a sacada do tema está ligada ao trabalho de opor-se a uma adversária na disputa pela presidência da República; decerto, com objetivos idênticos, outro seria o tema se fosse um candidato a ser enfrentado. Para dizer tudo, lançou-se mão desse expediente de maneira estratégica e o lance foi bem sucedido por ter *porta-vozes femininas e uma adversária mulher*. Tudo se passa como se a divergência fosse entre elas. Não por acaso foi a intervenção da esposa do candidato – e não a dele próprio – que mais mobilizou as atenções, ganhando ainda mais visibilidade quando mais uma mulher, sua ex-aluna, Sheila Canevacci, entrou no jogo (*Folha de S. Paulo*, 16/10/2010).

A posição ocupada na campanha do adversário-homem pelas mulheres denuncia o amalucado da posição ocupada pela mulher – e homens, de lambuja – do outro lado: uma candidata à presidência. O trabalho consiste em mobilizar-se em torno de temas que repõem o lugar feminino das mulheres. Mas não o fazem valendo-se dos espaços de intervenção masculinos. O ponto merece atenção.

Excetuando-se a intervenção da ex-aluna de Monica Serra, ocorrida por meio de jornal de grande circulação, os detonadores privilegiados para monopolizar o confronto em torno do assunto do aborto, família, e, encadeando-se a eles, o apelo às convicções religiosas foram suportes midiáticos como os mencionados. Sem entrar na zona cinzenta das definições concorrentes e interessadas do que seja a tal “esfera pública”, é possível afirmar com alguma segurança que tais recursos, isoladamente, não a constituem, e que, portanto, há, na divisão sexual do trabalho político em tela um veto/chancela à voz/fala da mulher em espaços reconhecidos como mais idôneos do que as duvidosas correntes de *emails, blogs, facebook, Orkut, twitter*, entre outros. Ao tomarem tais posições na divisão sexual do trabalho de campanha, essas mulheres tomam a palavra em espaços que rebaixam sua participação – as mídias em que se projetam não estimulam e mesmo freiam o esclarecimento que é possível no diálogo racional entre iguais.

No imenso repertório das representações a respeito das competências “naturalmente” femininas, sabe-se, o jocoso a respeito de serem fofoqueiras/falarem excessivamente é dos mais recorrentes. No entanto, esta, como tantas outras revelam mais do que pretendem ocultar. A pergunta de Freud, por exemplo, “O que quer a mulher?”, se cotejada, por Maria Rita Kehl com as cartas que ele escrevia para sua noiva, autorizaria reformulação: o que o homem não quer saber a respeito da mulher? (KEHL, 2009). Dentro do rol dessas invertidas, valeria lembrar as brincadeiras que se faz com o materialismo e interesse das mulheres pelos bens materiais dos homens – ridicularizadas por isso, suportariam eles o laço com uma mulher que não dependesse de seu auxílio material, a eles ligada por motivos outros que não o dinheiro e sua capacidade de ostentação/ornamentação do poder? Sem a obrigação de responder a qualquer das indagações acima, vale atinar – a delegação do trabalho de fofoca, dentro de um quadro de percepção no qual a mulher “fala demais” sustenta a assertiva: o que se pretende é o veto à palavra dela.

Assim, não é difícil entender por que o candidato José Serra respondeu à candidata Dilma Rousseff, no debate televisivo em 03/10/2010: “estou estranhando a sua agressividade (...) ela está revelando quem é”. É bem provável que a reação de José Serra encerrasse algo de sincero na demonstração de surpresa e na espontaneidade da resposta – sobretudo se considerarmos que a estratégia da mulher-adversária foi assumir o problema que estava correndo pelos subterrâneos da campanha, escancarando-o, enfrentando-o – no sentido forte do termo: colocando-se de frente – indagou: “o senhor é a favor desse tipo de campanha difamatória que sua esposa, a *internet* e seu vice está fazendo a meu respeito?” [Citação do teor da indagação, não *ipsis litteris*].

São numerosos e nada óbvios os mecanismos desenvolvidos para lembrar os que tomam caminhos desviantes daqueles que lhe são socialmente destinados – e a reação do candidato é tanto mais significativa pela espontaneidade. Desnorteado, assumiu o papel de vítima, e menos pelo conteúdo de sua frase, mas pela modalidade performática de sua fragilização – especialmente no tom de voz ameno – ele *produziu* a tal agressividade feminina, recusando-se a responder no mesmo tom, lembrando-a que a ela cabe a doçura, a delicadeza, a maternidade. De lambuja, *restabelece, invertendo as posições feminina/masculina, a assimetria*. Ele, homem-fragilizado, assume a posição feminina; ela, forte, a masculina. *Quiproquô?*

Nem tanto, nem necessário, se o confronto pudesse ser estabelecido esvaziando-se ambos os atributos de seus sexos, priorizando a igualdade da interlocução no espaço público como acento do conjunto da campanha. Mas este – menos por Serra ou Dilma – em função da configuração social, foi interdito.

Alguns agentes *padecem* de experiências que os tornam mais dispostos a defenderem, por meio de sua conduta, padrões competitivos impessoais. Houve um tempo em que sociólogos elegeram sua prova dos nove da modernidade: o agente por meio do qual as possibilidades, dilemas e limites dela eram revirados. Cada um a seu modo e com sua dose de empatia, Antonio Candido e Florestan Fernandes investigaram os caipiras e os negros em processo de mobilidade social, respectivamente, estabelecendo os termos em que (não) se realizava nossa modernidade (CANDIDO, A., 1964; FERNANDES, F., 2008). Não cometerei o ridículo sacrilégio da equiparação com eles, nem com os processos macro-sociológicos que enquadraram os estudos mencionados. Mas se o mote é de outra escala, a preocupação se aparenta. Vale a pena atçar: a mulher seria um agente social desses por meio dos quais a vigência dos mores modernos – secularização, igualdade, racionalidade – pode ser aquilatada? Peço vênia e arrisco.

É conhecida a disposição das mulheres que se dedicam a uma profissão a sobre-investirem em suas carreiras, tanto mais se esta tiver prioridade/exclusividade entre suas escolhas. Em alguns setores, a fofoca entre os concorrentes, dimensão nada desprezível dos mecanismos de constituição da interdependência social, faz par com o temor da que essa figura provoca, seja ele o de outras mulheres ou o dos homens. A fama das “mulheres que chegaram lá” correm esses espaços de formação de opiniões e condutas, como os corredores da empresa, da escola, à boca pequena, na qual tomam parte tanto seus concorrentes homens quanto mulheres. Estas, caso tenham se subdividido nos papéis de esposa e mãe, dificilmente se solidarizarão com aquelas que, por escolha ou falta dela, dedicaram-se apenas à profissão, na medida em que têm disponibilidade de tempo e energia concentrada que falta à esposa-mãe. De outra parte, os homens ficam ameaçados, pelo menos em três direções: pela “feminização” de sua profissão, que implica, obviamente desvalorização material e simbólica dela; pela alta voltagem da competição – observada, vale lembrar, não apenas em mulheres “que chegaram lá”, mas em ascendentes em geral que têm na profissão a grande chance de existirem socialmente e

procuram se destacar pela excepcionalidade; e pela perda da posição dominante a que estão sujeitos na possível e *provável* derrota na competição. Vale reiterar: a sobrevalorização da seriedade é típica daquele que, “naturalmente”, ali não deveria estar.

A respeito do debate televisivo já mencionado houve curioso consenso – nem sempre assumido – entre eleitores de ambas as partes: a candidata não se saiu bem, e não se sai bem em geral. Descontando-se a dose de “adestramento” que a parafernália por trás das câmeras e dos candidatos determina – estilo, estratégia, etc., – resta algo que, ao escapar dessa programação de bastidores, revela aspectos pessoais dos que ali estão expostos. Nesse sentido, vale dizer que um dos elementos nada favoráveis a tal performance que se espera nos debates deve-se ao fato da candidata privilegiar um vocabulário não tão popular, raciocínios demasiado complexos para serem expostos no pouco tempo em que deve desenvolvê-los – economizando em ironia, sacando poucas frases de efeito – e, constantemente valer-se desses dois últimos recursos com muita dificuldade. A performance – que vai do domínio do tom de voz, do olhar, dos gestos – não casa com cálculo de raciocínio, senão com a ausência dele. Ao tentar o diálogo racional, a explicação, a argumentação lógica – num “economês” que seu adversário tem pleno domínio mas, seguro de si, não vai, nem precisa, acionar ali – lançava em tela, a modalidade de afirmação da mulher no mundo dos homens, por excelência: a insistente e irritante defesa da seriedade, do argumento lógico, da razão. No entanto, tal seriedade, de que talvez tenha se valido para se afirmar ao longo de sua trajetória, não casa com a performance requerida pelas câmeras, e parece denunciar o percurso social desviante. Na impossibilidade de colher e expor todas as vezes em que a ironia fez as vezes da resposta, nos debates televisivos, o que ultrapassaria o exame possível dentro dos limites desse texto, vale assinalar: o candidato se saiu melhor no uso desse recurso, altamente eficaz na interdição do diálogo, por rebaixar o interlocutor. O uso social desse mecanismo, obviamente, pressupõe segurança e autoconfiança, ligadas ao trajeto social “natural” da posição dominante, que dá suporte a certo descaso para com o conteúdo propriamente dito das questões que poderiam ser discutidas.

Ainda no que se refere ao uso da fala pública pelas mulheres nesta campanha, vale lembrar o segundo debate do segundo turno, em que se verificou uma espécie de segmentação dos blocos por temas. Num deles, as perguntas foram lançadas por duas jornalistas. A elas se reservou o edificante papel de introduzirem os temas de escândalo

e boataria (corrupção, denúncias), “aquecendo” o confronto com uma dose de surpresa. Neste mesmo debate, José Serra, por duas vezes atribui as perguntas da candidata “àqueles que a auxiliaram” – note-se: “ela não dá conta”.

Há uma porção de fanfarronice presente em todas as eleições, e, como todo bom e mau humor, condensa experiências sociais, valendo, por isso, alguma meditação. O esquema de recepção e percepção que sustentou as investidas vexatórias dirigidas a ambos girou em torno da divisão social-sexual do trabalho, vale dizer, não apenas político. Um apanhado pode ser ilustrativo.

Ela estudou Economia, foi guerrilheira e torturada, eis *todo* o seu passado. Ela é cria política de Lula-Dirceu: eis *todo* o seu presente. Ambos os traços a desqualificam para exercer bem *qualquer* papel, público-masculino ou privado-feminino. A ciência que escolheu afasta-se de profissões femininas assim como de disciplinas mais ligadas à sensibilidade que deveria ter – literatura, pedagogia, secretariado, enfermagem. A guerrilha liga-a à guerra e não à paz. Venceu a tortura: é forte demais ou mentiu. No primeiro caso, má mulher, no segundo, uma mulher má. Venceu um câncer, vence demais; terá mesmo vencido, é possível vencer tanto assim?

O alarde espalhafatoso em torno de seu passado guerrilheiro e algum silêncio a respeito disso no percurso de Serra – lembrado e relembado por estar em exílio no Chile, sem que se pergunte exatamente fazendo o quê, por quê, a qual organização política pertencia, etc. é outro indicador seguro de que é em tudo desconfortável a candidatura de uma mulher para a presidência da República. E se a constatação poderia parecer uma platitude, parece haver uma disposição a se ignorar os artificios disso. Guerrilha-tortura: o espaço semântico em que se movimenta a discussão a respeito do passado político da candidata remetem à carreira militar. Ainda que no conjunto das carreiras dirigentes esta seja dominada, é também a de mais apelo à virilidade – tangível no recrutamento, no poder de que se vê investido seu representante, da força a que é associado entre outras prerrogativas típicas do quartel. Digamos tudo, com poucas palavras: nem a guerra, nem a política, são espaços típicos femininos, senão em ocupações subordinadas que lhe cabem. Notável na construção social do *contraste* homem-mulher, com papéis invertidos, acima mencionado, foi o episódio da dramatização de Serra por ter sido acertado por uma “bolinha de papel” – na boca

pequena, ela é mais “macho” que ele. Imbróglcio curioso que em alguns momentos significou colocar em confronto atributos de covardia e coragem num e noutro – ele se refugiou em 1964/covardia; ela ficou e foi torturada/coragem. Ainda que essa invertida jogasse contra Serra, estava coerente no conjunto da construção social de sua figura, a respeito do que, vale assinalar: a associação a Cristo/fragilidade física – em santinhos distribuídos na campanha – não encerra apenas o apelo à religiosidade popular, mas à inversão homem-frágil, mulher-forte, anti-Cristo/demoníaca.

Sendo cria de dois homens, ela é incapaz de pensar por si própria, mas pretende ser presidente: má filha que se desprende do pai. Descuidada da “casa” civil da qual era chefe – ao colocar Erenice Guerra, “Dilma de Dilma”, onde não deveria – não deve sair à rua. Retomando o mote do aborto: também é má mãe. Em suma: deslocando-a do lugar masculino, colocando-a no lugar feminino, ela o desempenha mal – quem não governa a casa é incompetente para o governo do Estado, no dizer da campanha adversária: “Ela não vai dar conta”; “O Brasil pode mais”. Seria preciso ignorar o óbvio para não atinar o nexo: patriarcalismo, patrimonialismo e privatismo apostam na indiferenciação entre administração da vida privada e da vida pública. Em xeque, mais uma vez, a famigerada modernidade.

Como não poderia deixar de ser, a centralidade da divisão sexual do trabalho também se manifestou em programas humorísticos destinados a grande público e relativamente descompromissados de vínculos partidários. Ao acompanharem as celebridades da política no dia de votação para o primeiro turno, um programa humorístico perguntou para Fernando Henrique Cardoso: “nestas eleições, qual é o seu homem, Serra ou Dilma?”. Ele riu e disse: “mas só há um homem” [CQC, ao ar em 03 de outubro de 2010]. Na cobertura humorística após um dos debates, Sabrina Sato indagou Dilma: “estão dizendo que vai se sentir falta de uma primeira dama, você vai arranjar um namorado”. E obteve a resposta: “Eu não acho imprescindível uma primeira dama quando nós tivermos uma primeira presidente” [“Pânico”, ao ar em 24 de outubro de 2010].

Os indicadores que confirmam a centralidade da divisão sexual do trabalho nesta campanha poderiam ser multiplicados. Em entrevista a jornal televisivo, questionado a respeito da educação em São Paulo, José Serra defendeu a presença de duas professoras nas salas de aula, evidenciando sua atenção para o setor e ressaltando a relevância da alfabetização, em suas palavras, “a segunda professora

é uma jovem universitária estudante de pedagogia”. Em fase de conclusão deste artigo, ocorreu um ato político em Uberlândia, em apoio a Serra, no qual o candidato delegou a seguinte tarefa a suas eleitoras: “Se é menina bonita, tem que ganhar 15 votos. É simples, faz a lista dos pretendentes e manda um email dizendo que terá mais chances contigo aquele que votar 45”.

Mais uma vez: divisão sexual do trabalho político de campanha; vetado o espaço público do diálogo entre iguais para as mulheres; estas – neste episódio, não assumem – são instruídas a assumir seu papel feminino: valer-se dos atributos físicos (beleza), dos suportes “virtuais” (emails), e, aceitando ativamente sua inferioridade, devem repô-la, participando do processo político com recursos inferiores, de seres menos inteligentes (“é fácil”), menos aptos para o exercício da política: a sedução. Esse ponto valeria outro artigo, mas como passo tangente a ele, menciono – esse último episódio “rebaixa” apenas mulheres, mas a todos, retirados, por princípio da competência requerida para o diálogo no espaço público. O alarde em torno da religiosidade, tudo indica, seguiu esta linha.

A biografia dos dois candidatos está ligada à intensificação dos processos de modernização pelo qual a sociedade brasileira passou da década de cinquenta até o presente. A segmentação dos setores produtivos, o crescimento do mercado da produção de cultura e processos econômicos e sociais correlatos possibilitaram tanto a presença das mulheres em espaços que anteriormente eram exclusivos masculinos, como alimentaram esperanças relativas à chamada “revolução dos costumes”, que, em linhas gerais apostou, de diferentes maneiras na superação das assimetrias sociais – incluídas aí, as de classe e as de sexo (RIDENTI, M., 2010). Até onde posso compreender, nem modernidade, nem “revolução dos costumes” vingaram. Mas, por acreditar que *a dominação mais eficaz é aquela que não é reconhecida como dominação*, quis contribuir para a reflexão a respeito desse fracasso elegendo um agente social (a mulher) e um aspecto de sua interação na sociedade inclusiva (a divisão sexual do trabalho). Ciente de que sequer me aproximei das numerosas tarefas e mulheres que recusam-se, na prática, a serem ativas no processo social que as faz inativas e silenciadas; e de que ficou fora de meu recorte muitas outras figuras femininas de destaque – mormente Marina Silva –; ainda assim acredito que o problema mais amplo e o enquadramento tenham algum valor.

*

Uma historiadora que goste de Sociologia tem contas a acertar ao se aventurar por domínio disciplinar que não é o seu e por se atrever a examinar um tempo que não é o privilegiado pelo seu *métier*.

Quanto ao primeiro acerto, gostaria de me irmanar à concepção de que a Sociologia, filha da modernidade, entende o desenvolvimento da autoconsciência social como um dos passos necessários contra tendências regressivas, definidoras dessa mesma modernidade. Por isso, o rechaço à disciplina – seja por ignorá-la, seja por defesa do território de disciplina concorrente – acredito, deva ser contornado se possível, enfrentado se necessário. Ele parece análogo aos que cortam a machado a apreciação das dimensões de classe na localização profissional, política, etc.; bem como aos que em nome da biologia, da “natureza” possuem um repertório inesgotável de ideias feitas a respeito dos motivos pelos quais as mulheres estão onde estão e os homens também. Manifestações típicas das tendências regressivas a que procurei aludir, vale a confissão, se o texto não bastar, de que me oponho a elas, venham da cor ideológica que vierem. Se as paixões políticas dificultam o exame mais objetivo dos fenômenos recentes, são precisamente elas que convocam esta tentativa: é a aposta nos valores da civilização moderna como freios à barbárie que ela instaura que obriga a reflexividade. Ademais, vale acrescentar, se o texto não o disser por si próprio: fiz questão de terminar este artigo antes do desfecho do processo eleitoral, auto-imposição como prova de que a última coisa que tenho em mira nestas linhas é imaginar esse desfecho, que, seja qual for, não parece desmentir a análise.

Ainda no que diz respeito ao domínio sociológico, um *mea culpa*. Num trabalho de mais fôlego valeria investigar como o corpo da própria candidata Dilma Rousseff foi trabalhado esteticamente buscando difícil equilíbrio entre tensões que – seguramente – não esteve de fora do cálculo daqueles que a vestiram, maquiaram, operaram. Contudo, um exame desse tipo, tomando o corpo como suporte do *habitus*, se talvez atinasse para a a-sexualização, notável se comparada com a apresentação de uma Marta Suplicy, por exemplo, requereria também a consideração de outros elementos – como as numerosas mudanças de aparência em função da doença enfrentada por ela, o que estaria além dos limites desse texto e de minha competência.

Quanto ao segundo acerto, evoco Marc Bloch, em seu *Métier d'historien*. Dentre as assertivas desse livro de cabeceira, vale destacar

sua ironia com relação aos que “almejam poupar à casta Clio contatos demasiado ardentes”: “o erudito que não tem gosto por olhar em torno de si, nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos (...) agiria sensatamente se renunciasse ao título de historiador”.

Possivelmente nos seja contraposto, numa verve frankfurtiana, que pode desmontar ponto por ponto dos argumentos mobilizados acima: “a racionalidade que rege o mundo masculino (...) produz e é produzida pelo trabalho alienado, que cria uma visão alucinatória de um mundo preenchido por objetos cujo sentido se perdeu”. Nesse sentido, no mundo em que “houve uma queda de todos os valores em ‘valor de troca’, todos os valores que se opõem e negam os da produtividade, ou que no mínimo os colocam em questão, como os mitos sociais e coletivos da beleza da mulher, os da felicidade improdutiva que ela promete, da sensualidade gratuita e sem um fim preestabelecido podem se tornar explosivos”, especialmente, “se a caricatura de erotismo e sensualidade que o mundo do Capital oferece na forma de mercadorias eróticas se tornar uma exigência real”. Se assim o for, valeria afirmar os valores “femininos” em protesto ao “esquecimento do prazer” que “renuncia aos direitos de Eros” (MATOS, O., 1989, p. 134-135). Estamos de acordo. Mas há que se ponderar: os atributos do feminino, *no interior da reprodução social*, são dispositivos que repõem a dominação masculina (BOURDIEU, P., 1998). E, assim sendo, há que se indagar se a “promessa de felicidade do feminino” – “imaginário social irrealizado e reprimido que é fonte de qualquer transformação social” (MATOS, O. 1989) – consistindo em algo irrealizado, não se torna algo reprimido e simultaneamente repressor, isto é, instaurando o regresso no projeto da emancipação, dos sexos e do “capital”. O nó é sobejamente conhecido – afirmação do particularismo ou do universalismo – e a obrigação de escolher um ou outro talvez seja mais afeita às lutas políticas que à análise. Parece-me que estamos – homens e mulheres, pois a emancipação, como a dominação, é fruto da interdependência dos sexos – numa bifurcação em que ambas as ruas são sem saída.

Agnaldo, Carlos, Danilo, Uiran, Ramone, Paulo, Francini, Rosinha, Ruth, Camila leram uma versão amalucada deste texto e sou grata a todos pelos comentários e incentivo para fazer rodar o argumento, também recebido de Lincoln, que pacientemente ouviu minhas tergiversações a respeito do assunto. Igualmente estimulante foi a participação de Heloísa Fernandes e Laura de Mello e Souza no ato realizado na Faculdade de Filosofia da USP (25 de outubro

de 2010) e se menciono esse evento junto a meus agradecimentos é porque no conjunto encerram um dos sentidos da análise que propus. Filhas de dois homens que são a alma da instituição, e apresentando-se como tais, até onde pude compreender, buscando enquadrar o episódio no esquema que delineei, ao assumirem suas posições políticas de maneira autônoma, mas não divergentes das de seus pais, deram a contraprova que me faltava. O espaço era público, a apresentação das posições não recorria a subterfúgios propiciados pelas mídias supramencionadas, o uso da palavra, no qual tomaram parte ancorava-se em seus percursos profissionais e na memória das lutas de seus pais, ligando ambas à tradição sem que isso implique conservadorismo – elementos que indiscutivelmente contrastam com a divisão sexual do trabalho exposta anteriormente, em que a mescla do “hiper-moderno” trazia o recalque do retrocesso. William sabe por que esse texto só pode ser assinado em parceria com ele, e eu sei por que ele não faria questão desta menção. Nem tudo cabe em palavras, o resto se resume em uma: *utopia*.

Bibliografia

BLOCH, M. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975, 3ªed. [1954].

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*, vol. I e II. São Paulo: Globo, 2008, 5ª ed. [1964].

KEHL, M. R. “Mulheres em transformação, homens em crise”. Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/06/30/integra-mulheres-em-transformacao-e-homens-em-crise-maria-rita-kehl/>

MATOS, Olgária. “Masculino e feminino”. Revista USP, julho-agosto, 1989.

MELLO e SOUZA, G. *O espírito das roupas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1950].

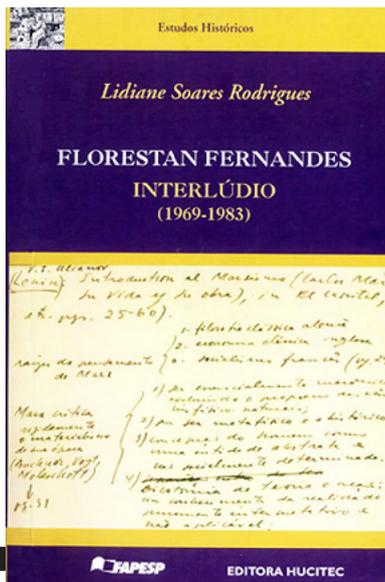
NOVAIS, F.; CARDOSO de MELLO J. M. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In. MELLO e SOUZA, L.; NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil, v. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIDENTI, M. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2010.

FLORESTAN FERNANDES

Interlúdio (1969-1983)

Lidiane Soares Rodrigues



Neste livro, a autora procura reconstituir a elaboração de uma modalidade de atuação política para os intelectuais compreendida por Florestan Fernandes, entre os anos de 1969 e 1983. Trata-se de um momento em que o sociólogo esteve desvinculado da instituição universitária, da qual a aposentaria compulsória imposta pelo regime autoritário o arrancou, e empenhado num de retiro da vida pública, refúgio que chamou de “gaiola de ouro”, e ela, de interlúdio. No cultivo dessa rejeição ao mundo, o autor dedicou-se à autorreflexão, parcela considerável da

obra então produzida nasce sob o signo dela – são balanços de sua trajetória intelectual, da Sociologia e dos impasses da formação das ciências sociais no Brasil – e da liberação da coerção discursiva que os campos institucionais promovem. Por meio do exame desse conjunto de textos, sobressai-se na obra do autor o tema que é centro gravitacional dos estudiosos da obra e trajetória do sociólogo: o equacionamento de sua atuação acadêmica e política.



Editora HUCITEC



Mulheres iranianas

As Relações entre o Irã e o “Ocidente”

Sob o Véu Mistificador da Doutrina do Choque de Civilizações

Arlene Elizabeth Clemesha¹

Professora de História Árabe (DLO-FFLCH/
USP) e Diretora do Centro de Estudos
Árabes da USP

No atual contexto ideológico mundial - onde não é mais a Guerra Fria, mas a Guerra ao Terror e a doutrina do Choque de Civilizações, que vêm justificar as sucessivas investidas norte-americanas pela hegemonia mundial - o Irã surge cada vez mais como símbolo da negação de tudo que o “Ocidente” supostamente representa: democracia, direitos humanos e liberdades individuais, além de outros valores autoproclamados.

Para Samuel Huntington - pai da doutrina do Choque de Civilizações -, a velha política, que se dava ao redor do conflito entre grupos ideológicos como o “primeiro, o segundo e o terceiro mundos”, deu lugar a conflitos mundiais entre blocos culturais antagônicos (1993). As grandes divisões da humanidade, diria Huntington, e as principais fontes de conflito, seriam agora culturais. Segundo a visão de Huntington, que por sua vez se apóia nos escritos de Bernard Lewis (1990), o Islã seria uma civilização “homogênea e monolítica”, definida por seu “antiocidentalismo, ódio irracional e inextirpável ao ocidente”.

Para tomar um exemplo, a relação entre o Estado de Israel e o Irã passa a ser vista não por sua real natureza de disputa pelo poder militar no Oriente Médio, mas como o embate entre a “única democracia da região” e uma “teocracia antiliberal, fanática e ameaçadora”. Com a vantagem de que, colocado nesses termos, “o alinhamento dos Estados ocidentais a Israel não é mais uma questão de escolha ou interesse político genuíno” (Parsi, 2006).

O próprio programa nuclear iraniano, originado no final da década de 1950, só passou a ser combatido pelos Estados Unidos após a substituição do governo colaboracionista do *Shah* Mohammed Reza Pahlavi, pelo regime politicamente opositor do *Aiatollah* Khomeini, em 1979. Antes disso, o Irã comprava combustível nuclear dos Estados Unidos, erguera seu primeiro Centro de Pesquisas Nucleares de Teerã (em 1967) com apoio norte-americano, e planejava a construção de até 20 usinas nucleares por orientação de uma pesquisa de 1974 do *Stanford Institute* que indicava que o país necessitaria produzir 20.000 megawatts de energia atômica até o ano 1994. O Irã foi também um dos primeiros signatários do Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1968, aderindo em 1974 ao *Safeguard Agreement* da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Ou seja, com a perspectiva de grandes lucros oriundos da venda de combustível nuclear para a operação dos reatores iranianos, os Estados Unidos defendiam e impulsionavam seu programa nuclear.

A partir de 1979, os Estados Unidos começaram a pressionar no sentido contrário. Suspenderam o apoio, barraram a cooperação iraniana com empresas francesas e alemãs, e impediram o estabelecimento de acordos de cooperação nuclear com países como a China, África do Sul e Argentina, alegando que o programa nuclear iraniano tinha finalidade bélica.

No entanto, os inspetores da AIEA, que monitoram intensamente toda atividade nuclear iraniana desde 2002, não encontraram até a presente data evidência da capacidade iminente de produção de armas nucleares no Irã. Em 2003, para tentar reverter o crescimento de um consenso mundial contrário ao programa de enriquecimento de urânio no Irã, o governo desse país empreendeu um diálogo com a França, Alemanha e Grã-Bretanha, para construir confiança baseada na transparência e no acesso às plantas nucleares. Ao mesmo tempo, assinou e implementou o Protocolo Adicional ao TNP, e abriu as portas a uma das inspeções mais rigorosas e completas na história da AIEA.

Finalmente, com base no modelo fornecido pelos especialistas da AIEA, o Irã propôs converter as facilidades nucleares em complexos regionais ou multinacionais, “o que fornece o maior grau de transparência na medida em que permite às partes envolvidas participar da propriedade e operação dessas plantas” (Zarif, 2007: 86).

Desde pelo menos 2002, os Estados Unidos pressionavam a AIEA a encaminhar ao Conselho de Segurança (CS/ONU) um pedido de sanções contra o Irã devido a seu programa nuclear. Mas o apoio da Rússia e China ainda tinha que ser construído. Em outubro de 2005, uma votação dividida na AIEA (órgão acostumado a operar por consenso), com 22 a favor, 1 contra e 12 abstenções, concluiu que o Irã não respeitava o TNP mas ainda se mostrava receoso da crescente pressão europeia e norte-americana sobre o país. No entanto, antes mesmo de serem aprovadas as sanções, o simples envolvimento do Conselho de Segurança já tinha o efeito de transportar a questão para o nível da confrontação.

Finalmente, em julho de 2006 o CS/ONU aprovou a resolução 1696, declarando sua falta de confiança na capacidade da AIEA de garantir o caráter pacífico do programa nuclear iraniano, exigindo o fim imediato do enriquecimento de urânio, e estabelecendo, pela primeira vez, a aplicação de sanções econômicas e diplomáticas ao Irã. Em 2010, como se não bastasse o Conselho de Segurança da ONU ter aprovado uma nova rodada de sanções contra o Irã, a União Europeia impôs em seguida, segundo fontes da BBC, as mais duras sanções jamais adotadas pela UE contra qualquer país, enquanto lideranças políticas norte-americanas debatiam se deviam ou não apoiar oficialmente um ataque israelense àquele país.²

Segundo o ex-embaixador do Irã na ONU, Mohammad Javad Zarif, o imenso volume de atividade diplomática norte-americana direcionada a amedrontar e alinhar os países em uma coalizão anti-iraniana tornou-se “a pedra central de uma estratégia para resgatar as políticas fracassadas dos Estados Unidos na região” (2007). De acordo com artigo no *Wall Street Journal*, o espectro da “ameaça da ascensão do Irã tornou-se para os Estados Unidos uma espécie de cimento diplomático... para remendar uma aliança destinada a consertar não apenas o Iraque, mas também o Líbano e o conflito palestino” (Jaffe e King, 2007).

O Irã possui uma demanda real de energia alternativa e não oriunda do petróleo ou do gás natural, não apenas porque

estes são recursos esgotáveis, mas para que o país possa aumentar suas divisas da exportação desses recursos naturais. A produção de 20.000 megawatts de energia nuclear até 2020 economizaria ao país 190 milhões de barris de petróleo todo ano, ou quase 14 bilhões de dólares ao ano. É significativo que os mesmos governos que hoje questionam o programa nuclear iraniano, apoiavam-no ativamente e competiam por suas ações há 40 anos, quando a população iraniana e as demandas de energia eram muito inferiores ao que são hoje, e a produção e exportação de petróleo, muito maiores.

Vale lembrar que o acordo nuclear Brasil-Turquia-Irã, firmado em maio de 2010, foi imediatamente desqualificado pelos Estados Unidos em nome da aprovação de mais uma rodada de sanções contra o Irã no Conselho de Segurança da ONU. As novas sanções foram aprovadas pelo CS/ONU em 9 de junho de 2010 (Res. UNSC/1929), mas o que passou a ocupar o maior espaço da grande mídia foi o caso da sentença de morte por apedrejamento de Sakineh Mohammadi Ashtiani, iraniana de origem azeri, 43 anos, julgada culpada em 2006 por traição e depois por participação na morte de seu marido.

O acordo diplomático brasileiro-turco-iraniano foi rapidamente esquecido pela mídia e as sanções tampouco são debatidas. Tornaram-se problema exclusivo do povo iraniano, obrigado a lidar com o recrudescimento do seu castigo coletivo. Mas o caso de Sakineh Ashtiani, cuja pena foi transformada em morte pela força, continua ganhando as manchetes.

O caso Sakineh e a doutrina do “direito de intervir”

Por mais abominável que seja a condenação de Sakineh, e por mais importante que seja tentar salvar sua vida, o que chama atenção é que a mídia se mostre tão indignada perante essa pena de morte, mas complacente e até mesmo indiferente diante das execuções nos Estados Unidos, ou outras formas de graves violações de direitos humanos em países ocidentais ou aliados dos ocidentais.

Após a alteração da sentença de Sakineh, da morte por apedrejamento à morte na força, o ministro do Exterior da Grã-Bretanha, Alistair Burt, disse que qualquer ação para executar Ashtiani seria “totalmente inaceitável”, enquanto a ministra das Relações Exteriores da União Europeia, Catherine Ashton, segundo sua porta-voz, “exige que o Irã suspenda a execução e altere a sentença” (BBC Brasil, 02/11/2010).

Pouco antes, o editorial da *Folha de São Paulo* de 22 de julho, “Diálogo de Surdos”, afirmava que as tentativas até então frustradas de convencer o Irã a revogar a pena de morte por apedrejamento de Sakineh Ashtiani seriam “emblemáticas das diferenças entre o Ocidente e o mundo islâmico”. Não havia, segundo esse veículo de comunicação, bases para o diálogo. O caso Sakineh viria comprovar, para todos os efeitos, a divisão do mundo entre “Ocidente” e “Oriente”, em linhas demarcadas, fixas e intransponíveis. O Ocidente, supostamente “defensor dos direitos humanos”, possuiria valores mais avançados que o Islã. Por mais que o editorial tenha ao mesmo tempo criticado Samuel Huntington, reproduziu a mesma ideia central desse autor ao descrever Islã e Ocidente como duas entidades fixas e monolíticas, cujas linhas imaginárias de divisão seriam também aquelas de conflito. A visão de mundo orientalista expressa por esse editorial não se distingue do orientalismo reciclado pela teoria do Choque de Civilizações.

Em artigo recente na *Carta Maior*, Francisco Teixeira tece uma série de críticas pertinentes ao governo iraniano, faz referência à importante luta interna iraniana por direitos humanos, mas parece valer-se do mesmo paradigma do “choque de civilizações” quando, entre outras coisas, afirma que “a questão das liberdades civis e do reconhecimento dos direitos humanos no Irã (e por extensão em todos os países muçulmanos) impõe um debate bastante duro e sério sobre o convívio entre as civilizações no mundo moderno” (2010). O autor elabora retoricamente um problema de direitos humanos comum a todos os países islâmicos, supostamente pertencentes a um mesmo “bloco civilizacional” retratado como atrasado e problemático por suas características intrínsecas. No entanto, como diria Edward Said, há um mundo de diferenças entre o Islã no Egito e o Islã na Indonésia (2001). Sendo que, em matéria de defesa dos direitos humanos o “Ocidente” não prima pela coerência. Como anunciou Umberto Eco, “o mundo protesta contra pena de morte no Irã mas não se opõe à injeção letal nos EUA” (2010). Além de Guantánamo e Abu Ghraib, lembremos os ilegais “assassinatos dirigidos” e os mais de 7.000 prisioneiros políticos mantidos pelo Estado de Israel, muitos dos quais na categoria de “presos administrativos”, sem acusação formal ou processo na justiça. Os demais aliados norte-americanos da região, como Egito, Arábia Saudita e Jordânia também possuem vastos repertórios de abusos de direitos humanos, sem por isso tornarem-se alvo da crítica mundial.

Outro indício de que o objetivo é antes isolar o Irã, do que apoiar os setores do país que lutam por mudanças, é que a atenção dada ao abuso de direitos humanos no Irã não costuma vir acompanhada de informação sobre a resistência interna, ou o debate interno, existente no país em torno do problema. Como lembra a advogada e ativista de direitos humanos Mehrangiz Kar, que durante 22 anos advogou no Irã, “há um movimento de protesto no Irã que luta para acabar com essas práticas. Dele participam inclusive alguns clérigos, que infelizmente, por não estarem vinculados ao governo, não têm nenhuma autoridade. Eles pregam uma reforma no nosso sistema legal sem que isso signifique insultar o Islã” (Rossetti, 2010).

Segundo Shirin Ebadi, advogada iraniana e premio Nobel da Paz, o apedrejamento tem sido criticado, há muito tempo, por uma série de juristas islâmicos, notadamente Aiatollah Yousef Saanei. Acreditam que tais punições eram correntes na península árabe no período de advento do Islã, ou seja, no século VII, “mas observam que o Corão não faz nenhuma menção ao apedrejamento, defendendo assim que o Estado passe a adotar penas mais leves e adaptadas aos dias de hoje, como multas ou a prisão” (Ebadi, 2010).

Lembremos ainda que a pena por apedrejamento chegou a ser completamente suspensa durante o governo do Presidente Khatami (1997-2005), mesmo sendo ele *Hojjat al-Islam*, e filho de *Aiatollah* (Cf. Abrahamian, 2008: 187).

Para além da falta de divulgação e conhecimento da luta pelos direitos humanos e reformas políticas dentro do Irã, o fato é que a retórica de guerra dos Estados Unidos e da Europa, bem como as sanções aprovadas pelo CS/ONU, atrapalham o avanço de todo movimento interno de contestação ao regime, notadamente a luta por direitos humanos.

Ao não se dar voz aos que lutam por mudanças no Irã, transmite-se a concepção segundo a qual a solução passaria por algum tipo de intervenção, pressão ou “castigo” da comunidade internacional. Por trás disso está a noção enraizada (por séculos de colonialismo e o discurso etnocêntrico que sempre o acompanhou) de que os iranianos precisam do “Ocidente” para avançar, para seu bem e proteção contra suas próprias crueldades. Nesse contexto, a propaganda gerada em torno ao caso Sakineh ganha uma importância estratégica mundial, ajudando a criar uma opinião pública que poderá ver com olhos favoráveis um ataque ao Irã e, eventualmente, uma intervenção para a mudança de regime.

Como explica a antropóloga Lila Abu-Lughod, aqueles que pesquisam o governo britânico no sul da Ásia ao longo dos séculos XIX e XX, podem notar a ampla utilização da questão da mulher nas práticas colonialistas, como forma de justificar a colonização. Percebe-se, ao mesmo tempo, que a ideia de salvar outras mulheres reforça o sentimento de superioridade dos interventores ocidentais, “uma forma de arrogância que deve ser questionada”. Para as feministas afegãs, por exemplo, a emancipação da mulher deveria ocorrer dentro do marco do islamismo e não através do combate ao Islã. Elas tendem, inclusive, a olhar para o Irã como modelo de país islâmico onde as mulheres estão alcançando notável progresso, com uma ampla alfabetização, diminuição da taxa de natalidade, presença das mulheres nos postos de trabalho e no governo, bem como nos campos de cultura e arte como a escrita e a realização de filmes. Ao mesmo tempo, a permanência de injustiças contra a mulher é objeto de análise e crítica das mulheres desses países, que estão longe de ver, seja a intervenção externa, seja a laicização, como solução para a condição da mulher nos diferentes países islâmicos. Para Abu-Lughod, um primeiro passo na direção necessária seria “romper com a linguagem das diferentes culturas, seja para compreender ou para eliminá-las. Trabalho missionário e feminismo colonial pertencem ao passado”, diz a autora (2002: 783-970).

O tratamento conferido pela imprensa e pelas lideranças políticas norte-americanas e europeias, ao caso Sakineh, tem sido não apenas parcial, mas expressão de uma concepção de mundo etnocêntrica, que possui, deve-se notar, uma longa tradição na utilização da questão da mulher para justificar a intervenção, ocupação, e dominação externas. Sendo que, não devemos menosprezar a importância que os Estados Unidos atribuem à criação de um consenso anti-iraniano. Após a ocupação do Iraque, efetuada sem o aval da ONU, a um enorme custo político-ideológico e militar, os Estados Unidos dificilmente poderão sustentar um novo ataque unilateral. Por isso, inclusive, tanta irritação da Secretária de Estado Clinton com o acordo Brasil-Turquia-Irã. Apesar do acordo basicamente repetir os termos oferecidos ao Irã pela AIEA em outubro de 2009, ele indicava - pelo fato de ter sido firmado com a Turquia e o Brasil, no momento em os Estados Unidos preparavam novas sanções no CS-ONU -, mais uma vez, que não se havia chegado a um consenso pelo total isolamento daquele país. A própria ideia de que era possível chegar a um acordo com o Irã constituía uma ameaça à política isolacionista norte-americana.

A exaltação da crença na existência de diferenças culturais e civilizacionais insuperáveis vem acompanhada da defesa do chamado “direito à ingerência externa”, doutrina política que elabora a ideia segundo a qual as potências industriais dos Estados Unidos e da Europa não só têm o direito como o dever moral e político de intervir em países ou regiões onde supostos valores universais, como a democracia e os direitos humanos, são desrespeitados.

Ou seja, transformam-se valores como direitos humanos e democracia, além de ecologia e livre mercado, em “valores universais” e recorre-se a eles para criar um consenso e justificar algo que não é tão fácil de ser aceito, que é a ingerência externa ou, fundamentalmente, “o reconhecimento de que os Estados estrangeiros podem violar a soberania nacional de outros países”. Em 1999, o então secretário-geral da ONU, Kofi Anan defendeu, diretamente, a limitação da soberania em favor dos direitos humanos. Sendo que foi justamente a Guerra do Golfo que “abriu caminho à consolidação do *droit d'ingérence humanitaire*” (Bandeira, 2007: 15 e 18).

Lamentavelmente, ignora-se que os efeitos mais prováveis de um ataque externo seriam arruinar a luta iraniana por democracia e direitos humanos, encorajando a população, todo o espectro político incluído, a alinhar-se ao governo na defesa da nação. Os defensores da guerra, que afirmam que ela criaria revolta interna e encorajaria a população a lutar contra o regime, claramente ignoram a história, a realidade atual, e o nacionalismo iranianos. Ainda no que diz respeito aos efeitos de um ataque, vale lembrar que iniciar uma guerra é a melhor maneira até hoje conhecida e comprovada de se criar as condições para o desrespeito aos direitos humanos.

Notas

1. Arlene E. Clemesha, PhD, é Professora de História Árabe (DLO-FFLCH/USP) e Diretora do Centro de Estudos Árabes da USP. Autora dos livros *Marxismo e Judaísmo* (Boitempo/Xamã), *Palestina 48-08* (Teerã, em idioma farsi), entre outros livros e artigos relacionados ao tema, e tradutora de Edward Said. É representante da sociedade civil brasileira em reuniões da ONU pela defesa dos direitos do povo palestino.
2. Entre 2005 e 2006, enquanto os relatórios do *National Intelligence Estimate* ou aqueles da IAEA concluíam que o Irã não possuía tecnologia para produzir armas nucleares antes de 2015, o *Chief of Staff* do exército israelense, Dan Halutz, declarava que “o Irã atingirá o ponto do não-retorno e poderá produzir armas nucleares em três meses” (*Apud* ZARIF, 2007).

Bibliografia

ABRAHAMIAN, Ervand. *A History of Modern Iran*. Cambridge: University Press, 2008.

ABU-LUGHOD, Lila. Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. *American Anthropologist*, New Series, vol. 104, no. 3, setembro 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Apresentação*. In: Immanuel Wallerstein. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

EBADI, Shirin. When adultery means death. *The Guardian*. 7 de agosto 2010. <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/aug/07/iran-sakineh-mohammadi-ashtiani>

ECO, Umberto. Mundo protesta contra pena de morte no Irã mas não se opõe à injeção letal nos EUA, UOL, Trad. de Eloise De Vylder 11/10/2010.

HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, no 72, verão 1993.

JAFFE, Greg e KING, Neil. US Courts Allies Support on Iran. *Wall Street Journal*, 16 jan. 2007. In: ZARIF, M. J. Tackling the Iran-US Crisis. *Journal of International Affairs*, vol. 60, no 2, Nova Iorque: Columbia University, verão 2007.

LEWIS, Bernard. The roots of Muslim rage. *The Atlantic Monthly*, no 266, setembro 1990.

PARSI, Trita. Under the Veil of Ideology: The Israeli-Iranian Strategic Rivalry. *MERIP*, 9 de junho 2006. Veja <http://www.merip.org/mero/mero060906.html>

ROSSETTI, Carolina. No caminho das pedras, *O Estado de São Paulo*, 17 de julho 2010.

SAID, Edward W. *Reflexions on Exile and other Literary and Cultural Essays*. Nova Deli: Penguin, 2001: 569-592.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Sakineh ou repensar a condição humana. *Carta Maior*. 20/09/2010. http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4788&boletim_id=762&componente_id

ZARIF, Mohammad Javad. Tackling the Iran-US Crisis. *Journal of International Affairs*, vol. 60, no 2, Nova Iorque: Columbia University, verão 2007.



Cana-de-açúcar

Reforma Agrária e subdesenvolvimento: a experiência revolucionária de Cuba

Joana Salém Vasconcelos
Historiadora e Mestranda em Desenvolvimento
Econômico (UNICAMP)

Em 1948, a CEPAL surgiu como novidade no cenário do pensamento econômico mundial. O grupo de economistas reunidos a partir desta peculiar instância da ONU formulou um programa econômico original para a região latino-americana, viabilizado como “programa continental” devido às características estruturais (históricas e produtivas) compartilhadas pelas formações nacionais da América Latina. A principal delas, já identificada por autores marxistas e não marxistas desde o século XIX, era a dependência econômica e cultural que América Latina vivia em relação aos “países do norte”.

O conceito de *subdesenvolvimento* elaborado pelos economistas da CEPAL é uma chave posteriormente desdobrada pela teoria da economia-mundo (ou sistema-mundo), síntese de Immanuel Wallerstein para explicar a estrutura e a dinâmica do capitalismo mundial, a partir de seus intrínsecos desequilíbrios internacionais. A teoria do sistema-mundo define com eficiente didatismo os distintos papéis que cada país ou região ocupam no cenário das trocas, da produção e do domínio financeiro. As funções reprodutoras, nacionais e regionais, do circuito de realização do capital em escala mundial (centros, periferias, semi-periferias) expressam uma articulação desigual e combinada.

Apesar de não podermos considerar marxistas os economistas da CEPAL, o organismo absorveu uma forte identidade de “periferia” do capitalismo. Por isso politizou a teoria econômica ainda mais que o keynesianismo. Seu propósito, na década de 50 em diante, passou a ser diagnosticar o cenário macroeconômico latino-americano e formular hipóteses de desenvolvimento que livrassem o continente da condição de dependência estrutural. Em suma, a missão da CEPAL foi *desenvolver a periferia a partir do planejamento econômico*, se contrapondo à instabilidade gerada pela doutrina liberal. Por isso, alguns objetivos da CEPAL coincidiram com propósitos socialistas.

O subdesenvolvimento pode ser definido, basicamente, por algumas características, das quais destaco quatro. Em primeiro lugar, a herança colonial da economia latino-americana fez perdurar a condição de dependência de um centro dinâmico fora de alcance, localizado nas economias industriais. Apesar de alguns ciclos de industrialização, como no Brasil das décadas de 30 e 50, a tonalidade predominantemente agro-exportadora das economias da região produziu um sistema com alta dependência da flutuação dos preços internacionais e da inelástica demanda dos compradores. Um segundo elemento, é o crescimento desarticulado e desequilibrado das economias periféricas, gerando disparidades sociais sem precedentes. O caráter “espontâneo” do crescimento é a resposta irrefletida às condições favoráveis ou desfavoráveis do centro econômico mundial, e não fruto de demandas endógenas. Essas disparidades possuem forte impacto geográfico: retalham países por dentro gerando permanentes fluxos migratórios. Terceiro, o subdesenvolvimento foi caracterizado por um mercado de trabalho extremamente populoso, como herança histórica do escravismo ou da encomienda: permanente pressão do excedente estrutural de mão de obra sobre os salários. Um quarto fator do subdesenvolvimento foi a tendência à deterioração dos termos de troca. O baixo valor agregado das mercadorias primário-exportadoras gera a ânsia dos grandes produtores para ampliar a produtividade e a viabilidade comercial. Essa tendência produz aumento da oferta, e conseqüente queda de preços. Ao contrário, os produtos industriais produzidos pelas economias do centro contêm maior valor agregado, e o crescimento desequilibrado das economias periféricas aumenta a demanda para importação, aumentando preços. Esse ciclo descoordenado de crescimento da oferta dos produtos primários e da demanda dos produtos industriais constitui a tendência à deterioração dos termos de troca, que tanto lastima as economias periféricas, as impelindo ao endividamento crônico para “sanar” os déficits comerciais.

Ora, se o subdesenvolvimento esteve definido a partir da divisão internacional do trabalho, na qual as economias latino-americanas ocupavam o espaço primário-exportador, este grupo periférico nunca foi homogêneo. Nos anos de 1960, Celso Furtado (1969: 62-4) define 3 diferentes categorias de países primário-exportadores de nosso continente: os de produtos agrícolas de clima temperado, os de produtos agrícolas de clima tropical, e os exportadores de produtos minerais. Os critérios soam a grosso determinismo climático, mas expressam uma diferença talvez mal nomeada, que foi visível na metade do século passado, entre as periferias latino-americanas. Não serve para análise do presente, mas para visualização histórica das especializações destas periferias. O primeiro grupo, de clima temperado (Uruguai, Argentina), se caracterizaria pelo uso extensivo das terras com a criação de um sistema de transportes que unificou o mercado interno. Estavam integrados aos setores mais avançados da economia mundial, absorvendo tecnologia agrícola da Europa. O segundo grupo, de clima tropical (Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, México, Caribe e América Central, somando mais da metade da população latino-americana) por sua vantagem da maior produtividade da terra, não exigiu o desenvolvimento técnico de infraestrutura econômica moderna e não absorveu alta tecnologia agrícola como o primeiro grupo. Possuiriam a marca das monoculturas do açúcar, do tabaco, do cacau e do algodão, que em ciclos especializados cresceram e esmoreceram, levando junto o mercado interno criado para alimentar a atividade exportadora. Dadas as exceções (como o café brasileiro), os produtos tropicais não se conectaram a processos substantivos de desenvolvimento do mercado interno. O terceiro grupo, de exportadores de minério (Chile, Perú, Bolívia, México e Venezuela), foi caracterizado por grandes unidades produtivas de alta tecnologia controladas por grupos estrangeiros, que monopolizavam as técnicas avançadas de extração mineral. A pequena exigência de mão de obra separou os grandes empreendimentos extrativos, capitalizados por fora, de um mercado interno atrofiado.

A definição da *plantation*, como se consagrou na historiografia brasileira com Caio Prado Jr, constitui, uma *forma produtiva especializada da função primário-exportadora da periferia do capitalismo*. Para o pensamento da CEPAL da década de 60, desmontar progressivamente esta especialização era um passo importante da superação do subdesenvolvimento. O projeto de *industrialização por substituição de importações* se converteu num potente modelo econômico durante

algumas décadas do século XX. Contudo, se foi razoavelmente consensual (entre economistas não ortodoxos) que para desmontar a especialização da *plantation* era preciso industrializar substituindo importações, nunca ficou tão claro qual seria o melhor modelo de produção agrícola que superasse o subdesenvolvimento.

As reformas agrárias experimentadas na América Latina foram forjadas tão diretamente pela luta de classes que, pode-se afirmar, não possuem relação direta com as elaborações teóricas da CEPAL, apesar de incidirem no desmonte da *plantation*. As experiências mais substantivas, infelizmente, foram escassas: México, Bolívia e Cuba. Estas experiências reorganizaram o pensamento da CEPAL, abrindo novas hipóteses de desenvolvimento. Celso Furtado explica:

Admitia-se, implicitamente, na linha da experiência clássica europeia, que o setor industrial ao expandir-se atuaria como pólo transformador do conjunto das estruturas tradicionais. A medida que os obstáculos à industrialização se acumularam e que essa última mostrou-se menos eficaz do que se havia esperado como fator de transformação das estruturas, todo um horizonte de novas preocupações se abriu (1969: 308).

As elaborações da CEPAL, relevando-se as divergências, são úteis ao pensamento marxista. Por isso esse “novo horizonte”, sob o olhar marxista, pode ser (livremente) interpretado: como superar o subdesenvolvimento no âmbito da produção agrária, sem mistificar a industrialização, e com vistas à transição econômica para o socialismo? A experiência encarnada mais profunda deste dilema ocorreu em Cuba.

Reforma agrária em Cuba: entre o aumento produtividade e a distribuição da riqueza

Cuba, por seu desenvolvimento tardio como colônia espanhola de altíssimo rendimento, não acompanhou as formações nacionais do século XIX latino-americano. A transferência dos domínios espanhóis diretamente para tutela dos EUA foi nítida desde 1818. Formou-se assim um país que reuniu todas as mais intensas contradições do subdesenvolvimento. Em 1958, as propriedades estadunidenses em Cuba representavam nada menos que 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras (PERICÁS, 2004: 30).

A primeira medida de desmonte desta estrutura foi a Lei de Reforma Agrária, promulgada oficialmente em 17 de maio de 1959.

“A primeira reforma agrária cubana não era ainda socialista”, analisa o primeiro presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), Carlos Rafael Rodríguez (RODRIGUEZ, 1978: 136). Ainda que a reforma agrária fosse uma medida essencial do novo governo, as condições de produção encontradas em 1959 não permitiam a imediata expropriação das grandes unidades produtivas. A economia da ilha dependia dos engenhos. Por isso, a reforma agrária teria que conciliar a distribuição de terras aos camponeses com a produção em larga escala.

a) A grande unidade produtiva e a questão da produtividade da terra

A transformação da produção rural num agregado de pequenas propriedades camponesas não era compatível com as formas produtivas desenvolvidas em Cuba, dependentes da economia agrária de larga escala. A historiografia produziu algumas elaborações diferentes sobre a correlação entre reforma agrária e revolução socialista. Paul Sweezy e Leo Huberman afirmam que os principais objetivos da reforma agrária em Cuba poderiam ser sintetizados em 4 eixos: primeiro, a necessidade de eliminar a monocultura; segundo, o imperativo do desenvolvimento econômico; terceiro, a realização da justiça social; e quarto, o aumento da produtividade da terra. A experiência cubana, ao conjugar estes objetivos, se diferenciou das outras experiências de reforma agrária, tanto burguesas quanto socialistas. Essa comparação é feita nos seguintes termos:

As reformas agrárias burguesas tiveram sempre como objetivo dividir os grandes latifúndios em pequenas propriedades de camponeses. Ideias mais radicais, pelo menos a partir de Marx, rejeitam essa solução com o duplo argumento de que a agricultura em pequena escala, feita pelos camponeses, é insolúvelmente ineficiente, e constitui inevitavelmente uma força contra revolucionária. A Revolução Russa, porém, mostrou as dificuldades que tem de enfrentar qualquer tentativa de passar diretamente do sistema de latifúndios para alguma forma de agricultura coletiva. Contra a vontade, os bolchevistas russos foram forçados a distribuir a terra a milhões de pequenos camponeses, e somente depois de renhidas e sangrentas lutas sociais, e de inúmeras perdas de colheitas, conseguiram estabelecer o sistema de fazendas coletivas e estatais (1960: 145).

A ineficácia da pequena propriedade agrária foi criticada por Karl Marx em seu breve texto de 1872, “A Nacionalização da

Terra” (1982). Nele, Marx afirma que “o conhecimento científico que possuímos e os meios técnicos de agricultura que dominamos, tais como maquinaria, etc, não podem ser aplicados com êxito senão cultivando a terra numa larga escala”. A partir da identificação feita entre a grande unidade agrária e o maior desenvolvimento das forças produtivas, Marx chega a afirmar que a ordem latifundiária da Inglaterra está mais perto da nacionalização progressiva da terra do que a estrutura agrária retalhada da França.

Entretanto, as revoluções reais da URSS à China se caracterizaram pelo retalhamento da terra em pequenas propriedades, uma demanda histórica profunda e incontida dos camponeses que protagonizaram as ações políticas destas revoluções. Isso consolidou uma visão “tradicional” etapista da reforma agrária socialista: primeiro o retalhamento, depois a coletivização. Mas Cuba surpreendeu a tradição, porque não houve grande demanda pelo retalhamento total da terra e houve preservação da grande unidade produtiva.

Apesar da reforma agrária em Cuba preservar a grande unidade produtiva, a distribuição de terras teve enormes proporções. O capitalismo cubano subutilizava largas extensões de terras que, ociosas, serviam a dois propósitos: como reserva exploratória para investimentos futuros e reserva especulativa no mercado internacional. Fidel Castro afirmou em 1953, durante o célebre julgamento pelo ataque ao quartel de Moncada, que havia 1,5 bilhão de dólares de capital inativo em Cuba e que a ilha poderia manter uma população três vezes maior em condições de igualdade social (apud SWEEZY; HUBERMAN, 1960: 66-67). Em março de 1960, segundo relatório de Nuñez Jimenez, havia 250 mil acres (aproximadamente 100 mil hectares) não cultivados que foram integrados à produção com vistas à substituição de importações (apud HUBERMAN; SWEEZY, 1960: 150). Segundo Celso Furtado, a CEPAL avaliou que cerca de 25% da capacidade da indústria açucareira cubana antes da revolução estava propositadamente ociosa, com fins especulativos (FURTADO, 1969: 349). Isso porque o valor da *renda* da terra seria, segundo Furtado, proporcionalmente maior que os ganhos da *produção* na mesma terra, de modo que era mais lucrativo aos capitalistas cubanos o uso especulativo da estrutura agrária, do que o seu uso produtivo.

Uma das medidas imediatas da Lei foi a universalização do minifúndio: a propriedade de 2 *caballerias* de terra fértil passou a vigorar oficialmente como “mínimo vital” para uma família de

5 pessoas¹ e foi garantida gratuitamente pelo novo governo. A capacidade ociosa da terra convertida pela reforma agrária em capacidade produtiva é responsável pelo salto de produtividade que os primeiros anos de socialização da economia representam em Cuba. A produção de arroz, tomate, milho e feijão aumentaram extraordinariamente de 1958 a 1962,² como efeito da política de substituição de importações agrícolas.

Há um impasse entre grande unidade produtiva e pequena propriedade na reforma agrária cubana? A grande unidade produtiva foi reflexo da necessidade de desenvolvimento econômico através de uma hipótese de “acumulação socialista” de riqueza. A pequena propriedade representou a ruptura com o sistema fundiário neocolonial, garantindo o direito efetivo de acesso à terra às famílias camponesas. Por trás deste impasse há modelos de desenvolvimento. Celso Furtado define que a economia de transição em Cuba possui uma fase “redistributivista” e outra “desenvolvimentista”. São diferentes regimes de acumulação, contraditórios, porém implementados com vistas a objetivos comuns. Para Furtado, há uma contradição estrutural entre estes caminhos, pois:

A revolução cubana começara por redistribuir a renda com vistas a elevar o nível de consumo da grande massa da população, o que significa que, não apenas a taxa de investimento não se elevaria, mas também que a capacidade para importar liberada pela redução de consumo das classes ricas foi absorvida pela importação de bens de consumo de uso geral, ou de produtos intermediários e matérias primas para produzi-los dentro do país (FURTADO, 1969, p. 345).

Além da melhor forma de uso dos recursos agrários, outra grande questão da reforma agrária em Cuba foi a forma de gestão econômica da transição. Tanto a forma de uso das forças produtivas existentes no campo, quanto a administração destes recursos para a transição econômica são polêmicas estratégicas para o governo revolucionário.

b) Centralismo ou flexibilização: o debate da transição econômica em 1963-64

Em 1963 e 1964, um debate econômico estratégico polarizou o governo cubano e atingiu patamar internacional. A divergência fundamental estava ligada à relação da lei do valor

e do cálculo econômico mercantil com a economia socialista em gestação. A polêmica dividiu o governo, e instaurou um embate sobre estratégia e possibilidades da economia socialista em países subdesenvolvidos com predominância agrária. De um lado, estavam Ernesto Guevara (ministro das Indústrias), Luis Alvarez Rom (ministro das Finanças), Miguel Cossío, Alexis Condena e Mario Rodriguez Escalona. Junto deles, Ernest Mandel. Do outro lado, estavam Alberto Mora (ministro do Comércio Exterior), Marcelo Fernandez Font (presidente do Banco Nacional), Juan Infante e Carlos Rafael Rodriguez (presidente do INRA), além de Charles Bettelheim. A polêmica se concentrava em 4 pontos. Primeiro: a forte *centralização* do planejamento econômico do sistema orçamentário de financiamento (SOF), elaborado por Guevara de acordo com o centralismo administrativo da NEP, estava sendo criticada por dirigentes que defendiam maior *flexibilidade* produtiva, através da auto gestão e auto financiamento das unidades econômicas. Segundo: a centralização do SOF diminuía ao máximo o uso do *cálculo econômico* e das categorias mercantis, uma vez que o Estado era o único detentor de um enorme aparato produtivo e as demandas de cada setor poderiam ser supridas de acordo com o plano, sem a ferramenta do valor de troca. A flexibilidade defendida implicava no uso do cálculo econômico entre as empresas do Estado, na restauração parcial do valor de troca e das relações mercantis. Terceiro: a centralização exigia *controle dos preços administrado* pelo Estado. A flexibilidade implicava na *lei da oferta e da procura*. Quarto: os defensores do centralismo administrativo se posicionaram contra a adoção dos *estímulos materiais* aos trabalhadores para aumento da produtividade, e a favor da prioridade dos *estímulos morais*. Aqueles que defendiam a flexibilidade da transição acreditavam que os estímulos morais eram idealismo, e os estímulos materiais eram necessários para o incremento da produção.

No geral, a historiografia diverge sobre quando o modelo centralista de gestão do SOF foi alterado, e até mesmo em que medida foi alterado. Celso Furtado escreve que em 1964 há uma significativa mudança no modelo de desenvolvimento que passa concentrar mais investimentos no açúcar, configurando uma proposta monocultora vinculada às vantagens comerciais de Cuba com o bloco socialista, especialmente a União Soviética (1969: 349). Ou seja, a política de diversificação produtiva se ameniza para abrir mais espaço econômico ao açúcar. De fato, em 1964 foi

criado o Ministério da Indústria Açucareira e estabelecido o acordo comercial de 5 anos de progressivo aumento da venda de açúcar cubano para a URSS.

Ernest Mandel acredita que faltam dados a respeito do desmantelamento do SOF e não arrisca nenhuma periodização da gestão econômica (1982: 169). Florestan Fernandes diz: “as cooperativas e seus conselhos administrativos se converteram em último elo da cadeia e não transmitiam decisões, obedeciam-nas e as punham em prática” (2007: 185). Admite, assim, a vitória do centralismo como fato mais relevante da realidade produtiva. Michael Lowy também defende que a proposta centralista do SOF foi vitoriosa, já que Fidel Castro apoiou o modelo em discursos públicos em 67 e 68 (1999: 99). Mas Carlos Rafael Rodriguez, presidente do INRA à época, afirmou que o centralismo administrativo do SOF não era a melhor forma de gestão da produção rural, já que “a agricultura exige soluções cambiantes, de mês a mês, de dia a dia, e às vezes de hora a hora. Nenhum regulamento pode substituir a iniciativa consciente e técnica derivada da análise e experiências locais” (apud MANDEL, 1982: 274). A crítica programática de Rodriguez ao SOF ainda não é suficiente para conhecermos com rigor científico as formas de produção estabelecidas de fato no campo e suas modificações. Sweezy e Huberman (1960: 153-155), diferentemente de Lowy e Fernandes, afirmam que a cooperativa cubana detinha seu próprio excedente, e não o depositava ao Estado, como determinava o SOF.

A transição em Cuba, não bastasse ser um dilema histórico por si mesma, se deu em meio a uma encruzilhada do mundo do socialismo real. A URSS, de 1954 a 1964, esteve sob a liderança de Nikita Khrushchov, aliado de Yevsei Liberman. Trabalharam juntos pela flexibilização da economia soviética, a partir de medidas como autonomia financeira às empresas, instauração da concorrência, repartição do lucro como incentivo aos trabalhadores, salários vinculados à lucratividade, impostos sobre a propriedade, novas técnicas de marketing, estímulo ao consumismo, re-instauração lei do valor como critério produtivo. Essa política descentralizadora foi chamada de “Libermanismo” (PERICÁS, 2004: 95). A retórica oficial que acompanhou esta reforma econômica foi um espelho invertido da realidade: seriam os passos de transição do socialismo ao comunismo? Uma nova etapa em que o poder econômico retornava diretamente aos trabalhadores e o Estado se tornava

menos importante como agente planejador? Não. O desmonte do centralismo autoritário da economia soviética parece ter, mais que qualquer outra coisa, criado condições favoráveis à forma de produção tipicamente capitalista.

A reforma agrária em Cuba se enredou totalmente neste debate. Qual seria a melhor forma de gestão econômica da propriedade agrária na transição ao socialismo? O presente artigo não pretende responder a isso. Pelo contrário, elaborar a pergunta profícua talvez seja o objetivo mais desafiador da ciência histórica.

Notas

1. Cada *caballeria* equivale, aproximadamente, a 13,45 hectares. (FERNANDES, 2007: 59). Os dados de Luis Bernardo Pericás diferem: ele fala em 2 *caballerias* por pessoa (PERICÁS, 2004: 36).
2. Arroz: de 163 mil para 300 mil toneladas; tomates: de 44 mil para 116 mil toneladas; milho: de 134 mil para 257 mil toneladas; feijão: de 33 mil para 78 mil toneladas (FURTADO, 1969: 342).

Bibliografia

FERNANDES, Florestan, *Da guerrilha ao socialismo – A revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul M., *Cuba: anatomia de uma revolução*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LOWY, Michael, *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, Karl, *A Nacionalização da Terra*. Trad. do inglês: José Barata-Moura Lisboa: Progresso, 1982.

MANDEL, Ernest, “O debate econômico em Cuba durante o período de 1963-1964”. In: GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982.

PERICÁS, Luiz Bernardo, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

RODRIGUEZ, Carlos Rafael, *Cuba en el tránsito al socialismo (1959-1963)*. México: Siglo XXI, 1978.

www.mouro.com.br



Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital - Ano 2 - Nº 3 -

Colaboradores Edição Anterior Próxima Edição

Este terceiro número da Revista Mouro faz uma homenagem ao historiador V. de Janeiro em 1941, ele é antes de tudo poeta e lutador. Escreveu inúmeros p

Sua formação inicial se deu no curso de História na antiga Universidade do Br. Escribista na Universidade de Lund (Suécia), onde obteve seu doutorado em Tensões do Governo da Frente de Libertação de Ilocanque (PRILIND) Econômica na USP. Especializou-se em Economia Internacional e História da de graduação e de pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLCH-USP).

Nesta edição publicamos um de seus textos acerca das formas de luta e uma

Trazemos ainda artigos internacionais escritos especialmente para Mouro pelo professor da UNAM (México) Carlos Aguilar Rojas. Por fim, as ilustrações, rese de três anos do Partido dos Trabalhadores, o cenário da Revolução litera fecham esta nova contribuição de uma nova revista marxista.

Mouro não aceita artigos para publicação. A revista é financiada exclusivamente e voluntária. Como não temos profissionais para análise de artigos enviados e estabelece os acessos e conviva os autores de acordo com o seu interesse. O Capital) de artigos. Alas, just in time.

Os Editores



Editorial

Marxismo

Formas de Luta e Estratégia

Armamen

Wilson do Nascimento Barbosa

Para os fundadores do marxismo, o método marxista é uma determinação: isto que diz que eles (Marx, Engels, Lênine, Stalin, Mao Tse Tung, e outros) entendem as transformações do mundo como resultado de necessidades profundas, determinadas por leis que podem ser conhecidas. A descoberta ou conhecimento dessas leis permite segundo

Após o colapso dos E outas, e exorcismo em um clima de triunfo ideol sociológicos ao sistema direcionada de política e

Conheça a página na internet da
Revista Mouro
e leia as edições anteriores,
disponíveis em PDF



IDEO
graphos



Manoel Marulanda

Notas sobre a origem das FARC-EP

Ana Carolina Ramos e Silva
Mestranda em Sociologia pelo Programa de
Pós-graduação em Sociologia da Universidade
Federal de Goiás (UFG)

A história colombiana apresenta um grau de dramaticidade tão intenso que seus historiadores classificam seus períodos como etapas da Violência – com “v” maiúsculo. Este artigo visa tão somente dar uma ideia geral do significado dessa violência pelo ponto de vista daqueles que a testemunharam.

O foco central é o de explicar a origem do principal movimento guerrilheiro do país – as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) – cuja fundação foi no ano de 1966, assim como traçar um breve panorama dos principais movimentos de esquerda que lhe foram contemporâneos. Para isso é feita uma retrospectiva dos processos originários da luta armada a partir da década de 1930.

I

A luta armada na Colômbia originou-se como uma resposta vinda dos próprios camponeses diante dos resultados de um árduo processo de lutas. Seus antecedentes estão na década de 1930, época em que o Partido Liberal (PL) chegou ao poder e por meio de reformas conseguiu conter o movimento das ligas camponesas que

pressionavam pela reforma agrária contra a grande propriedade e foram lideradas por Gaitán¹ e pelo Partido Comunista Colombiano (PCC).² Tais reivindicações foram parcialmente atendidas durante governo liberal, denominado *Revolução em Marcha*, de Alfonso López Pumarejo. Em seu mandato promulgou-se a Lei de Terras (Lei 200 de 1936).³ No entanto essa concessão institucional foi abandonada pela promulgação da Lei 100 de 1944⁴ que revogou os estatutos reformistas de 1936 no que tange à questão agrária, retornando os embates entre camponeses e latifundiários; liberais e conservadores. Para se ter uma ideia do grau de rivalidade entre liberais e conservadores nesta época, veja-se a afirmação a seguir:

O Partido Conservador aliado à Igreja e em ação com grupos abertamente fascistas semeou na população o espírito sectário através de um sistemático apontamento aos liberais como ateus e comunistas, e em uma suposta defesa dos valores cristãos foram construindo o ódio que irrigaria com sangue a história da violência dos anos seguintes. Na medida em que as contradições entre os partidos cresciam, os discursos e as práticas políticas se faziam mais violentos: começou com ameaça verbal e foram se instituindo formas de organização encarregadas de agenciar atos de violência contra a população liberal em uma espiral que logo se fez incontrolável.

No Partido Conservador foram se constituindo grupos de choque como os denominados ‘Centros de Ação Conservadora’ que à maneira dos cruzados enfrentavam os liberais através de mecanismos violentos. Agruparam-se intelectuais conservadores que se constituíram no que se conheceu como o grupo ‘Os Leopardos’, que assumiram a plenitude da defesa do pensamento da extrema direita, expressaram suas simpatias pelo fascismo de Mussolini e Hitler e desenvolveram em praça pública, na imprensa e no Parlamento uma furiosa oposição ao liberalismo (GALLEGO, 2008, p.29, tradução própria).

Em 1946 o Partido Conservador ganhou as eleições colombianas e em 1948 esses embates assumiram feições dramáticas. Ao final do último mandato liberal de Carlos Lleras Camargo, o PL encontrava-se enfraquecido por uma divisão interna gerada pelos desentendimentos acerca de quem seria o candidato presidencial nas eleições de 1946: Gabriel Turbay ou Jorge Eliécer Gaitán. Enfraquecido, o PL é derrotado nas urnas pelo Partido Conservador, que elegeu Mariano Ospina Pérez.

Em 1947, a divisão do PL é superada com a nomeação de Gaitán como chefe único do Diretório Nacional Liberal. Devido à sua popularidade junto às massas, Gaitán passou a ser uma ameaça à continuidade dos conservadores no poder. A partir de então, intensificou-se a perseguição por parte dos conservadores contra os adeptos do PL, especialmente nas regiões agrárias, o que levou Gaitán, como resposta, a organizar em fevereiro de 1948 a *Marcha do Silêncio* em protesto aos ataques. Dias depois, em 9 de abril de 1948, Gaitán foi assassinado no centro de Bogotá, o que deu início ao processo de insurreição popular que ficou conhecido como *Bogotazo* e ao nefasto período da história colombiana que muitos autores convencionaram chamar de *Violência*.

II

Se por um lado, como um rastilho de pólvora, o *Bogotazo* gerou nas áreas urbanas uma onda de insurreição imediata caracterizada por saqueios e depredações, por outro, no campo, iniciou-se um levante popular que foi servindo como estímulo à organização dos primeiros grupos armados contrários ao Partido Conservador. O depoimento a seguir traz imagens vivas do impacto gerado pelo assassinato de Gaitán numa pequena aldeia rural:

Isso foi o que ocorreu em 9 de abril. Já havia descarregado e colocado o queijo nas bancas quando se tomou conhecimento do assassinato de Gaitán. Soou como uma má notícia e atrapalhou o almoço, porque todo mundo saiu para a praça para ouvir o único rádio que havia e que era de outro chefe liberal de Ceilán, um tal Gallego, muito distinto o homem e muito bom liberal. Tanto é que tirou o rádio para que todo mundo ouvisse as ‘tagarelices’ vindas das emissoras de rádio. Na praça, as coisas esquentaram quando Don Gallego começou a beber seu Hennessy [conhaque] e todo o povo seguiu seu exemplo. Então, começaram os vivas ao partido e os morras a Laureano que saíam de nossas entranhas. Os vivas e os morras foram crescendo: nomeando prefeito e destituindo polícias, pedindo armas e assaltando bares para tomar aguardente. Por três dias beberam e governaram. Até que na segunda chegou o exército em dois jipes e prenderam 180 liberais (MOLANO, 2009: 42, tradução própria).

Em 1948, a violência política na Colômbia chegou à sua máxima intensidade, difundindo-se por quase todo o país. Segundo

Sánchez (1989), sua manifestação afetou irreversivelmente a vida, a integridade física e os bens de milhares de colombianos. Os acontecimentos desta época conferem um caráter extremo a este processo, pois um dos fenômenos que exerceu maior impacto sobre a memória coletiva foi o terror de Estado movido por um forte sectarismo oriundo das classes dominantes latifundiárias.

A feição mais dramática desse período foram os assassinatos em massa. Não somente pelo número de vítimas, mas também pelos atos rituais de tortura empregados.⁵ Os camponeses que não eram assassinados eram submetidos a todo tipo de agressão, como saques, incêndios, destruição de casas e expulsão de suas propriedades. Ocorria uma incessante guerra que estabeleceu linhas estritas de demarcação política, cuja transgressão tinha consequências fatais. O tipo de controle exercido pelo Partido Conservador sobre os adeptos do PL pode ser percebido pelo relato de um combatente liberal que atuou no período:

O prefeito de Roldanillo convocou uma reunião e disse que quem quisesse voltar poderia voltar sempre, quando assinasse um certificado no qual renunciasse a sua filiação liberal e se comprometesse a votar pelo Partido Conservador. Era uma verdadeira cédula, um salvo-conduto: quem não a tivesse era liberal. [...] O papelzinho tornou-se requisito para voltar para a família e sem tê-lo no bolso não se poderia trabalhar na terra. Era tudo: título de propriedade, recomendação, seguro de vida. Muitos, mas muitos tiveram que assiná-la, ou melhor, pôr sua digital (MOLANO, 2009: 46-47, tradução própria).

Em certas operações atuavam os *pájaros* – pessoas contratadas para matar camponeses – que contavam com o apoio de uma extensa rede e a cumplicidade das autoridades, dos latifundiários e de figuras ligadas ao governo.⁶ Estes grupos atuavam por todo o país, mas especialmente nas áreas de minifúndios do Sul, áreas onde o movimento demográfico propiciou o surgimento de uma classe de camponeses dedicados principalmente ao cultivo de café em pequenas propriedades.

O campo estava tomado pela barbárie e com isso sua estrutura agrária foi profundamente modificada. Milhares de camponeses abandonaram suas propriedades ou as venderam forçosamente por preços irrisórios. Cresceu o número de correntes migratórias do campo para a cidade, o exército de desempregados originado pelo

fenômeno da migração passou a engrossar as filas das guerrilhas. Segundo Kalmanovitz (2001), entre 1948 e 1953 o número de mortos foi provavelmente de 200 a 300 mil e o número de migrantes foi três ou quatro vezes superior a tal cifra. O depoimento de Isauro Yosa descreve a necessidade de fuga de milhares de camponeses e suas famílias, trazendo um dado interessante sobre a presença da Coluna Prestes no imaginário dos comunistas colombianos:

Entre Ambeima e Rio Blanco eram dois dias de caminhada. Mas andar com famílias e bagagens era uma história diferente. A primeira coisa que fizemos foi construir em El Davis, acima de Rio Blanco, um Quartel-General e abrigos para as famílias. Mandeí vinte homens para trabalhar no ponto de chegada enquanto nós avançávamos pela trilha com as pessoas. Mais de duzentas famílias. Iam desde avós até galinhas. Milhares de pessoas. Dividimo-nos em várias comissões defendidas por fuzileiros [...]. Os fuzileiros iam na frente e pelos lados; as famílias no centro. Assim nasceu a coluna que batizamos com o nome de Luís Carlos Prestes, um comunista brasileiro (MOLANO, 2009: 25, tradução própria).

A violência tomou conta do país e diante da impossibilidade de contê-la foi declarado estado de sítio em novembro de 1949. Neste ano deveriam ocorrer eleições para o Congresso, mas os liberais abstiveram-se devido aos constantes ataques sofridos contra seus membros. Inclusive os camponeses liberais deixaram de votar, conforme o relato de um combatente:

O clima de Ceilán era pesado, a tensão era imensa; as eleições de Laureano se aproximavam e nós, liberais, havíamos decidido não sair para votar porque estavam nos matando. Assim foi pior, porque quem não tivesse o comprovante de votação era liberal, em algumas partes como no norte do Vale, Quindío e Tolima, isso era um atestado de óbito. O Partido Liberal levou sua gente a converter-se em conservadores ou em defuntos. Escolhemos nos defender. (MOLANO, 2009: 48, tradução própria).

Com a abstenção dos liberais, em 7 de agosto de 1950, Laureano Gómez do Partido Conservador tomou posse da presidência da República e seu governo foi marcado pelo aumento da repressão e perseguição aos liberais.

Diante da incapacidade do PL em conter a violência no campo por meio das instituições políticas, em muitas regiões iniciou-

se a resistência armada no campo. Para os camponeses liberais, que sofriam uma perseguição implacável, a resistência armada se impôs de forma inevitável:

O plano de tornar-nos minoria matando-nos para ganhar as eleições era verdade, o terror, a morte, o sentir que alguém pode te matar por ter nascido liberal, dava muito temor, muito medo, e o medo é a mãe da violência. Os *godos*⁷ produziram o medo e a nós restou lutar. [...] A violência era a única saída (MOLANO, 2009: 59, tradução própria).

Em sua maioria, as primeiras guerrilhas eram compostas por liberais. A de maior proporção foi a dos *Llanos Orientales* comandada por Guadalupe Salcedo, que se fortaleceu até 1952. Em outra região da Colômbia, no sul de Tolima, estava o núcleo de combatentes comandado por Isauro Yosa, comunista,⁸ que organizou os camponeses, sob orientação do PCC em autodefesas. Segundo Gilberto Vieira, dirigente histórico do Partido Comunista Colombiano:

A autodefesa de massas é uma peculiaridade do movimento popular da Colômbia. É parte integrante do processo revolucionário, da luta das massas populares contra a reação e o imperialismo, pela democracia, libertação nacional e o progresso social. Nas condições da Colômbia, a autodefesa de massas é uma *forma mista da via pacífica e da via não pacífica*, que responde às peculiaridades deste país. A autodefesa surgiu e se desenvolveu como uma necessidade das massas, na luta contra o terror reacionário, praticada em muitas regiões do país em resposta a todas as formas de violência terrorista da reação. A autodefesa de massas é profundamente democrática, quem a forma e a dirige são os próprios trabalhadores. (VIEIRA, 1963: 11, tradução própria).

Após sofrer severas ameaças por parte dos latifundiários da região, o núcleo de Isauro Yosa foi duramente golpeado por *pájaros* e *chulavitas*⁹ e depois desta intensa repressão, organizaram a Coluna em Marcha para fugir dos ataques e estabelecer contatos com a guerrilha liberal dos Loaiza, que estava operando mais ao sul. Foi assim que o grupo de Isauro Yosa tomou contato com as guerrilhas liberais, onde atuava Pedro Antonio Marín, ou Manuel Marulanda Vélez, ou ainda *Tirofijo*.

As relações entre a guerrilha comunista de Yosa e as guerrilhas liberais comandadas por Marulanda e Ciro Trujillo foram

se estreitando, principalmente porque Marulanda passou a admirar a forma organizativa dos comunistas, semelhante a uma comuna agrária, com a prevalência do trabalho coletivo. Conforme a descrição feita por um guerrilheiro liberal em entrevista a Molano (2009: 64, tradução própria):

Eles estavam melhor organizados que nós e formavam um bloco único em torno de um comando central [...].No comando se vivia como militar dias e noites. Construía fortificações, tinham senha para entrar e sair, horário para o banho e para a comida, hora de cuidar das armas e hora de instrução militar. Nas sextas, sábados e domingos, davam conferências públicas para explicar os motivos da luta, as razões da violência, a causa dos ricos e dos pobres. Eles trabalhavam todos juntos na economia, tinham plantações coletivas e o que colhiam era para alimentar a todos [...]. Essa era uma diferença sumamente grande em relação aos liberais.

Além disso, Marulanda passou a discordar dos liberais, principalmente com relação à distribuição de bens e armas conquistados em combate:

Marulanda nunca aceitou a maneira de distribuir as armas que tinham os liberais e foi por isso que começou a ser amigo dos comunistas. Todos estávamos de acordo com o que ele dizia. Aí foi que começou o problema. Entre liberais e comunistas havia diferenças sumamente grandes, começando por todas as coisas” (MOLANO, 2009: 69, tradução própria).

Se por um lado a aproximação de Marulanda e seu grupo aos comunistas abriu um novo horizonte para a organização de luta,¹⁰ por outro, foram se acirrando as diferenças com os liberais, o que gerou divisões e embates no interior do movimento guerrilheiro do sul de Tolima.

Iniciado o ano de 1953, o cenário político colombiano encontrava-se destroçado pela divisão no seio dos partidos tradicionais e pelo desgaste ocasionado por uma situação de guerra civil. Neste momento, chegou ao poder o general Gustavo Rojas Pinilla, em 13 de junho, por meio de um golpe de militar, o que representou uma solução de momento para o conflito no interior das classes dominantes. No poder, Rojas Pinilla empreendeu a tarefa de pacificar o país, desarmando as guerrilhas com o oferecimento de uma anistia geral e incondicional. A guerrilha liberal dos *Llanos*

Orientales cedeu à anistia. No entanto, a guerrilha e os movimentos de autodefesa que estavam sob orientação do PCC não entregaram as armas e não corroboraram a anistia.

Com esta brusca mudança do cenário político colombiano, o Comitê Central do PCC enviou de Bogotá dois de seus quadros políticos ao sul de Tolima, Martín Camargo e Pedro Vásquez. No momento de sua chegada, e sob suas orientações, decidiu-se que o movimento permaneceria inativo militarmente, mas sem entrega das armas. Conforme Marulanda:

Explicou-se nas reuniões que o golpe militar aconteceu em um momento difícil na história do nosso movimento, que como conjuntura era negativo, porque os inimigos da região se aproveitariam dele para fortalecerem-se e ampliarem sua influência. Foi dito terminantemente que não haveria entrega das armas, nem entrega de pessoal, que se esperaria um tempo prudente para tratar do problema [...] (ALAPE, 2004: 199, tradução própria).

Mesmo com a anistia, a violência política continuou e os conflitos armados não cessaram totalmente em muitas regiões do país, principalmente porque o governo passou a financiar alguns guerrilheiros liberais anistiados (que ficaram conhecidos como *limpios*) para atacar núcleos armados remanescentes (os *comunes*). El Davis – região do sul de Tolima onde estava concentrado o grupo de Marulanda – foi várias vezes atacada pelos *limpios*. Marulanda e Charro Negro, juntamente com seus homens, decidiram partir de El Davis e se deslocaram para Villarrica. No entanto, a maioria da população de El Davis optou por deixar a guerrilha. Sobraram apenas nove dos oitocentos combatentes.

Os remanescentes organizaram então a II Conferência Regional do Sul, em outubro de 1953, na qual foi decidido que se criariam comissões que atuariam como destacamentos móveis, tendo como perspectiva a criação de movimentos de massas em regiões de influência comunista. O primeiro destes grupos, sob o comando de Jacobo Prías Alape (Charro Negro) e Manuel Marulanda, travou duros embates com os *limpios* e com o exército regular, e terminaram por se instalar em Riochiquito. O segundo, sob o comando de Andrés Bermúdez, foi aniquilado em poucos dias pelos *limpios*. O terceiro, sob o comando de José Castañeda e Isauro Yosa, instalou-se em Villarrica, e esta região passou a ser palco de acontecimentos

que levaram à conformação de guerrilhas, desta vez, com um claro conteúdo revolucionário.

Em 1955, o PCC é posto na ilegalidade, e as regiões onde exercia influência foram consideradas zonas de guerra. Em abril do mesmo ano o governo de Rojas Pinilla iniciou as operações militares em Villarrica, na qual empregou 5000 soldados para enfrentar 800 combatentes. Em solidariedade aos camponeses agredidos, o PCC orientou os grupos de autodefesa do sul de Tolima a se reativarem como guerrilhas móveis. A 31ª Plenária do Comitê Central estabelecia que: “Nas zonas agredidas pela política oficial de sangue e fogo que se acelera, a ação guerrilheira será convertida na forma principal de luta das massas camponesas” (Documentos Políticos, 1957: 100, grifos do autor, tradução própria).

Com o que foi denominado Guerra de Villarrica, teve início uma segunda onda de ataques sistemáticos aos *comunes*, o que obrigou os camponeses a se deslocarem novamente, desta vez para regiões quase desabitadas de Sumapaz, Guayabero, El Pato e Marquetalia. Nesta região, organizaram-se em unidades de trabalho agrícola.

Com o fim do governo militar de Rojas Pinilla, em 1957, conservadores e liberais formaram um governo de coalizão chamado Frente Nacional, que foi levado ao poder por um plebiscito popular que recompôs a antiga estrutura bipartidária e estabeleceu o consenso entre as classes dominantes. Essa solução política implicou na divisão milimétrica do poder entre o partido conservador e o liberal, durante 16 anos (1958–1974), abrangendo todos os cargos políticos e burocráticos do Estado.

Nesta transição, os grupos guerrilheiros de Marquetalia, Guayabero, El Pato e Riochiquito passaram por uma significativa modificação: de movimento guerrilheiro converteram-se em movimento agrário, e voltaram à condição de autodefesas. Em suas áreas de influência vão organizar e defender os assentamentos camponeses, repartir terras entre seus habitantes, criar mecanismos de trabalho coletivo. Conforme Gallego (2008: 61, tradução própria):

O Novo Movimento Agrário se deu por sua própria direção, ajustado às características de sua nova condição, não mais militar, mas agrária. Os antigos guerrilheiros se transformaram em dirigentes agrários, camponeses e trabalhadores do campo. Nestas circunstâncias, todos os habitantes da região começaram a trabalhar nos serviços do campo, de tal maneira que um ano

depois, em 1958, a selva da região havia sido devastada e em seu lugar se desenvolvia uma agricultura pujante e próspera, e as propriedades iam se abrindo e se consolidando como espaços familiares e de produção.

Neste contexto, um fato histórico foi determinante para a esquerda colombiana, o triunfo da Revolução Cubana (1959), sinalizando que nos países latino-americanos a luta revolucionária poderia ser iniciada no campo. No entanto, se por um lado o triunfo da Revolução liderada por Fidel Castro representou um sopro de esperança para a massa camponesa colombiana, para as classes dominantes representou o perigo de ter as cordilheiras da Colômbia convertidas em uma nova Sierra Maestra.¹¹

Diante desse novo fator, o governo colombiano, com o apoio direto do Pentágono e da CIA, iniciou o *Plano Lazo (Latin American Security Operacion)*, o qual financiou e orientou o governo colombiano no combate àquelas que foram designadas pejorativamente como *Repúblicas Independentes*. Os ataques iniciados em 18 de maio de 1964 contaram com a utilização de um aparato militar moderno e um amplo contingente de tropas, que levaram a cabo uma guerra brutal de aniquilamento, constituída por bombardeios, ataques por terra, bombas de *Napalm*, dentre outros meios.

Após maio de 1964, os camponeses irão promover uma mudança tática, saindo da condição de autodefesas e convertendo-se em grupos de guerrilhas móveis. Esta decisão foi tomada durante a Assembleia Geral, celebrada de 17 a 20 de maio de 1964, cujo principal propósito foi analisar qual seria a tática de luta a ser utilizada naquela conjuntura. Decidiram pela “evacuação das famílias, adoção da tática de mobilidade total, não aceitação da guerra de posição, transformação das autodefesas em guerrilhas móveis, e por uma nova forma organizativa aos corpos armados.” (GUZMÁN, 1968: 425, tradução própria). Assim, em 20 de julho de 1964, realizaram a Conferência do Bloco Sul, que reuniu guerrilheiros de outras áreas também atacadas, como El Pato e Guayabero, a qual traçou as linhas gerais do que mais tarde seriam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e lançou o histórico Programa Agrário constitutivo da luta guerrilheira, que serve de parâmetro para as FARC-EP até a atualidade.

Algumas semanas depois desta primeira Conferência, a região de Riochiquito, onde estava o Movimento Agrário comandado por Ciro Trujillo foi também duramente golpeada. Riochiquito

apresentava uma particularidade que deve ser ressaltada: ali a resistência indígena mesclou-se à resistência camponesa, formando um coeso grupo de ação comunal, como demonstra Gallego (2008: 73, tradução própria):

A situação de Riochiquito não era fácil para a consolidação de um movimento agrário que fosse uma organização de autodefesa camponesa. Ali, havia a necessidade de fazer coincidir os interesses e a cultura de dois grupos claramente diferenciados: os camponeses “brancos” e as comunidades nativas indígenas. Os camponeses “brancos” se vincularam à terra em um processo lento, pelo caminho da compra de seus direitos dos indígenas e suas comunidades, adquirindo fundos e estabelecendo companhias. Com esta conduta orientada e defendida pelo Movimento, buscava-se que os indígenas comprovassem o respeito com que eram tratados seus interesses e a solidariedade com que se defendiam seus direitos.

Além disso, Gallego (2008) salienta que o trabalho social e político que o movimento agrário desenvolveu em Riochiquito levou à criação de escolas mistas para crianças em idade escolar e para adultos. Tudo acompanhado por trabalhos que respeitavam a cultura de cada grupo. No entanto, essas atividades eram diversas vezes interrompidas pelo ataque de militares e *pájaros*.

Depois dos duros golpes nos movimentos agrários das regiões de Marquetalia, Guayabero, El Pato, Riochiquito empreendidos pelo governo, os guerrilheiros tiveram que se dispersar por todo território colombiano. Diante disso, viram a necessidade de convocar a *Segunda Conferência das Guerrilhas do Bloco Sul*, na qual foram fundadas oficialmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

III

Conforme demonstra a história contemporânea da Colômbia, as FARC se constituíram no mais importante movimento guerrilheiro do país, desenvolvendo um projeto de transformação social, apoiado teoricamente no marxismo, que seria realizado a partir da tomada do poder do Estado. No entanto, a década de 1960, especialmente entre 1964 e 1966, foi caracterizada pela ampliação dos agrupamentos de esquerda no país que se contrapunham ao domínio de conservadores e liberais, e que tiveram peso importante

nas lutas sociais e políticas colombianas. Essa diversificação terá implicações no espectro político-ideológico, com o marxismo, em suas várias tendências (leninismo, maoísmo, marxismo cristão, etc.), fazendo-se cada vez mais presente e mesclando-se às tendências políticas próprias à realidade colombiana.

As principais organizações que se formaram no campo da esquerda, além das FARC, foram o MOEC (Movimento Operário Estudantil da Colômbia), o MOIR (Movimento Operário Independente e Revolucionário), a FUAR (Frente Unida de Ação Revolucionária), a Frente Unida Popular, o ELN (Exército de Libertação Nacional) e o PCC-ML (Partido Comunista da Colômbia – Marxista-Leninista), cujo braço armado era o EPL (Exército Popular de Libertação). O denominador comum entre esses grupos foi a opção pela luta armada como principal forma de ação política.

De inspiração cubana, O MOEC, fundado em 1959, era formado, basicamente, por núcleos de jovens que militaram na luta estudantil dos anos 1958/59 e por uma série de quadros que se afastaram do PCC por discordarem de sua linha de ação política, além de ex-guerrilheiros que participaram das lutas camponesas. Sua atuação foi predominantemente urbana, expressando uma tendência insurrecional de tomada do poder muito semelhante ao que seria caracterizado posteriormente como *foquismo*, com vários de seus integrantes promovendo ações armadas em solidariedade a Cuba, em várias cidades da Colômbia. De sua dissolução é que irá surgir o MOIR. Constituído com um novo nome, esse grupo transitará do *foquismo* ao maoísmo, sendo um dos principais representantes dessa tendência na esquerda colombiana dos anos 1970. Vale ressaltar que o MOIR ainda existe e atua na política colombiana integrado ao Pólo Democrático Alternativo (PDA).¹²

A FUAR foi outra organização de inspiração cubana, fundada em 1962 por Luis Emiro Valencia e sua esposa Gloria Gaitán, filha de Jorge Eliécer Gaitán. Seus militantes, em sua maioria procedentes das classes médias altas, incluindo militantes políticos que foram ligados ao General Rojas Pinilla, realizaram pequenas ações guerrilheiras, mas sem maior inserção social, o que levou ao fracasso do movimento. Mas, as organizações de esquerda mais significativas foram a Frente Unida Popular, o ELN e o EPL.

A Frente Unida Popular foi um movimento político heterogêneo, composto basicamente por setores da pequena burguesia

– intelectuais e estudantes – e proletários urbanos, propondo-se como um movimento pluralista e de unidade popular, capaz de se constituir como uma alternativa política aos partidos Liberal e Conservador. Seu líder, o padre Camilo Torres (1929–1966), oriundo de uma aristocrática família de Bogotá, propunha a mudança da estrutura do poder político em favor da maioria, a partir de ações como: reforma agrária, reforma urbana e nacionalização da economia. Esta plataforma produziu um grande impacto em todas as esferas sociais e Camilo Torres projetou-se como um líder nacional. Devido à sua ascensão política, Camilo Torres passou a ser pressionado e perseguido pelo governo do conservador Guillermo León Valencia, o que o levou a optar pelo ingresso no Exército de Libertação Nacional (ELN), que também fora fundado em 1965. A figura de Camilo Torres é interessante por unir duas esferas que à primeira vista parecem antagônicas e inconciliáveis: religião e revolução. Seu pensamento expressou a junção entre duas tendências que teriam um papel extremamente importante nas lutas sociais da América Latina do período, marxismo e religião. Segundo Torres:

Eu optei pelo cristianismo, por considerar que nele se encontrava a forma mais pura de servir a meu próximo. Fui eleito por Cristo para ser sacerdote eternamente, motivado pelo desejo de me entregar em tempo integral ao amor aos meus semelhantes. Como sociólogo, quis que esse amor fosse eficaz, mediante a técnica e a ciência. Ao analisar a sociedade colombiana me dei conta da necessidade de uma revolução para poder dar de comer ao faminto, de beber ao sedento, vestir o desnudo e realizar o bem-estar para a maioria do nosso povo. Acredito que a luta revolucionária é uma luta cristã e sacerdotal. Somente por ela, nas circunstâncias concretas de nossa pátria, podemos realizar o amor que os homens devem ter a seus próximos. O que me faz sacerdote é a revolução social, que é a essência do cristianismo. (GUZMAN, 1968, p. 494).

No entanto, apesar de propor-se como força aglutinadora dos grupos de oposição à Frente Nacional, a Frente Unida não logrou seu intento – optando pela luta armada como forma de combate ao regime, quando Camilo Torres ingressa no ELN. Em 1965, ele tentou aproximar-se do grupo guerrilheiro de Marulanda, mas sem sucesso. Camilo Torres morreu em 1966 em seu primeiro combate. Com sua morte, a Frente Unida desapareceu, mas o ELN prosseguiu na luta. Apesar de ser um dos mártires do ELN, Camilo Torres não foi seu fundador.

O ELN foi fundado em 7 de fevereiro de 1965, sendo formado inicialmente por universitários, alguns antigos militantes do MOEC, trabalhadores urbanos e camponeses. Seu batismo foi a tomada da aldeia de Simacota, na região de Santander, ocasião em que lançaram seu manifesto fundador. Liderados por Fabio Vásquez Castaño, que fora treinado em Cuba por Fidel Castro, e Victor Medina Morón, o ELN irá se constituir na segunda agrupação guerrilheira em importância na Colômbia. Com influência do marxismo, da revolução cubana e também das ideias de Camilo Torres, o ELN propunha uma revolução popular que rompesse com o imperialismo e o domínio conservador, promovendo a reforma agrária e o desenvolvimento econômico por meio da estatização da economia.

Por fim, o EPL, que surge como o braço armado do PCC-ML, fundado em 1965 e dissidência do Partido Comunista Colombiano. Assim como os integrantes do MOEC e do MOIR, também fizeram a crítica à linha de ação adotada pelo PCC, considerada reformista por muitos, e tendo por parâmetro a revolução chinesa liderada por Mao Tsé-tung. A linha de ação proposta foi a guerra popular prolongada, que o EPL passaria a empregar a partir do ano de 1968, especialmente nas regiões de Córdoba e Antioquia.

Notas

1. Jorge Eliécer Gaitán, figura emblemática do Partido Liberal, em 1934 trilhou um caminho alternativo à hegemonia bipartidária no cenário político colombiano por meio da fundação da UNIR (Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria). Ele ganhou bastante popularidade entre as ligas camponesas da década de 1930.
2. Fundado em 1930 por dissidentes do Partido Revolucionário Socialista. Também exerceu forte influência nas ligas camponesas de 1930. Conforme Campos: “Em finais de 1936 a luta estava mais desenvolvida, os camponeses haviam saído à luz pública com uma série de organizações. Por exemplo, as ligas camponesas estavam organizadas em cada setor e essas ligas causaram uma eferescência muito grande em toda gente ligada ao movimento dos colonos. Por trás das ligas, naturalmente vinha a organização do partido, dos comunistas que promoviam manifestações gigantescas [...]” (CAMPOS, s/d apud FARJADO, 1979: 60, tradução própria).
3. Uma ideia do significado desta Lei para os camponeses colombianos pode ser percebida pelo depoimento do guerrilheiro Isauro Yosa: “Por essas datas saiu a Lei de Terras, a famosa Lei 200 de 1936. Eu era vereador e comemorávamos o triunfo como se nós a tivéssemos escrito. As ligas cresceram e os patrões tornaram-

se amargos, muito amargos. Até o ponto de importar laçaios para domesticar comunistas. Com essa lei, começou-se a ouvir falar dos comunistas e apontar-nos como tal. A lei era severa: dava 24 horas ao proprietário para denunciar a invasão de um prédio. Tratava-se de madrugar e plantar para que quando amanhecesse a terra fosse de alguém” (MOLANO, 2009: 18, tradução própria).

4. Segundo Gallego (2008: 25, tradução própria): “Durante essa época, os proprietários lançaram a contra-ofensiva à reforma agrária de 1936 através da Sociedade de Agricultores da Colômbia (SAC) e Associação Patronal Econômica Nacional (APEN) e lograram a expedição da Lei 100, de 1944”.
5. Para que não nascessem filhos do partido opositor, uma modalidade de tortura era a de “não deixar nem a semente”. Guzmán (1968: 330, tradução própria) a descreve: “Para não deixar nem a semente, as mulheres próximas do parto são barbaramente violadas. Fazem uma espécie de cesária, trocando o feto por um galo, ou, arrancam seu filho e depois o despedaçam na sua presença; ou arrancam o feto das entranhas mostrando-o em seguida ao pai antes de matá-lo”.
6. O depoimento de um guerrilheiro do período é ilustrativo: “Sabia-se que os pájaros eram conservadores, mas não sabíamos que eram pagos pelo governo, mesmo que todo mundo suspeitasse. [...] o que mais doía era saber que as autoridades tinham as mãos untadas com esse sangue que começava a jorrar” (MOLANO, 2009: 44- 46, tradução própria).
7. Como eram chamados os conservadores.
8. Em entrevista a Alfredo Molano, Isauro Yosa conta como passou de liberal para comunista: “Veio a eleição de Santos e perdemos as bancas no Conselho. A UNIR, partido de Gaitán, deixou-se convencer pelos liberais santistas e eu me tornei comunista de verdade, de Partido. Pedi para ingressar e recebi carnê [...]. Os donos das fazendas se armaram e começaram as ameaças” (MOLANO, 2009: 19-20, tradução própria).
9. Chulavitas ou polícia chulavita era a denominação dada aos grupos armados das elites que existiu durante a violência. Eram formados por camponeses conservadores. Receberam este nome porque eram procedentes da região “Chulavita”, no estado de Boyacá.
10. Como descreve Gallego (2008: 55): “Eles foram encontrando, com o tempo, nos argumentos dos comandantes comunistas, uma nova concepção da luta armada e um novo partido para militar”.
11. “Se não definirmos esta situação anormal no menor tempo possível, Marquetalia se converterá em uma nova Sierra Maestra”. (Palavras do general Manuel Prada Fonseca publicadas no jornal “El Siglo”, 16 de abril de 1964, apud Guzmán, 1968: 419).
12. O Pólo Democrático Alternativo (PDA) é de origem recente na Colômbia, começa a se formar no final dos anos 90 e vai se consolidando no decorrer dos anos 2000. É constituído por forças políticas distintas, como o Partido Liberal, o Partido Comunista Colombiano, o MOIR, entre outros. Nos anos 2000 o PDA constitui-se como a principal frente de oposição ao bloco conservador liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010).

Bibliografía

ALAPE, Arturo. *Las vidas de Pedro Antonio Marín, Manuel Marulanda Vélez, Tirofijo*. Bogotá: Planeta Colombiana, 2004.

GALLEGO, C. M. FARC-EP: Notas para una historia política 1958-2006. (Tese de Doutorado) Universidad Nacional de Colombia, Bogotá: 2008.

DOCUMENTOS POLÍTICOS. *Tesis sobre el movimiento armado. Revista del comité central del partido comunista de Colombia*. Bogotá, p. 99-100, 1957.

FARJADO, D. *Violencia y Desarrollo*. Bogotá: Colombia Nueva, 1979.

GUZMÁN, G. *La Violencia en Colombia*: parte descriptiva. Cali: Progreso, 1968.

KALMANOVITZ, Salomón. El desarrollo histórico del campo colombiano. In: GONZÁLEZ, Melo, ORLANDO, Jorge (Org.). *Colombia Hoy*. Bogotá: Banco de la República, 2001. Disponível em: <http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/colhoy/colo9.htm>>. Acesso em: 20 out. 2006.

MOLANO, Alfredo. *Trochas y fusiles*. Bogotá: Punto de Lectura, 2009.

SÁNCHEZ, Gonzalo, Violencia, guerrillas y estructuras agrarias. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). *Nueva Historia de Colombia*. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989. p. 127-152.

VIEIRA, G. *El incremento del militarismo en Colombia ya la táctica del Partido Comunista*. Revista teórica e informativa de la actualidad internacional, Bogotá, a. 6, n. 4, p. 7-18, abr. 1963.

Capitalismo Globalizado e recursos territoriais

Alfredo de Almeida
Andréa Zhoui
Antonio Ioris
Carlos Brandão
Francisco Hernández
Gustavo Bezerra
Luis Henrique Cunha
entre outros

Capitalismo globalizado e recursos territoriais

Alfredo Wagner Berno de Almeida | Andréa Zhoui
Antonio Augusto Rosotto Ioris | Carlos Brandão | Célio Bermann
Francisco del Moral Hernández | Gustavo das Neves Bezerra
Henri Acselrad | João Antonio de Paula | Klemens Laschewski
Maria Célia Nunes Coelho | Maurílio de Abreu Monteiro
Luis Fernando Novoa Garzon | Luis Henrique Cunha
Lutz Jardim Wanderley



A humanidade vem passando por um intenso e extenso processo de expropriação: nunca tantos povos, etnias e comunidades camponesas foram desalojados de suas terras como nos últimos quarenta anos. Na América Latina, esse processo foi impulsionado por ditaduras civis/militares que protagonizaram o desenvolvimento de uma agricultura sem agricultores mediante transformações (nas relações sociais e de poder) com o uso da tecnologia. Esse projeto desenvolvimentista volta a ser impulsionado, e dados de pesquisas demonstram que os conflitos envolvendo as populações tradicionais [...] já ultrapassam os de trabalhadores rurais sem-terra, que até recentemente protagonizavam a

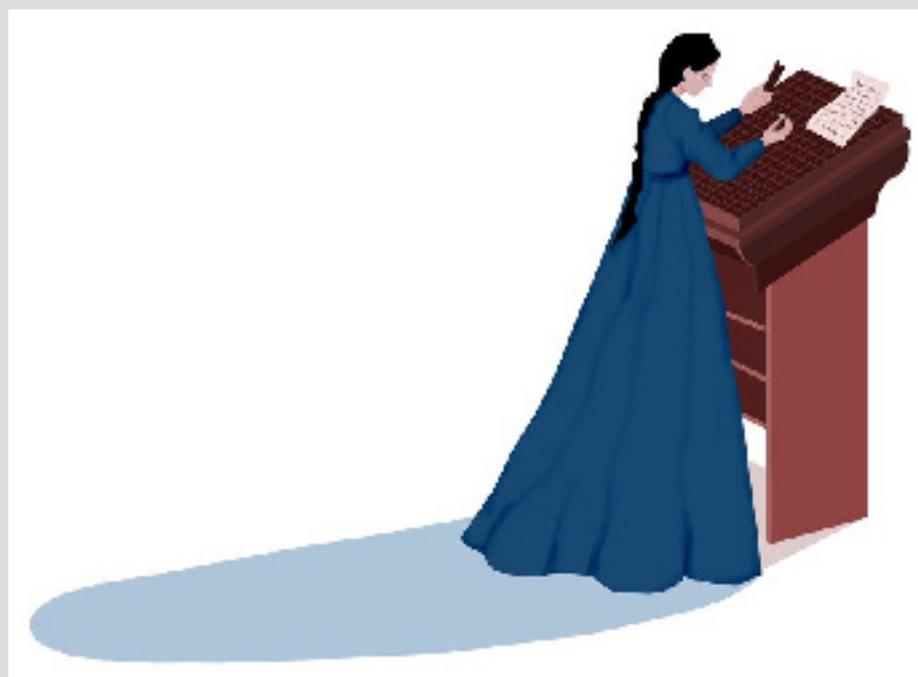
maior parte dos conflitos no campo brasileiro.

Os textos aqui reunidos não só nos mostram com riqueza analítica todo esse processo em diferentes regiões do país, mas também nos dão uma visão de conjunto do desenvolvimento desigual e combinado e do potencial que nossa população detém para dar ensejo a outro projeto societário.

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (Lemto) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Editora Lamparina



Quando as mulheres invadiram as oficinas tipográficas: sindicalismo e feminismo na França (Sec. XIX-XX)

Marisa Midori Deaecto
Professora do Departamento de Jornalismo e
Editoração (ECA-USP)

Para Matheus, com amor

Desde suas origens, o mundo dos livros se caracterizou pelo domínio absoluto dos homens em todas as etapas de sua produção, distribuição e, ainda por muitos séculos, consumo. O livro, tal como o concebemos nos dias atuais, teve seu primeiro impulso na Baixa Idade Média, a partir dos ateliers monásticos, onde os monges dedicavam-se a todas as etapas de sua criação, das funções mais hodiernas de leitura em voz alta e cópia dos textos, até as atividades mais delicadas de ornamentação dos códices manuscritos, em que as imagens, não raro muito mais do que as letras, entretinham e informavam leitores e leitoras por todas as partes.

Nesse aspecto, as mudanças foram bem lentas na era inaugurada por Gutenberg. Do célebre atelier da Mogúncia, donde saíram verdadeiras obras artísticas impressas por tipos móveis, após 1450, às cidades florescentes do Velho Mundo – Veneza, Paris, Lyon, Londres etc. – formou-se ao longo dos séculos um verdadeiro panteão de ilustres fundidores, compositores, tipógrafos, douradores, encadernadores, revisores e livreiros. Homens que desempenhavam uma jornada árdua, a qual, não raro, atingia 18 horas de trabalho, o

que não nos deixa dúvidas sobre a complexidade das tarefas realizadas nessas primeiras oficinas tipográficas. Mas onde entram as mulheres entre os Manuzio, Garamond, Plantin, Elzevier, Didot, Bodoni, para citar apenas algumas celebridades nessa verdadeira constelação que a história do livro impresso acumulou?

Alguns números dão bem a medida da progressão lenta, ainda que constante, da participação feminina nos ofícios do livro. Nos séculos XV e XVI, são conhecidas 119 mulheres que atuaram nos ateliers tipográficos franceses; no século XVII, este número salta para 647 inscritas nas corporações dos profissionais do livro; no século XVIII, são 966 mulheres, entre elas, a “precisa e precavida viúva Duchesne”, no dizer de Voltaire; e, de 1800 a 1870, já são 4 692, entre jovens, senhoras casadas e viúvas.¹

É bem verdade que o espaço fora aberto pelas viúvas de antigos artífices já no alvorecer da Europa moderna. Mas apenas na qualidade de viúvas e herdeiras do ofício, situação que mudaria apenas a partir de 1791, com a abolição das corporações. Assim, ao lado da antiga inscrição Viúva (...) o mercado editorial francês viu circular as primeiras Mmes. (senhoras), Mlles. (senhoritas) e até algumas Cne. (cidadãs), bem no espírito das revoluções silenciosas nascidas no seio de 1789.

A *Imprimerie de Femmes* nasceu como fruto da Revolução em sua fase mais radical. Trata-se da primeira e, ao que tudo indica, única iniciativa de que se tem conhecimento no período em análise, de uma escola de formação profissional, especializada no ofício tipográfico e destinada exclusivamente às mulheres. O curso foi idealizado por um certo Deltufo, artífice do ramo, homem que gozou de certa influência junto aos seguidores de Robespierre, o que parece se confirmar pelo êxito obtido em seu empreendimento. Nos primeiros meses de funcionamento a “escola” atendeu a vários pedidos oficiais: 20.000 exemplares de um relatório de Saint-Just, no 17 Germinal do ano II e, no 7 Floreal, encomendaram-se outros 20.000 exemplares de “Ideias morais e religiosas sob a ótica dos príncipes republicanos”, de Robespierre. As encomendas se mantiveram após a morte de Robespierre, em 10 thermidor do ano II (28 de Julho de 1794), e a “escola” foi mantida até a morte de seu idealizador. A viúva bem ensaiou novos contatos para manter a *Imprimerie des Femmes*, mas seus esforços resultaram em uma resposta consoladora e definitiva por parte de um burocrata do Estado.²

É bem verdade que a maior participação feminina nas oficinas tipográficas – entenda-se, de jovens trabalhadoras, com idade mínima de 12 anos, até senhoras, viúvas, que se tornaram arrimo de família – acompanha sua maior inserção no mercado de trabalho, de modo particular, no ambiente fabril. No que toca o mundo dos livros, observamos, de modo geral, que o projeto idealizado por Deltufo deitou raízes na nascente indústria francesa, tendo os novos empresários da mídia impressa logo percebido que a exploração da mão-de-obra feminina, em idade adulta ou infantil, se lhes afigurava como um recurso seguro e rentável. Afinal, os operários há muito davam mostras do efeito perverso das greves para o bom andamento dos negócios do livro e da imprensa de modo geral.³

Essas mudanças no mundo do trabalho e do livro, as quais se tornam patentes em meados do Oitocentos, culminaram não apenas na presença da mulher em ambiente ostensivamente masculino, como em sua organização política. Todavia, se a participação da mulher na nascente indústria gráfica constituiu importante fermento para as organizações sindicais nesse setor, a emergência de movimentos feministas, na segunda metade do século, os quais tiveram na França seu principal centro geográfico, concorreu para as primeiras dissensões entre os “operários do livro”, para falar como Paul Chauvet.

Isso porque, desde muito cedo, como pudemos notar no caso da *Imprimerie des Femmes*, houve sérias resistências à inserção das mulheres nos negócios do livro e do impresso. Cumpre notar que malgrado o fato de a presença feminina ter tornado-se cada vez mais expressiva no mundo do trabalho (ao lado do homem) apenas muito lentamente sua imagem se descola da figura da mãe, da musa, enfim, do ente social frágil à mercê da proteção masculina. E se a imagem da “mulher/mãe-de-família”, ancorada no modelo familiar burguês, torna-se senso comum em todos os meios sociais, o destino das militantes não seria mais promissor no meio operário, sobretudo entre certas tendências socialistas que se tornam dominantes entre os tipógrafos nas décadas de 1840-50. Lembremos, apenas a título de exemplo, das atitudes francamente antifeministas, senão misóginas, correntes nos ambientes fabris, as quais culminaram em disputas abertas entre homens e mulheres no movimento operário, conforme veremos mais adiante. Dentre os militantes socialistas, o maior exemplo de investida anti-feminista,

bem apropriado ao mundo dos livros, seria o de Proudhon e seu libelo *La pornocratie*, ou *Les femmes dans les temps modernes* [Paris: A. Lacrois, 1875].⁴

Exemplos mais amenos podem ser extraídos do *Dictionnaire de l'Argot des Typographes*, de Eugene Boutmy [1883], em que são levantadas as gírias usadas pelos operários do livro. Além das mudanças sensíveis que se notam nos termos correntes da época em relação àqueles desfilados pelo pai Séchard de *Ilusões Perdidas*, observa-se, de modo geral, que as gírias se encerram em referências deliberadamente masculinas. À mulher são reservadas as corriqueiras frases galantes, em geral cantadas em verso, nas quais as associações MULHER-VINHO-AMOR são exploradas em suas múltiplas variantes.⁵

Também a questão da saúde no trabalho afeta diretamente a rotina das *typotes*, como eram chamadas as operárias dos livros. Particularmente quando se nota em Paris e na Província a emergência de verdadeiros parques gráficos, a partir de 1860, com o advento das rotativas, fato que conduz a uma nova fase de especialização e hierarquização nas oficinas impressoras. Outrossim, a exposição a substâncias altamente tóxicas, como o chumbo, utilizado para a fundição dos tipos, torna-se ainda mais intensa. Logo, se frases de ordem do tipo “Ele não quer nos envenenar, ele prefere nos ver morrer de fome e de sede”,⁶ como proclamaram as *typotes* da *Imprimerie des Femmes*, faziam eco entre as oficinas de modelo artesanal, agora a situação adquiria novos contornos.

É o que demonstra um inquérito sobre higiene e saúde na indústria gráfica, em que são levantados, pela primeira vez, em 1861, as consequências do trabalho nas tipografias para as “*typotes*”. Segundo o documento,

“dos 141 casos de gravidez constatados, foram verificados 82 abortos e quatro partos prematuros. Cinco crianças vieram ao mundo mortas, vinte morreram no primeiro ano, oito no segundo, sete no terceiro e um no quarto. No total, apenas dez das doze crianças haviam passado da idade de três anos”.⁷

Do ponto de vista organizacional, a polarização de interesses entre homens e mulheres no ambiente fabril, as próprias condições desiguais de resistência ao trabalho e à cultura machista, arraigada na sociedade como um todo, tornaram inviável, senão, árduo o caminho da aliança política. Mesmo entre os operários do livro. Tal realidade

se reflete no esforço de arregimentação das múltiplas formas de organizações profissionais, entre associações, ligas, sociedades, sindicatos, em uma única federação da categoria. Esta nasce apenas em 1885, sob a chancela de *Fédération Française des Syndicats du Livre*, após quase um século de luta, em que fatores internos, relacionados à forte hierarquização no ambiente fabril, somam-se a outros, de ordem ideológica, geográfica, política e econômica.⁸

As organizações de operárias correspondem, por sua vez, à amplitude atingida pelos movimentos feministas no segundo meio do século. Seria fácil repetir uma fórmula pronta, segundo a qual as feministas ganham corpo nas fábricas devido à reação machista ou mesmo misógina dos operários. Esta resposta simplista impõe-se quando se ignora a própria evolução do movimento operário após a Iª Internacional e, conforme apontamos anteriormente, as especificidades da presença feminina no mundo do trabalho. Além das questões relacionadas à higiene e saúde, as quais apontaram um quadro bastante trágico, outros fatores, tais como a queda brusca dos níveis salariais, as ações violentas das autoridades governamentais contra as militantes e a consequente dificuldade de organização política dificultaram drasticamente a ação efetiva das ligas feministas contra os capitães da indústria gráfica.⁹

De fato, o aparecimento do *Syndicat des Femmes Typographes*, em março de 1899, resultou da luta de lideranças feministas reunidas no jornal *La Fronde*, sob a direção de Marguerite Durant, pelo direito de se fazerem representar em uma entidade de classe. Em 1900, seria fundada a *Association Coopérative des Femmes Typographes*. Essas organizações se dão em resposta às represálias movidas contra as *typotes* pela *Fédération du Livre*, em uma longa disputa que atingiu seu clímax em 1901, no incidente Berger-Levrault. Este e outros incidentes, ocorridos na virada do século, radicalizaram as tensões entre operárias e operários, colocando em cena tanto as fissuras entre os movimentos feministas, os quais ganham projeção nas primeiras décadas do novo século, quanto os pontos de vista de operárias e operários do setor gráfico. Apenas nos anos de 1910 a *Fédération du Livre*, pouco mais tarde organizada sob a forma de uma central sindical, viria a aceitar a adesão das mulheres. Primeira grande vitória mais de um século após a criação da *Imprimerie des Femmes*, quando as mulheres invadiram o antigo templo dos livros, dominados pelos homens.

Notas

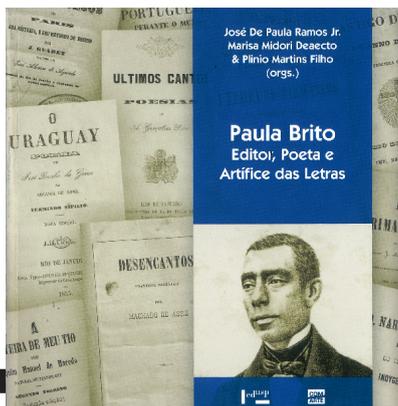
1. *Dictionnaire Encyclopédique du Livre*. Sous La direction de Pascal Fouché. Paris: Éditions Du Cercle de La Librairie, 2005, vol. II, pp. 203-204.
2. Assim escreve o Ministro do Interior no 18 Pluviose, ano IV: “Gostaria de poder satisfazer o seu pedido, mas todas as impressões do Governo são feitas na Imprensa Nacional e eu não tenho neste momento nenhum trabalho particular para vos passar”. Como tradicionalmente a *Imprimerie des Femmes* servia aos órgãos públicos, escusado dizer que esta carta resultou em seu sepultamento. *Apud* Paul Chauvet, *Les ouvriers du livre en France. De 1789 à la constitution de la fédération du livre*. Paris: Marcel Rivière, 1956, p. 266.
3. Outros empresários ainda mais astutos passaram a contratar famílias de origem camponesa, de preferência, com boa educação católica, pretendendo, com esta estranha atitude, manter boas ovelhas em suas oficinas impressoras. Cf. Jean-Yves Mollier, *O dinheiro e as letras*. História do capitalismo de edição. São Paulo: Edusp, 2010.
4. *Dictionnaire de la Commune*. Dir. par Bernard Noël. Paris: Fernand Hazan, 1971.
5. Sobre a cultura dos operários tipógrafos, ver artigo de Marguerite Ribérioux em *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs. Dir. Par Henri-Jean Martin et Roger Chartier. Paris: Fayard, 1990.
6. Paul Chauvet, *op. cit.*, p.264.
7. Armand Lévy, *Memoires pour les typographes*, 1862. *Apud* Paul Chauvet, *op. Cit.*, pp.590-591.
8. Dentre os fatores ideológicos, pensemos nas correntes socialistas que percorrem todo o século, ora colaborando umas com as outras, ora opondo-se umas às outras em questões pontuais. A questão geográfica se verifica na clássica oposição de duas cidades fortes no campo da produção impressa, Lyon e Paris, mas, também, na disputa entre Paris e as regiões provincianas. Finalmente, os fatores político e econômico, os quais se apresentam como entraves para a unificação dos operários do livro, considerando o longo ciclo revolucionário e de instabilidade francês, o qual se estende até 1870, quando se inaugura a III República (a mais longa da História daquele país).
9. Para uma análise mais global e aprofundada dessa questão, cf. Mary Lynn Stewart, *Women, work and french State*. Labour protection and social patriarchy (1879-1919). Quebec: Queen's University Press, 1989.

Paula Brito

Editor, Poeta e Artífice das Letras

Organizadores

José de Paula Ramos Jr.
Marisa Midori Deaecto
Plínio Martins Filho



Este livro trata das múltiplas faces de um personagem singular de nossa história: Francisco de Paula Brito (1809-1861).

Paula Brito-Editor de Machado de Assis, Casimiro de Abreu, José de Alencar, Gonçalves Dias, Basílio da Gama, Gonçalves de Magalhães, Teixeira de Souza, Martins Pena... e de outros tantos literatos menos afortunados pela crítica. Na livraria da Praça da Constituição, Paula Brito fundou a Sociedade Petalógica, registrando de forma bem-humorada e criativa sua presença na cartografia cultural da Corte.

Paula Brito-Poeta registrou em seus versos e nas modinhas que compôs traços da cultura fluminense de seu tempo. Se o Talento lhe faltou nessa arte em que o engenho não é tudo,

o leitor não poderá se furtar das cenas pitorescas inserta em seus poemas, em que o entredo é narrado com notas picantes, enquanto cenas de amores não correspondidos encontram não raro a mesma ingenuidade e sentimentalismo que conquistaram os leitores de um Casimiro de Abreu, ou de um Gonçalves de Magalhães.

Enfim, Paula Brito-Arte e Inspiração. Os ensaios apresentados neste livro reconstituem em nobilíssimas linhas as múltiplas fazes deste que foi o, segundo Machado de Assis, “o primeiro editor digno deste nome que houve entre nós”.

Sem dúvida, uma bela homenagem ao homem e seu maior legado: o livro.



Rosa Luxemburg

Acumulação do Capital: militarismo e colapso

Rosa Rosa Souza Rosa Gomes
Graduanda em História (USP)

Na tentativa de escrever um livro de Introdução a Economia Política, Rosa Luxemburg se deparou com um problema teórico presente no volume II de O Capital. Isso deu origem, em 1912, à sua obra teórica “A Acumulação de Capital”.

Estruturada em três partes, a obra procura pensar o problema da acumulação numa tentativa de entender e lutar contra o imperialismo. Nossa autora faz uma exposição teórica e histórica da reprodução ampliada, apresentando uma questão e propondo sua solução, através do desenvolvimento de uma nova teoria sobre o processo de acumulação de capital. Ela é a primeira a perceber o problema da demanda efetiva; Rosa procura mostrar nesse livro é que há um problema de realização¹ da mais-valia a ser explicitado e resolvido.

Assim, Rosa Luxemburg começa seu livro explicando o que é a reprodução; passando pela formulação do capital social total² de Quesnay e pelos esquemas de Marx. Consegue assim explicar a reprodução ampliada e a acumulação através de uma concatenação de ideias que, além de explicitarem seu objeto de estudo – a acumulação e o problema da realização da mais-valia –, deixam claro também o ponto de partida de sua questão e seus pressupostos teóricos.

Logo no início, a reprodução é definida como ciclo regular de produção e consumo que supõe “determinado grau de produtividade do trabalho”.³ No capitalismo, ela adquire especificidade histórica, porque depende não apenas das condições técnicas e sociais – meios de produção e mão-de-obra do período anterior –, mas também do lucro. A reprodução no capital não ocorre pela necessidade de consumo da sociedade, mas pelo seu potencial lucrativo. Assim, para entender a reprodução no capitalismo é preciso entender a circulação do dinheiro, porque o lucro só aparece na realização da mais-valia, quando o mais-produto toma a sua forma monetária. Daí termos ainda nessa primeira parte um capítulo sobre a circulação do dinheiro.

Em sua análise considera uma média “das alternâncias conjunturais dentro de um determinado ciclo” do capital; o equilíbrio entre oferta e demanda; a composição do valor como sendo a soma de capital constante, capital variável e mais-valia;⁴ o objetivo da produção capitalista sendo a produção ilimitada de mais-valia. Esses pontos de partida são importantes para entendermos como ela pôde chegar à conclusão exposta no final do livro.

Aceita também a definição do próprio Marx de que a acumulação de capital é a expressão capitalista da reprodução ampliada. Isso nos permite entender porque ao longo do livro “reprodução ampliada” e “acumulação” se intercalam parecendo sinônimos.⁵

E já na primeira parte do livro, aponta para a sua tese ao colocar a necessidade, para o capitalista individual, de encontrar “... *os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado não apenas em geral, mas em progressão determinada, que corresponda a seus avanços na acumulação*”.⁶

A partir dessa base, Rosa constrói seu raciocínio. Apresenta as teorias de Quesnay e Smith e seus problemas, destacando o erro, que perdurou até Marx, da consideração do valor como dividido em capital variável (v) e mais-valia (m) apenas, desconsiderando o capital constante. Explica o esquema da reprodução simples em Marx, sobre o qual este sustentaria o da reprodução ampliada e analisa a circulação do dinheiro, já destacada como extremamente importante dentro do processo capitalista de acumulação.⁷

Ao expor reprodução ampliada em Marx, ela apresenta sua questão fundamental, até então desapercibida por todos os economistas: *qual a origem da demanda?* Para quem os capitalistas vendem? Como se realiza a mais-valia acumulada? Rosa escreve a

primeira parte percorrendo o caminho analítico que a levou a essa formulação e já indica sua tese:

“... a acumulação só pode efetivar-se na medida em que o mercado cresce *fora* dos Departamentos I e II”.⁸⁻⁹ (grifo meu)

Com essa descoberta, Rosa aponta os erros que obscureceram a questão por muito tempo. Um dos principais, na teoria marxista, foi a proposição de que a solução da acumulação estaria na origem do dinheiro. Marx preocupa-se em demonstrar de onde vem o dinheiro, pois parte do pressuposto, correto de que a forma monetária é essencial na acumulação, apesar de não o ser na reprodução efetiva, pois o mais-produto precisa se desprender de sua forma de uso e adotar a forma natural conveniente, transformação mediada pelo dinheiro. Assim, ao tratar da realização da mais-valia, Marx se fixa em explicar onde se encontra o dinheiro que irá realizá-la, não se atentando para o fato de que essa pergunta é irrelevante, pois a resposta é óbvia: o dinheiro está na mão dos consumidores. O problema efetivo seria: quem são esses consumidores? E ainda, do ponto de vista da circulação, como a mais-valia se realiza retornando o capital aos proprietários deste? Como ocorre a transformação de capitais: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria? Quem ou o que permite que essa circulação ocorra em escala cada vez maior?

Com essas formulações, nossa autora passa a ver como o problema foi tratado pela Economia ao longo da história. Ela precisa pensar o que foi produzido de teoria sobre o assunto antes e depois de Marx, para deixar os pontos de avanço e de estagnação que este representa. A segunda parte é, então, uma análise dos economistas clássicos e dos marxistas na perspectiva da possibilidade ou não da acumulação.

Assim, do ponto de vista dos economistas clássicos a questão é a possibilidade ou não da reprodução ampliada em termos capitalistas; uma questão anterior a de Rosa. Já do ponto de vista dos marxistas russos, ela existe. Só é preciso explicar como ela ocorre, tendo como base os esquemas de Marx, dados como certos..

O problema geral que une todos esses teóricos é o fato de não olharem para as condições sociais concretas, para o desenvolvimento do capitalismo em sua concretude, partindo sempre de abstrações para formularem suas teorias, sejam elas os esquemas matemáticos de Marx, sejam as formulações de Smith sobre a composição do valor. Rosa junta pontos de vista tão diferentes pensando que todos eles caem no

mesmo idealismo, recusam-se a pensar seu objeto a partir do concreto, fazendo dele simples fórmulas matemáticas a que tudo se encaixam.

Os últimos a serem tratados nessa “exposição histórica do problema”, numa ordem cronológica, são os marxistas russos “legais”. Suas teorias chegaram ao ponto de colocar o capitalismo como um modo de produção ilimitado, tornando o socialismo algo impossível, uma vez que este só existiria depois do colapso do modo de produção capitalista. Isso é inaceitável para R. Luxemburg, pois, no geral, o socialismo é visto pelos marxistas como uma necessidade histórica, guardadas as devidas condições objetivas e subjetivas.

Veremos ao fim, como isso é problemático dentro da proposta de nossa autora. Não que a partir de sua teoria seja possível concluir a impossibilidade do socialismo, mas ela permite achar um ponto no qual a possibilidade de crescimento do capital é ilimitada, algo que ela mesma não percebeu, mas dedutível dentro do esquema proposto por ela.

Terminadas as críticas e exposições teóricas sobre o tema, mas não a tese, Rosa retoma os esquemas de Marx, ponto de estagnação da teoria econômica sobre a reprodução ampliada e seu ponto de partida. É um momento de sistematização dos erros, retomados para desenrolar sua teoria.

Os esquemas são insuficientes, porque partem já de um pressuposto equivocado: uma sociedade formada apenas por capitalistas e proletários. Sabemos que isso não corresponde à realidade e, sendo justos, o próprio Marx também sabia. No entanto, ele parece ter esquecido disso e caiu no mesmo erro dos outros economistas, deixando de olhar a sociedade concreta para finalizar sua teoria, ao menos na visão de Rosa Luxemburg.

Além disso, Marx considera o consumo de capitalistas e operários como fonte de realização da mais-valia acumulada e esquece que o crescimento da produção não é acompanhado pelo do consumo. Não leva em conta a produtividade do trabalho ao manter constantes a taxa de mais-valia e o crescimento do capital constante em termos relativos e absolutos em relação ao capital variável. Pressupõe a acumulação do departamento I (produção dos meios de produção) em detrimento da estagnação ou do déficit do departamento II (produção dos meios de consumo). Não permite a acumulação por saltos ao excluir a possibilidade de entesouramento e, por fim, exclui a contradição entre capacidade produtiva e consumidora.

“... o esquema nega a concepção marxista do processo global do capital [...] A ideia básica dessa concepção é a contradição imanente que existe entre a capacidade de expansão ilimitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social, dentro das condições capitalistas de distribuição”.¹⁰

Isso ocorre porque o esquema pressupõe uma proporcionalidade do crescimento dos dois departamentos, havendo para tanto uma harmonia entre a produção e o consumo, já que todo o produto precisará ser realizado na mesma medida e no mesmo tempo para que toda a produção cresça junto.

Marx utiliza os pressupostos de análise do capital individual para a análise da totalidade. De fato, para o indivíduo só existe o modo de produção capitalista e a sociedade se divide em proprietários dos meios de produção e trabalhadores. No entanto, para a análise da totalidade, da formação social capitalista, a realidade é muito mais complexa.

Com um problema não resolvido e apresentadas as falhas na sua descoberta e resolução, Rosa apresenta uma saída: os mercados externos.

A sociedade não é constituída apenas por capitalistas e operários e o modo de produção capitalista não é o único presente no mundo. A demanda efetiva, a realização da mais-valia está fora do modo de produção, seja em outras camadas sociais ou em países não-capitalistas.

“A realização da mais-valia é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista. [...] a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista”.¹¹ (grifo meu)

As condições para esse processo de acumulação são: círculo de compradores fora da sociedade capitalista, existência de meios materiais correspondentes e necessários à ampliação da produção e o fornecimento de trabalho vivo e adequado às necessidades do capital. Essas duas últimas condições mostrar-se-ão submetidas à primeira, pois a expansão da produção e a realização dos produtos, exige também maior quantidade de matéria-prima e mão-de-obra, fornecidas em escala exponencial também pelos mercados externos.¹²

Mostra-se o processo histórico da acumulação do capital, suas condições de existência e a forma como se transformou no imperialismo observado por ela no séc. XIX e início do XX.

Assim, o processo de acumulação é dividido em três fases: a luta contra a economia natural, a luta contra a economia mercantil e a concorrência do capital no mercado mundial.

A economia natural se caracteriza por uma economia de subsistência, não tem nenhuma ou quase nenhuma necessidade de produtos estrangeiros e não produz excedentes. Além disso, existe sempre algum vínculo com os meios de produção e a mão-de-obra, o trabalhador não é totalmente despojado como o proletário.

Essas formações de nada servem ao capitalismo porque ou rejeitam o comércio ou não podem oferecer nada ao capital por causa de sua estrutura social. Assim, o capital usará na maioria das vezes da violência para acabar com essas sociedades, liberando mão-de-obra e criando mercados através da expropriação. Mas não se trata aqui de acumulação primitiva, o capitalismo já está constituído enquanto modo de produção, está em processo de expansão, o que, para Rosa, é vital para sua continuidade.

Essa é a primeira condição para a aquisição de meios de produção e realização da mais-valia: destruição da economia natural. A segunda, é a sua inserção na economia mercantil. E para isso, os meios de transporte são essenciais, pois permitem ao capital chegar aos mais distantes rincões, alcançando o interior dos continentes através de ferrovias, telégrafos, navios. Deste modo, amplia-se a distribuição de mercadorias que somada a expropriação e à violência militar levam a expansão do mercado e à exploração dos meios de produção – matéria-prima e mão-de-obra.

“... os meios de transporte (ferrovias, navegação, canais) representarem os pré-requisitos indispensáveis à expansão da economia mercantil em regiões de economia natural. A marcha de conquista da economia mercantil começa no geral com maravilhosas obras modernas de transporte, como linhas férreas que atravessam densas florestas e montanhas, com linhas de telégrafo que se estendem por sobre desertos e com transatlânticos que atingem portos distantes. A pacificidade dessas ações é, no entanto, apenas aparente.[...] A moderna história da China nos oferece o exemplo clássico do comércio ‘afável’ e ‘pacífico’ com sociedades atrasadas, marcado desde o início dos anos 40 e durante o resto do século XIX pela guerra que lhe movem os europeus no intuito de integrar a China, pela força, em seu comércio”.¹³ (fala, então, sobre a Guerra do Ópio).

“...as ferrovias abriam o caminho e o capital fazia o resto”.¹⁴

Para terminar de vez com a economia natural e introduzir a economia mercantil é preciso separar indústria e agricultura, criando a economia camponesa e a indústria rural. A economia camponesa foi sendo reduzida cada vez mais, até sobrar apenas a agricultura como ramo, obrigando os camponeses a consumirem do capital. Esses fazendeiros se verão na necessidade de vender rapidamente toda a sua produção para conseguirem comprar da indústria as mercadorias de que precisam, porque já são mais capazes de produzir artesanato. Cria-se assim a produção mercantil, “forma geral que permite ao capitalismo desenvolver-se”.¹⁵

No entanto, essa economia agrícola torna-se mundial e o grande capital toma conta dela, destruindo o fazendeiro.

“Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado.”¹⁶

Deste modo, o capital liberta sua força de trabalho.

Após despojar o camponês, o capital passa a produzir nas regiões que antes lhe serviam para realizar sua mais-valia e fornecer mão-de-obra e matéria-prima. A terceira fase do processo de acumulação é esta, a fase imperialista.

Aqui, essas zonas de realização da mais-valia são industrializadas e ingressam definitivamente para o modo de produção capitalista, a produção mercantil é suplantada. As colônias tornam-se independentes e para isso pegam empréstimos junto a países capitalistas mais antigos. Com isso, sua dependência com relação a esses países também é agravada. Aquilo que os torna independentes também gera sua servidão.

Além disso, esse processo gera uma contradição para o próprio capitalismo, na medida em que a suplantação da economia mercantil pela produção capitalista diminui a realização da mais-valia numa região que é dominada, a princípio, por esse motivo.

Nessa perspectiva, a ideia de livre-cambismo aparece como episódica, nas palavras da própria Rosa, pois o surgimento do grande capital acirra as disputas para a acumulação fazendo com que os países adotem medidas protecionistas – as tarifas –, a única exceção é a Inglaterra, pois

“...pôde encontrar em suas imensas possessões uma base vastíssima de operação, que abriu perspectivas quase ilimitadas à sua acumulação de capital, colocando-a efetivamente a salvo da concorrência das demais nações capitalistas.”¹⁷

Sabendo-se que as áreas do globo possuem um limite, parece óbvio o colapso do capitalismo independente da subjetividade das massas. Ele acabaria assim que não houvesse mais possibilidades de acumulação.¹⁸

Contudo, o último capítulo abre uma brecha. Seu título é “O Militarismo como Domínio da Acumulação de Capital”.

O militarismo está presente em todas as fases da acumulação, acompanha o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo. Além da coerção necessária e exemplificada com fatos históricos, ele é um campo para a própria acumulação.

Isso é possível, através dos impostos indiretos¹⁹ retirados dos salários dos trabalhadores e dos camponeses. No primeiro caso (o dos operários), parte do capital que seria gasto na produção de meios de subsistência para a força de trabalho é redirecionado para a indústria bélica, abrindo-se um novo setor, pois a produção de meios de subsistência é algo necessário para a reprodução da mão-de-obra, mas não gera acumulação, acarretando na verdade uma economia dos gastos dos capitalistas.

“... para o capital total a alimentação da classe operária não passa de um mal necessário, um meio para atingir de forma indireta o objetivo propriamente dito da produção: a geração e realização da mais-valia. Podendo-se extrair a mesma quantidade de mais-valia sem oferecer em troca o mesmo equivalente em meios de subsistência, melhor será o negócio.”²⁰

No segundo caso, dos camponeses, temos um grupo não-capitalista, que faz parte das áreas de expansão da acumulação do capital; eles são um mercado externo. Deste modo, a tributação indireta recebida dos camponeses abre uma fonte inteiramente nova, pois essa soma se insere no modo de produção capitalista no exato momento em que passa às mãos do estado. Por esse motivo, esses impostos terão um papel muito mais importante na formação da indústria bélica e ainda servirão como forma de pressão para que os camponeses passem a vender todo o seu produto e consumam mercadorias produzidas dentro do modo de produção capitalista.

“A pressão tributária força o camponês a transformar uma parte cada vez maior de seu produto em mercadoria, convertendo-o, ao mesmo tempo, em comprador. Essa pressão lança o produto da economia camponesa em circulação e os camponeses passam obrigatoriamente a compradores de produtos do capital. [...] Tudo que antes figuraria como poupança do camponês, entesourada pela pequena classe média, e se destinasse normalmente a aumentar o capital depositado em bancos e Caixas Econômicas, em busca de aplicações, transforma-se, de posse do Estado, pelo contrário, em demanda e investimento potencial do capital.”²¹

Esse mecanismo de criação de demanda através da indústria bélica é inteiramente controlado e impulsionado pela própria classe capitalista, pois ela é a detentora do poder político, do comando do Estado. Aqui se encontra a grande novidade acerca do militarismo: é um mercado externo gerido pela classe dominante, não havendo sobre ele influências exteriores. Assim, através do Estado, a classe capitalista consegue regular esse ramo da indústria, gerando demanda para suprir a necessidade de realização da sua mais-valia. Com esse mecanismo, o colapso não parece ser matizado.

“...esse campo específico da acumulação parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e da base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital.”²²

Rosa parece notar nesse ponto uma perspectiva de ilimitação do capital. No entanto, acaba o livro na página seguinte dizendo:

“O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se (sic); que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo...”²³

O livro acaba. A autora parece não ter percebido a brecha colocada linhas acima: o militarismo poderia ser um ramo de acumulação infinita para o capital? Essa pergunta parece ocupar um espaço especial quando olhamos para o séc. XX, nos anos posteriores à escrita desta obra, em especial, no que diz respeito à economia dos Estados Unidos.

Passados quase um século de sua escrita, a obra de Rosa Luxemburg é atual e ainda gera muita polêmica. Em geral, pouca atenção é dada à importância deste livro quanto à questão colocada e à solução que apresenta. Ao explicitar o problema da realização da mais-valia, Rosa vai fundo no debate travado entre a possibilidade ou impossibilidade de existência ilimitada do capitalismo. Ela percebe o ponto economicamente fraco do sistema e ao procurar resolvê-lo toma um partido dentro da querela: o capitalismo é economicamente inviável, não resistirá à falta dos modos de produção não-capitalistas que ele mesmo destruiu.

Visto ser recorrente o destaque dos pontos negativos e até o obscurecimento dessa obra, coloco aqui algumas críticas que destacam seus pontos positivos, como o texto de Georg Lucáks a respeito de nossa autora. Ele destaca a obra como ponto de retomada do método marxista, pressupondo a totalidade do processo histórico. Rosa Luxemburg e Lênin seriam os autores a se voltarem para a obra de Marx rejeitando o marxismo vulgar.

Para Lucáks, ao tratar o problema partindo de um estudo “histórico-literário” – a segunda parte do livro de Rosa, quando trata da literatura sobre o tema –, Luxemburg expõe a problemática no processo histórico e traz o velho Marx de volta.

“Seja qual for o tema em discussão, o método dialético trata sempre do mesmo problema: o conhecimento da totalidade do processo histórico. Sendo assim, os problemas “ideológicos” e “econômicos” perdem para ele sua estranheza mútua e inflexível e se confundem um com o outro. *A história de um determinado problema torna-se efetivamente uma história dos problemas.* A expressão literária ou científica de um problema aparece como expressão de uma totalidade social, como expressão de suas possibilidades, de seus limites de seus problemas. Estudo histórico-literário do problema acaba sendo o mais apto a exprimir a problemática do processo histórico. A história da filosofia torna-se filosofia da história.”²⁴

Ao fazer a análise histórica do problema da acumulação, Rosa se insere dentro daquele debate da impossibilidade ou não do capitalismo e responde, propondo uma solução também histórica, tomando o partido do colapso. Ao fazer isso Rosa não está deixando

de lado a subjetividade da ação revolucionária, mas se mantém coerente à unidade entre teoria e prática. Ela formula uma teoria do colapso sem deixar de lado a práxis que deve levar a ele.

Muitos autores criticam sua obra justamente, tomando sua teoria como fatalista. De fato, ao terminar o livro, só não achamos que o capitalismo vai acabar um dia por si só, porque sabemos que isso não aconteceu e ainda vivemos sob seus imperativos. De qualquer modo, ela parece deixar pouco espaço para a ação da subjetividade dentro desta obra. Mas é preciso entendê-la dentro do contexto histórico e da vida da autora.

Rosa Luxemburg compreendeu o método marxista como o método da totalidade sendo necessária a unidade entre teoria e prática. Nessa perspectiva, a formulação de uma teoria do colapso seria um ponto essencial para essa unidade, sem deixar de lado também a outra parte: a ação era ponto necessário também, do capitalismo não surgiria por si só o socialismo sem a ação do proletariado. Isso Rosa compreendia muito bem e não se pode tomá-la por fatalista, tendo como base apenas *A Acumulação do Capital*.

“Ela [a revolução proletária] está garantida somente metodicamente – pelo método dialético. E essa garantia também só pode ser provada e adquirida pela ação, pela própria revolução, pela vida e pela morte para a revolução. Um marxista que cultive a objetividade do estudo acadêmico é tão repreensível quanto alguém que acredite que a vitória da revolução mundial pode ser garantida pelas ‘leis da natureza’”.²⁵

Rosa contribuiria desta forma para o andamento em direção a revolução, propondo avanços em relação a Marx e não retrocessos como os economistas vulgares, analisados em sua obra.

Outra contribuição, apresentada por outros dois autores Paul Singer²⁶ e Michel Brie,²⁷ é a constatação de que o modo de produção capitalista não sobrevive sem modos de produção não-capitalistas. Essa formulação gera muita polêmica, mas tem uma consequência interessante para Michel Brie.

Ele destaca a importância da questão reforma ou revolução dentro da obra de Rosa Luxemburg, solucionada apenas depois de 1917 e 1918, quando ela sentiu a necessidade de caminhos alternativos para o socialismo. Ela propõe então um processo rumo ao socialismo. A revolução não aconteceria mais num “dia D”, mas no agora, começando com mudanças dentro da própria sociedade.

“... a transformação socialista deixa de ser pensada exclusivamente como o “dia decisivo”, e passa ser pensada como processo que pode começar, aqui e agora, pela mudança da correlação de forças, das estruturas de poder e de propriedade, da inovação institucional. Nem toda reforma social ou democrática rejeita o capitalismo, mas há reformas que têm por natureza um potencial ‘transformador’, revolucionário”.²⁸

Para Brie, da mesma forma que o modo de produção capitalista engloba áreas não-capitalistas, áreas capitalistas podem sair da esfera capitalista. Isso porque, como Rosa Luxemburg disse, o capitalismo não pode existir como modo de produção único, ele precisa de esferas não capitalistas. Assim, o próprio mecanismo do sistema abriria espaço para um novo tipo de ação transformadora: a que se propõe no presente, começa no presente e se coloca no caminho inverso ao da cooptação, lutando para sair da esfera capitalista e construindo modos de vida alternativos. É uma revolução que não se projeta no futuro, mas no presente e tem a cada segundo o seu dia D, vive sempre a ação decisiva, porque não se pensa num momento único de reviravolta, mas num processo que é preciso construir no hoje, a todo instante.

Não esqueçamos o ponto de maior crítica à obra de R. Luxemburg e que impediu, muitas vezes, de se considerar o conjunto de sua teoria. De fato, Rosa erra quando diz estarem equivocados os esquemas de reprodução de Marx, porque eles estavam matematicamente certos dentro do modelo de abstração colocado por ele. Foi uma falha desapercibida por ela; apesar de ter pontuado algumas vezes em seu livro, o fato de Marx deixar claro que seus esquemas não representavam a realidade, nem a sociedade se dividia apenas entre capitalistas e trabalhadores, mas esses eram apenas recursos para o estudo. Claro que esse erro e outros devem sempre ser discutidos e explicitados, no entanto, não podemos balizar a discussão sobre a obra neles, renegando aquilo que ela traz de novo e interessante.

Até hoje, vemos um incômodo na discussão sobre a teoria econômica de Rosa Luxemburg e uma dificuldade em se voltar à sua obra e deixar isso explícito; seus pensamentos são relegados a um limbo: sabe-se que existe, mas não se fala, não se comenta, ou quando o faz é sempre com um “mas...”. É importante retomar a obra *Acumulação do Capital* e levar em conta seus pontos positivos e seus avanços para a teoria econômica, tomando-a como pressuposto

para o estudo da acumulação, ainda mais em nossos dias, quando as questões da economia armamentista e de guerra voltam a ser discutidas com maior atenção. O trabalho de Rosa Luxemburg é fundante para um começo de reflexão acerca da indústria bélica e da expansão do capitalismo, no entanto sua crítica a Marx pareceu tão despropositada aos ortodoxos que foi o suficiente para negar a sua contribuição.

No entanto, estamos num momento em que as críticas são necessárias e até bem recebidas, pois se percebeu a necessidade de pensar outras saídas, outros caminhos, porque eles não estão dados. E para isso é importante ver aquilo que já se fez e avançar, procurar outras respostas. Nossa autora é, assim, só o começo, necessário, de uma longa reflexão sobre o que é o nosso mundo hoje, o que queremos dele e como faremos para alcançar esse desejo.

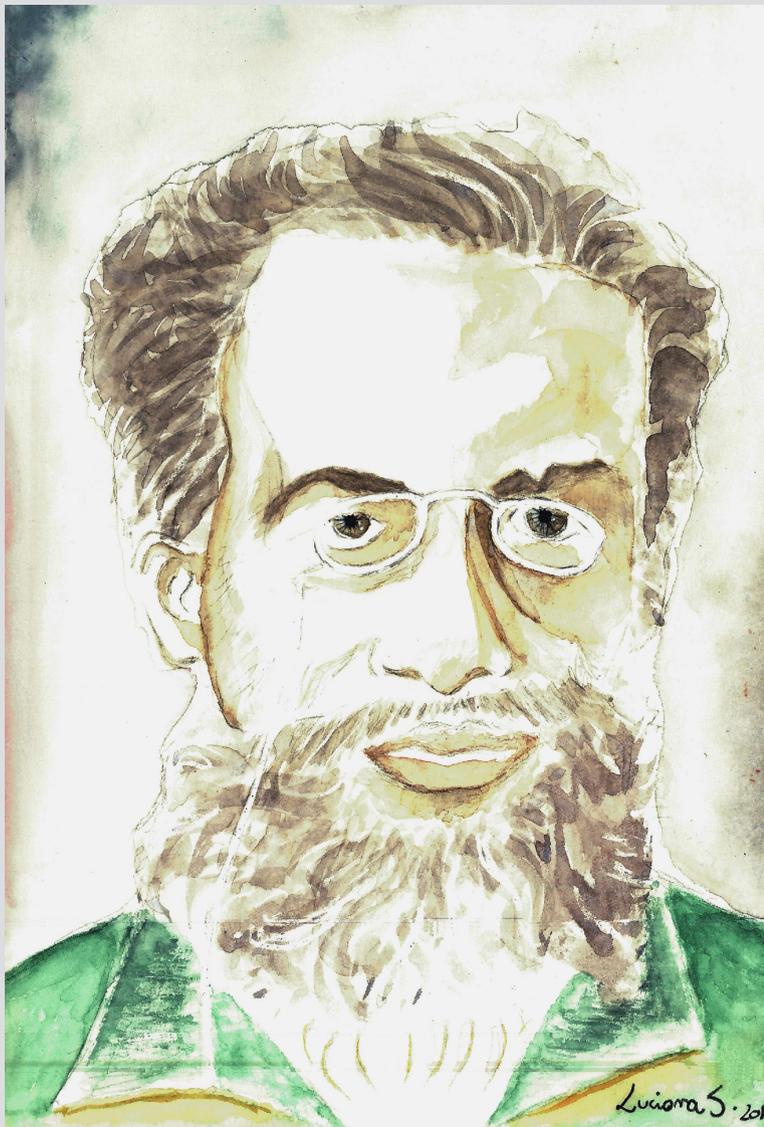
Notas

1. A mais-valia tem sua forma natural como mais-produto, ela precisa ser trocada por dinheiro, adquirindo sua forma pura de valor para ser capitalizada e reinserida na produção, para virar capital ativo. Esse processo de transformação da mais-valia, de mais-produto em dinheiro é a realização.
2. Isso nos permite pensar num sistema total e fazer uma análise global, não apenas dos capitalistas individualmente; constitui-se um sistema.
3. Rosa coloca essa expressão como equivalente econômico de “determinado grau de domínio da Natureza pela sociedade”.
“... o conceito de reprodução significa algo mais do que a simples repetição: ele já pressupõe determinado grau de domínio da Natureza pela sociedade ou, em termos econômicos, determinado grau de produtividade do trabalho.” (LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Nova Cultural, 1985. pg. 8)
4. Capital constante: capital utilizado para repor ou comprar novos meios de produção
Capital variável: capital gasto em salários
Apresenta um debate sobre esse ponto argumentando sua escolha pela definição de Marx e demonstrando o erro na teoria da reprodução ampliada dos economistas clássicos a partir de sua definição equivocada de valor, como sendo a soma de mais-valia e capital variável.
5. De fato, para Rosa, esses termos não coincidem senão no capitalismo, pois outros modos de produção têm a reprodução ampliada, mas só com o capital ela adquire a forma da acumulação.
6. LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Nova Cultural, 1985. pg. 18
7. Neste ponto, a autora faz uma análise confusa da proposta marxista e parece não apresentar nenhuma solução efetiva para o problema da produção do

dinheiro dentro da produção capitalista. Ela propõe a existência de um terceiro departamento para a produção do dinheiro, argumentando que esse produto não faz parte da produção e portanto não poderia se encaixar em um dos outros departamentos sem prejuízo para eles. Marx teria, então, formulado a resposta errada ao colocar o dinheiro dentro do departamento I (meios de produção), porque a forma monetária não participa do processo produtivo o que causaria um déficit no produto total deste departamento: ao fim não haveria meios de produção suficientes para repor o capital constante de I e II. Para ela, ao colocar a produção de dinheiro no departamento III, esse problema estaria resolvido, não havendo déficit no produto total nem dos meios de produção, nem dos meios de consumo.

8. Na análise do modo de produção capitalista em seu conjunto, Marx divide em dois departamentos. O Primeiro, Departamento I constitui-se na produção dos meios de produção de toda a produção, já o Departamento II produz os meios de subsistência de toda a produção. Essa divisão parte do pressuposto de que no modo de produção capitalista existem apenas dois tipos de produtores: o de meios de produção e o de meios de subsistência.
9. Idem. pg. 81
10. Idem pg. 236
11. Idem pg. 241
12. Essa resolução sobre a força de trabalho e os meios materiais pode parecer colocada a partir do nada nesse final, pois Rosa passa a maior parte do livro falando sobre a questão da realização. No entanto, ela aparece indicada nos primeiros capítulos, quando ela pontua:
“...é necessário que ele [o capitalista individual] encontre os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado, não apenas em geral, mas em progressão determinada, que corresponda a seus avanços na acumulação” (LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Nova Cultural, 1985, pg. 18)
13. LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Nova Cultural, 1985. pg. 265
14. Idem pg. 281
15. LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Nova Cultural, 1985. pg. 275
16. Idem pg. 275
17. Idem pg. 308
18. Esse é um dos pontos de forte crítica à obra de Rosa Luxemburg. Muitos autores criticam seu fatalismo deixando de lado sua grande contribuição a teoria e história econômicas: a formulação do problema da realização e sua perspectiva totalizante de análise e solução dessa questão.
19. São os impostos repassados no preço dos produtos, que se encarecem reduzindo a possibilidade de consumo dos trabalhadores, pois seus salários não aumentam em igual proporção. O capital adianta esses impostos ao Estado, mas eles são cobrados depois dos trabalhadores transformados em consumidores.
“A magnitude da tributação indireta se manifesta na elevação de preços dos meios de subsistência, enquanto a expressão monetária da força de trabalho não se altera [...] ou pelo menos não se modifica na proporção daquela elevação de preços.” Idem pg. 313.
20. Idem pg. 318

21. Idem pg. 319
22. Idem pg. 319
23. Idem pg. 320
24. LUCÁKS, Georg. "Rosa Luxemburg como marxista". In: História e Consciência de Classe. Martins Fontes, São Paulo, 2003. pg. 117.
25. Idem. pg. 131
26. SINGER, Paul. Apresentação. In: Luxemburg, Rosa. A Acumulação do Capital. Nova Cultural, 1985.
27. BRIE, Michel. Prefácio. In: Loureiro, Isabel M. Rosa Luxemburg: Os dilemas da ação revolucionária. Editora Unesp.
28. Idem. pg. 20



Machado de Assis

Crítica Literária: “O Caso da Vara”

Marisa Yamashiro
Bacharel em Letras pela USP e
Membro do Núcleo de Estudos d’O Capital

A análise do conto de Machado de Assis tenta chamar a atenção para as relações de dependência e suas consequências na manutenção do estado das coisas.

Em resumo, “O caso da vara”, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1891,¹ traz os momentos de apuro e angústia de Damião, um rapaz que foge do seminário e procura refúgio na casa de Sinhá Rita, uma viúva que ele suspeita ser amante de seu padrinho, João Carneiro. Damião consegue persuadi-la a usar sua influência sobre o padrinho, para que ele interceda junto ao compadre e o convença de que o filho não tem vocação para a Igreja, tampouco para o seminário. Enquanto aguarda por uma notícia boa trazida pelo padrinho, Damião passa o dia com Sinhá Rita, alternando momentos de apreensão e troca de piadas; uma delas, no entanto, provoca riso também em uma das crias da casa, a menina Lucrecia de onze anos. Tal impropriedade – de achar graça “fora de hora” e, implicitamente, fora de lugar social – desagrada a senhora, que a ameaça de castigo caso a tarefa da costura não esteja pronta ao final do dia. Sentindo-se responsável pela distração da menina, Damião promete a si mesmo que intervirá junto a Sinhá Rita caso ela queira puni-la de fato e, mais ainda, que a apadrinhará. No fim do dia, o trabalho de Lucrecia ainda está por terminar e Sinhá Rita agarra-a

pela orelha para castigá-la; nesse momento, a despeito da promessa em favor da menina, uma outra realidade concorre com o senso de justiça e compaixão de Damião.

Retomando o momento de introdução de Damião à vida eclesiástica, Machado lança, sem alarde, num deslocamento temporal e espacial do cenário principal da estória, a ideia moralizante do conto, através da voz do reitor do seminário. Ao apresentar-lhe Damião, o padrinho o projeta no futuro como “o grande homem que há de ser”,² ao que o reitor lhe responde: “venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã”. Nessa resposta, Machado questiona e desconstrói o imaginário que cerca uma conduta de grandeza que, longe da ideia de humildade, estivesse viciosamente atrelada ao orgulho de quem a pratica por um lado e, por outro, sustentada pela admiração do outro.

Do alto de sua condição beneficente, a intenção do rapaz é piedosa e avessa a injustiças, assumindo total responsabilidade sobre a distração da menina. Posto, entretanto, na posição de beneficiário e dependente do favor daquela que cometia o ato injusto, as consequências da atitude benevolente passam a ser calculadas e, ao fim e ao cabo, sua necessidade (ou vontade) individual se sobrepõe à grandeza do gesto que não se sustenta em defesa da menina, e direciona para si todo o benefício das relações de favor em jogo.

Machado não precisa o ano em que os fatos se deram, mas afirma ser antes de 1850, o que é suficiente para nos assegurar qual seja a relação de trabalho ainda vigente no Brasil – isso do lado de fora da casa de Sinhá Rita, porque dentro dela, certamente, se respiram os ares da escravidão. Num primeiro momento, o narrador nos introduz a menina impessoalmente, como “uma das crias de Sinhá Rita” e, ao enunciar seu nome, é já sob o alçar da vara ameaçadora da Sinhá que ele o faz:

– Lucrécia, olha a vara!

A pequena baixou a cabeça, aparando o golpe

Mas quem é Lucrécia, além de ser uma das crias da casa, sobre quem se levanta a vara tão somente por ter desviado a atenção para o rapaz que fazia rir tanto a Sinhá?... Ela é uma criança, vivendo não se sabe em que condições: “era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos (...) tossia, mas para dentro,

surdamente, a fim de não interromper a conversação”. Filha de negros, provavelmente ainda escravos nesse tempo, já traz no corpo franzino sinais do uso da violência do senhorio e no tossir abafado, índices de repressão. Aprende movimentos rápidos, e necessários, esquivando-se do “castigo do costume”.

Hábito de castigar, hábito de apanhar, assim se apresenta a relação entre a menina e Sinhá Rita, dona da casa e de suas crias. Por um lado, a senhora subalterniza as escravas e por outro ela se subalterniza ao manter às escusas o romance com João Carneiro, ainda que bastante forte sua influência sobre ele. Quando Damião duvida que o padrinho o atenda e, astutamente, que atenda a qualquer pessoa, uma atitude repentina de boa vontade em favor do rapaz ilumina a viúva: movida por nenhuma outra razão que seu orgulho, a viúva manda trazer imediatamente o padrinho em sua presença. Aqui poderíamos, então, numa proposição provocativa, ecoar sobre a viúva as palavras do reitor: “as verdadeiras grandezas são chãs”.

Ao chegar à casa da viúva e deparar-se com o afilhado, João Carneiro empalidece e ameaça-o de castigo por estar incomodando a viúva, a qual lhe questiona “Castigar por quê?”. E nós nos perguntamos: qual a função do castigo na visão da viúva? Se fugir do seminário, desacatando a decisão paterna e a autoridade eclesiástica, não é motivo para castigo, por que a menina rir-se de um chiste seria? Talvez o que esteja em jogo não seja o gesto educativo supostamente embutido no castigo, mas a subjugação de ambos, a cria Lucrecia e o admirador Carneiro, a saber: a primeira pelo domínio sócio-econômico e o segundo pela privação amorosa, ainda que clandestino o romance. Entre olhares de súplica e censura ao pedido da viúva, as contrapropostas que invadem a imaginação de João Carneiro oscilam entre o ridículo e a covardia, ultrapassando os limites da razoabilidade. Vale a citação: “Por que lhe não ordenava que fosse a pé, debaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? (...) Ah! Se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução, – cruel, é certo, mas definitiva”. As alternativas para João Carneiro continuam na mesma toada de grande imaginação, porém o narrador o traz de volta à responsabilidade, com refinada ironia machadiana: “Imaginar que o barbeiro de Napoleão era encarregado de comandar a batalha de Austerlitz... Mas a igreja continuava, os seminários continuavam, o afilhado continuava, cosido à parede, olhos baixos, esperando, sem solução apoplética”.

Damião tem, em contrapartida, um olhar fino, atento e curioso: desconfia do caso amoroso entre a viúva e o padrinho e se vale dele para que ela o ajude; reconhece o caráter mole do padrinho, mas sabe aproveitá-lo assim como as vaidades de Sinhá Rita; repara a tosse abafada da menina Lucrecia e, ao recontar a piada a umas moças da vizinhança, verifica se ela ria novamente, mas não ria – todavia, num comentário mordaz, desfez: “ou teria rido para dentro, como tossia”. Damião calcula seus passos, prefere prevê-los, mas não deixa escapar oportunidades: a fuga do seminário já havia sido planejada, para mais tarde, mas “uma circunstância fortuita a apressou”. Para não se deparar com situações de impasse, planeja: prevendo a possibilidade do pai chamar a polícia “correu ao quintal, e calculou que podia saltar o muro” para chegar a uma determinada rua, mas também cogita pedir a algum vizinho para recebê-lo. Até mesmo as boas ações ele calcula: “resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa”, mas somente se, e não antes; planeja com segurança: “Sinhá Rita não lhe negaria o perdão...”.

No entanto, as coisas nem sempre correm dentro do planejado. Ao pedir a Sinhá Rita abrigo e intercessão junto ao padrinho, Damião se coloca, por opção – ou falta de melhor opção –, numa posição de dependência em relação a Sinhá, no que toca sua influência, menos no âmbito econômico que no afetivo, e, ao mesmo tempo, numa posição de privilégio de classe sobre uma camada inferior, a da menina sujeita ao castigo da senhora. Economicamente, Damião representaria a figura do homem livre e pobre,³ restando-lhe ser subserviente e, não raro, lançar mão do escravo, único patamar ainda mantido abaixo do seu, em proveito próprio. Como retratado em outro conto de Machado de Assis, “Pai contra mãe”, nele o homem livre e pobre tem a função de entregá-lo literalmente à ira do senhor.⁴

Embora se posicione nessa camada intermediária, Damião não tem nenhum papel social a cumprir, salvo não desagradar ao senhorio. Enquanto se encontra na zona confortável de voluntariedade e planos bem traçados, é capaz de gestos nobres, promete a si mesmo apadrinhar e defender a menina negra do castigo da senhora; mas, solicitado a cumprir o papel intermediário, de dançar conforme a música sem resvalar a ordem das coisas, é tirado dessa zona de conforto de ideais e segurança.

Em Iaiá Garcia, romance de 1878, Machado nos fala da coexistência de duas naturezas no homem, a natureza primeira,

instintiva e sem filtros, e a outra mediada pelos valores sociais vigentes. Citando o nosso autor:

A vida não é uma égloga virgiliana, é uma convenção natural, que se não aceita com restrições, nem se infringe sem penalidade. Há duas naturezas, e a natureza social é tão legítima e tão imperiosa como a outra. Não se contrariam, completam-se; são as duas metades do homem⁵

Assim, quando a realidade invoca Damião, as duas naturezas de que nos fala Machado imperam de fato e, a despeito da possibilidade da natureza segunda se configurar a favor da menina negra e de um impasse na decisão do rapaz, a natureza segunda se impõe segundo a ordem “natural” das coisas, e as duas naturezas de que nos fala Machado acabam apontando para uma mesma direção, a saber, a da manutenção da ordem. O desejo de sair do seminário, natureza primeira, se une ao dever de cumprir seu papel social, natureza segunda, e tudo acaba bem, dentro da ordem. Damião não apenas deixa de defender a menina, como entrega a vara solicitada pela Sinhá, encerrando o caso da vara com a qual a menina será castigada, origem mesma das cicatrizes na testa da criança negra.

Como bem diz o sentencioso narrador do conto “Pai contra mãe” ao falar das máscaras usadas nos escravos, “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”.⁶

Nota: este artigo trouxe para a revista Mouro uma reflexão sobre um conto de Machado de Assis. De um modo geral, a inclusão da literatura ficcional pode causar estranheza em meio à linha histórico-marxista proposta pela revista, porém é também possível – e foi meu objetivo nesta minha “intromissão” – que se perceba o poder crítico do nosso autor sobre a realidade, que ele soube tão bem reproduzir na ficção.

Fica como destaque para esta “Mouro Mulheres” a observação de um dos idealizadores da revista, Lincoln Secco, a saber, a da subalternização não somente em uma, mas também em duas mulheres do conto: a da cria Lucrecia – mais evidente – e a da viúva que tem que manter escondida sua relação com João Carneiro.

Notas

1. Em 1899, o conto foi republicado por Machado de Assis na coletânea *Páginas recolhidas*.
2. Citações extraídas de: Machado de Assis, “O caso da vara”, in *Contos: uma antologia: seleção, introdução e notas John Gledson*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 2, pp. 378-385
3. Como indicação de leitura sobre o homem livre e pobre no romance machadiano, ver análise da personagem José Dias, o agregado de *Dom Casmurro*, em: Schwarz, Roberto: “A poesia envenenada de Dom Casmurro” in *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 19-27
4. Para uma comparação entre os dois contos: Bosi, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999, pp. 120-125
5. Machado de Assis, *Iaiá Garcia*: edições críticas de obras de Machado de Assis. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Chama atenção para esse aspecto: Pereira, Lucia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 3. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, pp. 173-85
6. “Pai contra mãe” in *Machado de Assis, contos*. op. cit., p. 483

Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)

Marisa Midori Deaecto



O que este livro faz é reviver em toda a sua inteireza uma cidade que já tendia a ser, no quinhentismo, a capital geográfica do Brasil, como a chamou Jaime Cortesão. Assim, as andanças de suas gentes, seus costumes, suas atitudes e sua fé, juntam-se com aqueles impulsos econômicos básicos que levaram os paulistas até muito longe, devastando o sertão ignoto na caça ao bugre e às pedras preciosas. (...)

Marisa Deaecto mostra como a disposição do eixo comercial no "triângulo" continuou respeitando a topografia acidentada da

cidade. Enfim, ela escolheu escrever uma "geohistória" de São Paulo, cujo núcleo é o comércio, com suas rotas e transportes. Mas este é apenas o motivo inicial. Ela usa o comércio para reconstituir a totalidade da vida social e econômica. O único excesso, poder-se-ia afirmar, é o seu amor desmedido pela cidade. Que a autora não consegue esconder. E deixa transparecer nas linhas e, especialmente, nas entrelinhas de seu belo livro.

Editora **SENAC** São Paulo

VIRGINIA
WOOLF

*Um teto
todo seu*

*Uma visão rica
e profunda da vida
num ensaio sobre
a mulher
e a literatura.*



EDIÇÃO
NOVA
FRONTEIRA

Tradução de Vera Ribeiro

EDIÇÃO



O desafio de ter a “liberdade de pensar as coisas em si”

Maria Viana

Bacharel em Letras pela USP e mestranda do
Programa Culturas e Identidades Brasileiras do
Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Será que a expressão “a liberdade de pensar as coisas em si”,¹ que é o cerne da questão colocada por Virginia Woolf no livro *Um teto todo seu*, poderia também ter saído das mãos Marguerite Yourcenar? Se a resposta puder ser afirmativa, a meu ver, é esse o ponto de conexão entre essas duas grandes escritoras.

Sei que poderia escolher outro percurso de reflexão e escrever, por exemplo, sobre o quanto as obras por elas escritas foram fundamentais na minha vida e formação. Não por terem sido urdidas por mulheres, mas por serem grandes obras literárias. Isso porque, realmente, não acredito na existência de uma “literatura feminina”, pois, se assim fosse, não haveria também de se criar o rótulo “literatura masculina”?

Então, se escrevo sobre Virginia Woolf e Marguerite Yourcenar e não sobre Goethe, Flaubert ou Guimarães Rosa é por que, em um exemplar assinado só por mulheres, caso deste exemplar da revista *Mouro*, é no mínimo instigante pensar em um fio que possa alinhar a produção estética de duas escritoras que produziram em línguas distintas, inglês e francês e, portanto, a partir de tradições literárias e em condições de produção também específicas.

Depois de muito ler e refletir, a questão colocada por Virginia Woolf, e que, talvez, ainda seja a grande dificuldade que muitas mulheres têm como produtoras textuais de ficção ou teoria, ainda ecoava: como alcançar a tão almejada “liberdade de pensar as coisas em si”? Portanto, é a partir desse ponto que darei curso à reflexão aqui proposta.

Virginia Woolf nasceu em Londres, a 25 de janeiro de 1882, em um ambiente intelectualizado. Filha de um famoso crítico literário, Leslie Stephen, desde menina a futura escritora seria estimulada a pensar com liberdade. Ainda que essa formação intelectual libertária não compensasse certas proibições severas impostas à mulher de maneira geral, naquela época. Interdições que iam desde a proibição de fumar, passando pelo não direito ao voto, que só foi permitido na Inglaterra depois de 1919, mas só para inglesas com mais de 30 anos. Além do fato de a mulher só poder ter o direito de posse sobre uma casa naquele país, a partir de 1880.

Talvez tenha sido justamente a forte consciência sobre a condição da mulher na sociedade de sua época que levou Virginia Woolf a desenvolver importantes considerações a respeito dos entraves impostos à criação ficcional feminina no livro que, no Brasil, recebeu o título *Um teto todo seu*. Trata-se da reunião de dois artigos lapidares, escritos em outubro de 1928, quando fora convidada para dar uma palestra sobre o tema “As mulheres e a ficção”.

Ao ser interdita pelo bedel por percorrer determinado caminho nos parques de Oxbridge, que só podia ser usado por graduados da universidade, e ser proibida de entrar na biblioteca da mesma instituição, por não estar acompanhada de um estudante local, Virginia resolve desenvolver toda a sua palestra pensando a respeito da sujeição intelectual das mulheres ao longo dos séculos e sobre o quanto isso estava ligado ao fato de elas, mesmo quando nascidas em berço esplêndido, não poderem administrar o próprio dinheiro, realizarem determinadas funções e serem privadas de seus direitos cívicos e de cidadania.

Isso quer dizer que, se na ficção, desde a Antiguidade, as mulheres eram heróicas, corajosas e brilhantes, e os exemplos são abundantes, é só pensar, em Electra, Medéia, Fedra, Lady Macbeth, Ana Karenina, madame de Guermantes, para citar algumas, em casa, na realidade, elas eram trancadas, surradas e desprovidas de qualquer direito cívico.

Ao analisar parte do que fora escrito até então sobre as mulheres no século XIX, Virginia Woolf confere que a voz predominante era a de que “nada se poderia esperar das mulheres intelectualmente.”²

Todavia, o que mais surpreende neste ensaio, é que, depois de percorrer o que havia sido escrito até então por homens sobre as mulheres, não só na ficção, mas também nos estudos científicos e históricos, e de se deter sobre a produção feminina das escritoras inglesas que a antecederam, a ensaísta, longe de instigar um espírito de revolta e vingança, conclui: “Alguma colaboração tem que ocorrer na mente entre a mulher e o homem antes que a arte da criação possa realizar-se. Algum casamento entre opostos precisa ser consumado.”³

E, finalmente, quando chega à produção feminina propriamente dita, e descobre que Jane Austen escrevia na sala de estar, e escondia seus papéis quando chegava uma visita, Woolf considera que a produção da autora de *Orgulho e preconceito* é superior à de Charlotte Brontë justamente porque, apesar de todas as dificuldades de produção enfrentadas por Austen, ela não entra em conflito, como Brontë, com sua sina de mulher reprimida. Portanto, quando uma ficcionista vê o homem como a facção oposta, sua criação literária torna-se fraca e empobrecida.

Indo mais além, Virginia Woolf aponta que se os homens escritores criaram personagens femininas fortes e inesquecíveis; em contrapartida “um quadro verdadeiro do homem como um todo nunca poderá ser pintado enquanto uma mulher não descrever aquele pontinho do tamanho de um xelim”.⁴ E conclui que isso só ocorreria quando a mulher tivesse mente andrógena, dinheiro suficiente que lhe permitisse contemplar as coisas até ter sua própria opinião sobre elas, e um “teto todo seu”. Entenda-se que aqui, para além de significar um espaço físico onde se possa escrever, o teto todo seu é o direito de poder pensar por si mesma.

E este é o fio que nos leva de Virginia Woolf a Marguerite Yourcenar, que nasceu em 1903, em Bruxelas, mas escreveu em francês. É impossível sair de livros como *Memórias de Adriano* e *A obra em Negro* sem a certeza de que essa escritora conseguiu ir bem mais além “daquele pontinho do tamanho de um xelim”.

Memórias de Adriano é uma reconstituição de fatos ocorridos no passado, feita na primeira pessoa e saídas da boca de um homem.

Para urdir seu romance, Yourcenar leu obras de historiadores gregos, coletâneas de cartas do imperador e recorreu a fontes históricas, como fragmentos de discurso, relatórios oficiais e até moedas cunhadas à época. O trabalho de ambientação histórica não foi diferente para a criação de Zênon, médico, alquimista e filósofo, protagonista de *A obra em negro*, que se passa na renascença. Ainda que diferentemente de Adriano, Zênon seja uma personagem totalmente fictícia.

Portanto, na construção dos dois romances há o amor de Marguerite pelo passado, tão bem expresso por ela em trechos de entrevista concedida a Mathieu Galey no livro *De olhos abertos*: “Quando se fala do amor pelo passado, é preciso atentar para isso, trata-se do amor pela vida; a vida está muito mais no passado que no presente. O presente é um momento curto, mesmo quando sua plenitude o faz parecer eterno. Quando se ama a vida, ama-se o passado, porque é o presente tal como sobreviveu na memória humana.”⁵

Mas o que o fato de Marguerite Yourcenar ter concebido personagens masculinas tão marcantes, em obras já consideradas fundamentais da ficção do século XX, tem haver com as ideias postuladas por Virginia Woolf em seu ensaio sobre a mulher e a ficção? Talvez justamente o que Yourcenar diz na mesma entrevista acima mencionada: “Na opção entre a segurança e a liberdade, eu sempre a fiz no sentido da liberdade. E depois. Enfim, o horror da posse, o horror da aquisição, da avidez, do sentimento de que o sucesso consiste na acumulação de dinheiro é muito forte em mim.”⁶

E essa opção pela liberdade me remete à liberdade “de pensar as coisas em si”, postulada por Virginia em *Um teto todo seu*, e que, em certa medida, me leva também a considerar o quanto a educação recebida por Marguerite Yourcenar contribuiu para isso. A escritora, que jamais frequentou a escola formal foi educada pelo pai: “um francês culto, direto, aventureiro, incrivelmente impulsivo e independente, decidido (...) Era alguém que viveu segundo seus impulsos e caprichos do momento, um letrado como se era antigamente, pelo amor aos livros, não para ‘fazer pesquisas’ ou mesmo, sistematicamente, para se instruir; um homem infinitamente livre, talvez o homem mais livre que conheci”.⁷

Foi por intermédio dele que Marguerite Yourcenar aprendeu inglês, grego e latim. Esses ensinamentos, geralmente, eram feitos

durante viagens, visitas a museus, campos, escavações. E o que mais surpreende na postura desse pai educador é que deste muito cedo Yourcenar foi estimulada a ter suas próprias ideias sobre as coisas e escolher com liberdade. Essa educação pouco ortodoxa, recebida por Marguerite Yourcenar desde a mais tenra idade, favoreceu o desenvolvimento da “mente andrógena”, da qual fala a criadora de *Orlando*. E aqui devo apontar que essa ideia de androgenia, defendida pela escritora inglesa, também diz respeito à produção masculina “Quando se é homem, ainda assim, a parte feminina do cérebro deve ter influência; assim como a mulher deve também manter relações com o homem em seu interior.”⁸

Marguerite Yourcenar nasceu uma geração depois de Virginia Woolf, mas, na Europa, somente em 1928 a idade mínima para a mulher votar passou a ser 21 e não 30 anos. Nessa época, muitas já podiam gerir o próprio dinheiro, mas certamente poucas, como Marguerite, ousaram escolher viajar com uma mala de livros e uma de roupa, em lugar de optar pela estabilidade do casamento. Portanto, “o teto todo seu” da escritora belga foi o mundo, até comprar uma casa na ilha de Maine, em 1949, lugar onde terminou de escrever *Memórias de Adriano*. Essa liberdade de ir e vir também deve ter contribuído para o alcance do tão almejado desafio de “pensar as coisas em si.”

Em 1937, Marguerite Yourcenar traduziu a obra *As ondas*, de Virginia Woolf, para o francês. Foi quando teve a oportunidade de visitar a escritora inglesa, em Bloomsbury. Sobre esse encontro diz o seguinte: “Há poucos dias, na sala de visitas vagamente iluminada pelo fogo onde Virginia Woolf teve a bondade de acolher-me, eu olhava recortar-se na penumbra esse pálido rosto de jovem Parca um tanto envelhecido, mas delicadamente marcado pelos sinais do pensamento e da lassidão, e me dizia que a acusação de intelectualismo é frequentemente feita às naturezas mais finas, às mais ardentemente vivas, obrigadas às duras disciplinas do espírito. Para tais seres, a inteligência é apenas uma vidraça perfeitamente transparente atrás da qual olham atentamente a vida passar.”⁹

Participar da vida como produtora de conhecimento, diplomar-se em universidades, ocupar posições que até bem pouco tempo eram exclusivas aos homens, poder exercer plenamente os direitos de cidadania e tantas outras conquistas já foram alcançadas por significativa parcela de mulheres. E muitas, certamente, já

conseguiram também a liberdade de se expressar livremente e exercitar essa expressão, até que a totalidade da mente fosse escancarada e elas pudessem comunicar sua experiência com inteireza, talvez justamente porque, Como Virginia Woolf e Marguerite Yourcenar, não tenham visto no homem a facção oposta.

Notas

1. WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 52.
2. Ibidem, p. 71.
3. Ibidem, p. 72.
4. Ibidem, p. 119.
5. GALEY, Matthieu. *Entrevistas como Marguerite Yourcenar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 35.
6. Ibidem, p. 88.
7. Ibidem, p. 27.
8. WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 82.
9. YOURCENAR, Marguerite. *Peregrina e estrangeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 96.

Bibliografia

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GALEY, Matthieu. *Entrevistas como Marguerite Yourcenar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

YOURCENAR, Marguerite. *Peregrina e estrangeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *A obra em negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Normas para Publicação na Revista Mouro

A Mouro não garante a análise de textos enviados espontaneamente, pois não conta com pareceristas e nem financiamento externo de qualquer natureza. Os artigos são, normalmente, encomendados e devem ser originais, enviados em word, português revisado, conter no máximo 25 mil caracteres, acompanhados de título e qualificação do autor (Por ex. Luís Franco é formado em História pela USP e é procurador federal da AGU). As resenhas deverão ter no máximo seis mil caracteres.

As citações e referências deverão ser feitas no interior do texto segundo o padrão científico abaixo:

Citação:

um autor (Marx, 1873); dois autores (Marx e Engels, 1848); três autores (Lênin, Stalin e Trotski, 1998) ou mais de três autores (Lênin et al,1923). Quando os nomes dos autores fizerem parte da frase, apenas o ano da publicação deve vir entre parênteses. Quando houver, no mesmo ano, mais de um artigo de mesma autoria, acrescentar letras após o ano, conforme exemplo: (Mao, 1978a; 1978b). Quando necessário, acrescentar o número da página depois de dois pontos (Zinoviev, 1925: 45). Quando houver mais de uma citação dentro de um mesmo parêntese, estas devem ser colocadas em ordem cronológica. Exemplo: (Prado Jr., 1942, Fernandes, 1983; Barbosa, 2010).

Bibliografia (só inserir obras citadas no artigo):

SOBRENOME, Nome. Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação, página citada (p.) ou páginas citadas (p.).

Ex.: ALTHUSSER, Louis. Pour Marx. Paris: François Maspero, 1965.

Caso haja outra edição do mesmo livro, esta deve ser indicada logo após o título.

Artigo em Coletânea

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título em itálico. Local de publicação: Editora, data, página citada.

Ex.: MAO Jr., José Rodrigues. “A Revolução Cubana em Questão”, in: SECCO, Lincoln e SANTIAGO, C. (Orgs). Um Olhar que Persiste: Ensaios Críticos sobre o Capitalismo e o Socialismo. São Paulo: Editora Anita, 1995.

Artigo em Revista

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico, volume, número do periódico, Local, mês (abreviado) e ano de publicação.

Ex.: SANTOS, Agnaldo. “A Construção Histórica da Juventude e a Ascensão da “Juvenildade”. Mouro - Revista Marxista, N. 1, S. Paulo, dez 2009.

Tese Acadêmica:

SOBRENOME, Nome. Título da tese em itálico: subtítulo. Tipo de trabalho (Dissertação – Mestrado – ou Tese – Doutorado), universidade, ano.

Ex.: REISEWITZ, Marianne. “Dom Fernando José de Portugal: Prática Ilustrada na Colônia (1788-1801)”, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001.

Ilustradores que quiserem publicar suas obras (xilografuras, aquarelas, bricolagens etc) são bem-vindos. A edição em papel não é colorida, mas a edição virtual sim.



POEMA

Mulher feita

Ana Lúcia Reboledo Sanches

Salsa

Albo

Cozinha

Quarto

Trabalho

Roupa

Parto

Certo

Inseguro

Começa

Termina

Claro

Escuro

Fluoxetina

Janela

Sol

Cortina

Voal

Rosa

Vaso

Mesa central

Dentro

Fora

Casa

Rua

Luta

Dela

Tua

Creche

Aula

Faxina

Hospital

Padaria

Mercado

Paracetamol

Água

Chá

Café

Semente

Coberta

Carinbo

Bolo quente

Suspira

Evoca

Reza

Sonha

Noite

Dia

Ave Maria



IDEO
graphos